

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUARTA-FEIRA, 19 DE ABRIL DE 2023

NÚMERO 21.947 • 30 PÁGINAS • R\$ 4,00

Poderes unem esforços para combater ódio nas escolas

Ed Alves/CB/D.A Press



Com a promessa de R\$ 3 bilhões em investimentos do Ministério da Educação para ações nos estados e municípios, novas leis para coibir o discurso de ódio nas redes sociais e punição rigorosa a radicais, representantes dos Três Poderes se reuniram, ontem, para discutir os ataques e a onda de ameaças contra escolas. Anfitrião do encontro, no Palácio do Planalto — a reunião contou também com governadores —, o presidente Lula avaliou que a internet trouxe ao país um novo tipo de violência. “Temos um instrumento avassalador. Não é o celular que é ruim. Ele é ótimo. Agora, tem a rede digital do bem e do mal, e há uma predominância da chamada rede digital do mal”, disse o petista. Ministro do STF, Alexandre de Moraes acrescentou que este movimento é igual ao terrorismo de 8 de janeiro. “É exatamente idêntico. As redes sociais se sentem terra de ninguém, terra sem lei.” Para o ministro da Justiça, Flávio Dino, que fez um balanço das ações realizadas até agora nas redes, com a retirada do ar de 756 perfis, “estamos diante de uma epidemia”.

Secretário do DF garante a distritais mais vigilância

Congresso promete leis mais rígidas para internet

PÁGINAS 2, 3 E 16

Lula recua, baixa o tom e volta a condenar a invasão da Rússia à Ucrânia

Diante das pesadas críticas dos EUA e da União Europeia às suas últimas declarações, presidente brasileiro reforça o apoio do Brasil à condenação, pela ONU, da guerra aos ucranianos. PÁGINA 7

Arcabouço já está no Congresso

O governo Lula entregou ontem ao Legislativo a proposta de ajuste fiscal, em substituição ao teto de gastos. Presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) acredita que até 10 de maio o projeto será votado na Câmara.

PÁGINA 9

Dois votos pela ação penal

Julgamento dos 100 primeiros denunciados por atos em 8 de janeiro começou ontem, no STF, e segue até o dia 24.

PÁGINA 4

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Por uma Brasília iluminada

Ao CB.Poder, o presidente da CEB, Edison Garcia, detalhou projetos e investimentos para melhorar a iluminação pública da capital. PÁGINA 17

Carlos Vieira/CB/D.A Press



Uma campeã na maratona da vida

Aos 82 anos, Edelswitha Amotim Trindade, a Dona Dedé, está pronta para disputar a Maratona Brasília pela nona vez. Inscrita nos 5km, ela celebrará os 63 anos da capital como sempre amou: correndo.



Uma festa para todos

Além das provas em disputa na Maratona, uma ampla programação de shows vai divertir atletas e público. Confira.

PÁGINA 24

Isenção das compras até US\$ 50 é mantida

Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou a desistência de taxar as aquisições em sites do exterior e mais rigor na fiscalização dos negócios para evitar a sonegação.

PÁGINA 9

R\$ 7,3 bi para viabilizar piso de enfermagem

PÁGINA 10

Arquivo Pessoal



Brasileiro relata drama no Sudão

Matheuzinho, meia do Al-Merreikh, disse ao Correio que combates começaram de repente e pediu ajuda para deixar o país. Trégua fracassou. PÁGINA 11



Arte originária

Artistas indígenas ressaltam a importância de expor manifestações que vão desde a música e o cinema, passando por objetos e culinária, em comemoração ao Dia dos Povos Indígenas. PÁGINA 26

A dieta do diabetes

Alimentação rica em carboidratos refinados e carne processada causa 70% dos casos da doença metabólica, mostra pesquisa com dados de 184 países, incluindo o Brasil. PÁGINA 14





ATAQUES NAS ESCOLAS

Pacote de R\$ 3 bilhões para combater violência

Valor será destinado a estados e municípios para o enfrentamento a atentados em unidades de ensino. Governo também anuncia a criação do Conselho da Federação, grupo de trabalho com representantes dos Três Poderes e governadores

» INGRID SOARES
» TAINÁ ANDRADE

Fotos: Ed Alves/CB/DA.Press

O governo reuniu os presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), Rosa Weber, e do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), governadores, prefeitos e ministros para anunciar um pacote de R\$ 3,1 bilhões, que será destinado a estados e municípios para investimento em segurança nas escolas.

O ministro da Educação, Camilo Santana, explicou que a pasta antecipará R\$ 1,097 bilhão da segunda parcela do Programa Dinheiro Direto na Escola 2023 (PDDE), que estava prevista inicialmente para setembro.

Além disso, o ministério vai liberar R\$ 1,8 bilhão que estavam parados nas contas de escolas. Outros R\$ 200 milhões serão destinados a ações como a criação de núcleos psicossociais.

“Vamos antecipar a (parcela) de setembro (do PDDE). É R\$ 1,097 bilhão que até o final de abril estará nas contas das escolas e poderá ser utilizado para várias ações. Mas vamos deixar expressamente claro que esse recurso poderá ser gasto para investimentos em infraestrutura e melhoria da proteção da segurança nas escolas do Brasil. Isso vai ser colocado claro na resolução do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação)”, informou.

Foram criados comitês estaduais e municipais de proteção do ambiente escolar. Uma das principais preocupações é com a formação de agentes educacionais — tanto do governo quanto da comunidade escolar — para proteção e segurança nos locais de ensino.

“O fenômeno que temos discutido é reflexo do que vivemos hoje em nossa sociedade, que tem estimulado a cultura de violência, ódio e intolerância, que tem se agravado fortemente pelas questões das plataformas digitais”, declarou Santana. “Portanto, não é uma solução fácil, mas é necessário todos os nossos entes



O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, disse que o Brasil enfrenta uma “epidemia” de violência disseminada pelas redes sociais

federados unidos em torno dessa questão para que possamos passar por essa situação.”

A partir de 24 de abril, estará disponível, por meio de uma plataforma do Ministério da Educação, um compilado de recomendações para proteção e segurança no ambiente escolar. Um chamamento público será lançado para quem se interessar em uma formação superior continuada e em desenvolvimento profissional para a segurança nas unidades de ensino.

Pelo Programa “Territórios de Convivência e Cultura de Paz”, foi firmada uma parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para ações de Justiça Restaurativa no ambiente escolar.

Santana ressaltou, porém, ser

imprescindível dar atenção à fiscalização das redes sociais. “É preciso a gente rediscutir a legalização dessas questões das regulamentações das plataformas digitais no Brasil, que não é um problema só do Brasil, é um problema do mundo inteiro”, destacou.

Já o ministro da Casa Civil, Rui Costa, anunciou a criação do Conselho da Federação, um grupo de trabalho que reunirá representantes dos Três Poderes e governadores. Ele disse que o objetivo do colegiado é definir propostas sobre o tema.

Operação

Titular da pasta da Justiça, o ministro Flávio Dino fez um

balanço da Operação Escola Segura. Ele disse que, após casos de violência em unidades de ensino, as redes sociais atenderam à demanda do ministério e retiraram do ar 756 perfis, nos últimos 10 dias, dedicados a difundir ódio e ataques violentos a escolas.

Dino relatou que, em 100 casos, houve pedido da pasta para que as redes preservassem o conteúdo dos perfis para abastecer investigações em curso. Ele destacou que 225 pessoas já foram presas ou apreendidas por ameaçar e planejar ataques a ambientes escolares.

“Isso mostra que estamos diante de uma epidemia. Temos 694 intimações de adolescentes suspeitos para prestar

depoimentos em delegacias, temos 155 buscas e apreensões realizadas, 1.595 boletins de ocorrência em 10 dias e 1.224 casos em investigação em todo o território nacional”, enumerou.

O ministro enfatizou que, por determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o “foco na internet” é fundamental para garantir a regulamentação das redes sociais e, assim, impedir o surgimento de novos ataques. “É falsa a ideia de que fiscalizar e regular a internet é contrária à liberdade de expressão. Não é possível preservar liberdade de expressão sem regulá-la, para que ela não seja exercida de modo abusivo”, argumentou.

Balanço

Veja os números divulgados pelo Ministério da Justiça sobre a Operação Escola Segura

255

Pessoas presas ou crianças e adolescentes apreendidos

694

Intimações de adolescentes para prestar depoimento

155

Buscas e apreensões

1.595

Boletins de ocorrência

Em 10 dias de operação

1.224

Casos em investigação em todo o Brasil

756

Solicitações de remoções ou suspensões de perfis em plataformas digitais

100

Pedidos de preservação de conteúdo para embasar investigações

377

Solicitações de dados de cadastros para as plataformas

7.473

Denúncias no site do Ministério da Justiça

Moraes faz comparação com o 8 de janeiro

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou que o modus operandi das agressões nas escolas, incentivadas pelas redes sociais, é o mesmo dos atos golpistas de 8 de janeiro e os que miraram as urnas eletrônicas. O magistrado destacou, ainda, que, caso não haja uma regulamentação, as plataformas continuarão a ser instrumento para ataques às instituições de ensino.

“O modus operandi dessas agressões instrumentalizadas, divulgadas, incentivadas pelas redes sociais em relação às escolas é exatamente idêntico ao modus operandi utilizado contra as urnas, a democracia, o modus operandi instrumentalizado utilizado para o dia 8 de janeiro”, enfatizou, na reunião no Palácio do Planalto com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, governadores e prefeitos. “Não há uma diferença. É exatamente idêntico. As redes sociais se sentem terra de ninguém, terra sem lei. Precisamos regulamentar isso.”

Moraes relatou que tem conversando sobre o assunto com

os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). “Se não houver uma autorregulação e uma regulamentação com alguns standards a serem seguidos, vamos continuar a ver essas situações de ataques às escolas”, apontou.

O magistrado acrescentou que casos de suicídios e depressão em virtude de ataques pelas redes sociais são “algo incrível” e têm crescido mundialmente. “Devemos determinar que o que não pode ser feito na vida real não pode no mundo virtual. É simples se aplicarmos a legislação”, frisou.

Conforme Moraes, as plataformas “se recusam ainda a serem responsabilizadas” e alegam serem “meros depósitos de informação”. “No mundo real, se cada um de nós tem um depósito e aluga, não pode ser responsabilizado se a pessoa lá usa droga, faz contrabando, coloca alguém sequestrado, porque você não sabe”, disse. “A partir do momento em que você sabe e renova o contrato, pode ser



Moraes: “Devemos determinar que o que não pode ser feito na vida real não pode no mundo virtual”

penalizado, mas se você sabe, renova o contrato e ainda monetiza, tem a obrigação de ser responsabilizado. As redes ganham em cima desse incentivo à violência, ao discurso de ódio. Isso precisa cessar imediatamente.”

Ele emendou: “Por que não estender a inteligência artificial e a equipe humana que lida com o residual para discursos nazistas, racistas, fascistas, homofóbicos e contra a democracia? São cinco tópicos objetivos”,

questionou. “As maiores indenizações contra as big techs no mundo todo são por direitos autorais, aí se preocupam.”

Segundo o ministro, os atos de 8 de janeiro foram organizados pela internet. “As redes foram

instrumentalizadas. Elas não podem dizer que não sabiam. Agora, elas sabem”, ressaltou. “Com isso, as empresas devem identificar notícias que incentivam ataques, retirando-as com prontidão”, concluiu. (IS)



Se não houver uma autorregulação e uma regulamentação com alguns standards a serem seguidos, vamos continuar a ver essas situações de ataques às escolas”

Alexandre de Moraes,
ministro do STF

ATAQUES NAS ESCOLAS

Lula: redes são “avassaladoras”

Presidente diz que espaços virtuais têm trazido novo tipo de violência e fizeram ruir a segurança nas unidades de ensino

» INGRID SOARES

Ed Alves/CB/DA.Press



Segundo Lula, “ou nós temos coragem de discutir a diferença entre liberdade de expressão e cretinice, ou não vamos chegar muito à frente”

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva enfatizou, ontem, que “as pessoas não podem fazer nas redes sociais o que é proibido na sociedade”. A declaração — que respalda uma fala do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF) — ocorreu ao fim da reunião, no Palácio do Planalto, com representantes dos Três Poderes, estados e municípios para a discussão de medidas contra a violência nas escolas. O chefe do Executivo frisou, ainda, que as redes sociais têm trazido um novo tipo de violência.

“Essa reunião demonstrou que estamos diante de um fato que poucos de nós conhecemos. Ainda não temos especialista nesse novo tipo de violência que está acontecendo na nossa vila, bairro, país. (...) O fato novo é que invadiram um lugar que para nós é tido como de segurança”, disse. “Toda mãe, quando leva um filho para uma escola, creche, ela tem certeza de que o filho está seguro. Isso ruíu, porque temos um instrumento avassalador. Não é o celular que é ruim. Ele é ótimo. Agora, tem a rede digital do bem e do mal, e há uma predominância da chamada rede digital do mal.”

Lula destacou que “as pessoas gostam de mentira, de fake news, é só ver como foi a última eleição neste país, nos Estados Unidos, em 2018”. “Há uma predominância na tentativa de divulgar o falso, a mentira. É só ver os discursos que são feitos por

este país afora, que há predominância da pregação da violência”, continuou. “As chamadas plataformas, as grandes empresas que ganham dinheiro com a divulgação da violência, estão cada vez mais ricas.”

O petista disse, ainda, que tanto os meios digitais quanto as famílias devem participar da manutenção da paz nas escolas. “Ou nós temos coragem de discutir a diferença entre liberdade de expressão e cretinice, ou não

vamos chegar muito à frente. Ou levamos em conta a necessidade de educar os pais... porque a família tem de estar envolvida nesse processo. Tinha gente que tirava crianças da escola pública para colocar na privada porque achava que na privada tinha mais segurança, está provado que não tem”, frisou.

O chefe do Executivo também criticou medidas que transformem as escolas em “prisão de segurança máxima”. “Sem a

participação dos pais, a gente não recupera um processo educacional correto nas escolas. Vamos transformar nossas escolas em prisão de segurança máxima, que não tem solução. Nem tem dinheiro para isso e nem é politicamente correto, humanamente correto, socialmente correto. Se a gente tentar fazer isso, estamos dando a demonstração que não servimos para muita coisa, porque não sabemos resolver o problema real”, alertou.

“Essa reunião não é para o governo dizer que tem todo o dinheiro do mundo para toda cidade murar escolas: ‘Vamos transformar o Brasil naquele muro que está construído entre Israel e a Faixa de Gaza’, ‘no muro que queriam fazer entre Estados Unidos e México’, ou ‘o muro chinês para proteger’. Não vai resolver. O problema está no processo educacional dentro da própria família”, reforçou.

Elogios

Ao longo da exposição, Lula fez um afofo ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal. O chefe do Executivo chamou o magistrado de “o maior especialista neste momento” em combate às fake news, após a atuação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nas eleições do ano passado. Moraes preside a Corte eleitoral.

“Patético”

Segundo Lula, as medidas de segurança nas escolas não passam apenas por detectores de metais. “Resumirei a reunião na frase de Moraes: as pessoas não podem fazer na rede digital o que é proibido na sociedade. Não é possível que possa pregar ódio na rede digital, fazendo propaganda de arma, ensinando criança a atirar. É isso que a gente vê todo santo dia. A verdade é que uma pessoa de 6, 7, 8, 9 anos repercute na escola o que ele ouve dentro de casa”, argumentou. “A gente não vai resolver esse problema só com dinheiro, elevando o muro da escola, a gente não vai resolver esse problema colocando detector de metais. Fico imaginando as crianças sendo revistadas nas escolas. Como seria patético para os pais, para os prefeitos, governadores, o presidente da República e as instituições deste país uma criança de 8 anos ter que mostrar a mochila para ser rastreada.”

Pacheco promete aprovação de projetos de lei

Na reunião entre os Três Poderes, em Brasília, para discutir a violência nas escolas, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), defendeu a atuação do Estado para dar limites à internet.

“As redes sociais precisam ter a contrapartida e a atenção do Estado brasileiro em relação aos seus limites”, declarou o parlamentar, no Palácio do Planalto.

De acordo com o presidente do Senado, o Congresso Nacional está comprometido com essa pauta e vai aprovar projetos de lei nesse sentido. “É preciso ter unidade”, frisou.

Pacheco também criticou a

política armamentista e disse ser preciso vinculá-la à informação. A pauta a favor de armas é defendida por bolsonaristas. “Toda e qualquer política de armas, mais liberal ou menos liberal, deve ter como contrapartida a informação”, ressaltou. “Não se pode sustentar a política de armas a pretexto da defesa do indivíduo sem reconhecer a capacidade letiva da arma de fogo.”

Na última segunda-feira, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão sustentou que o “cenário pavoroso” de ataques armados a escolas “não surgiu por mágica” e está ligado ao discurso de ódio, à banalização da

violência e ao “culto às armas de fogo e à facilitação a seu acesso amplamente promovida e incentivada nos últimos quatro anos”.

O órgão conclamou o país a solucionar o que comparou a uma epidemia, ressaltando, ainda, que a resposta aos atos de violência “definitivamente não se traduz na alocação de um policial a cada pátio de colégio” no país. “Ou as escolas voltam a ser santuários de saber e acolhimento, ou nosso destino será a volta à barbárie”, registrou a Procuradoria.

As indicações constam de nota assinada por 40 procuradores, que ligam diretamente

os ataques à “efervescência do discurso de ódio, em conjunto com a banalização da violência”. “Pessoas públicas externando ideias preconceituosas, desdenhando e atacando minorias, promovendo discursos ofensivos à Constituição da República e aos direitos humanos, atacando o sistema de ensino e produzindo um ambiente favorável à fermentação de uma cultura de rancor”, registram.

O texto cita “parlamentares extremistas” que propõem “normas visando ao impedimento da diversidade nas escolas, tachando as instituições e seus corpos docentes

de doutrinadores comunistas e promotores da chamada ideologia de gênero, uma falácia empregada para proibir a educação sexual nas escolas, num país em que mais de 70% dos abusos sexuais contra crianças são cometidos por familiares, no lar do abusador ou da vítima”.

O grupo também cita como “peça fundamental” do “quebracabeças” dos ataques o “culto às armas de fogo” e a ampliação do acesso a armamentos no governo Bolsonaro.

Leia mais sobre violência nas escolas na página 16



As redes sociais precisam ter a contrapartida e a atenção do Estado brasileiro em relação aos seus limites”

Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Congresso

SIGA SUA ESTRELA

Seu destino é viver o melhor para você e sua família na SQN 113. Vem aí a grande estrela da Asa Norte.

NESTA SEXTA-FEIRA, 21 DE ABRIL

Paul Octavio®

ACESSE E SAIBA MAIS

CJ1700

ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Moraes propõe abrir ação contra golpistas

Para magistrado, atentados ao Estado de Direito são "criminosos e inconstitucionais"

» RENATO SOUZA

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou, na madrugada de ontem, pela abertura de ação penal contra os 100 primeiros denunciadores pela Procuradoria-Geral da República (PGR) pela tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro — quando as sedes dos Três Poderes foram invadidas e depredadas por radicais bolsonaristas. Segundo o magistrado, a liberdade de manifestação é garantida, mas atos com objetivo de pregar violência e desrespeito à democracia são "criminosos e inconstitucionais".

"Não existirá um Estado Democrático de Direito sem que haja Poderes de Estado, independentes e harmônicos entre si, bem como previsão de direitos fundamentais e instrumentos que possibilitem a fiscalização e a perpetuidade desses requisitos", salientou Moraes no voto.

A avaliação do ministro é de que há "justa causa" para abertura de ação penal contra os denunciadores. Segundo Moraes, há "suporte probatório mínimo que evidencie a materialidade do crime e a presença de indícios razoáveis de autoria, não estando presentes as hipóteses



Não existirá um Estado Democrático de Direito sem que haja Poderes de Estado, independentes e harmônicos entre si, bem como previsão de direitos fundamentais e instrumentos que possibilitem a fiscalização e a perpetuidade desses requisitos"

Trecho do voto do ministro Alexandre de Moraes

de rejeição ou absolvição sumária". No voto, ele ainda reforça a competência do STF para analisar as acusações apresentadas pela PGR e afastou alegações de que as denúncias eram ineptas.

No caso dos 50 denunciadores como incitadores da ofensiva antidemocrática, Moraes observou que os investigados se associaram "por intermédio de uma estável e permanente estrutura montada em frente ao Quartel General do Exército Brasileiro sediado na capital do país, aos desideratos criminosos dos outros coautores, no intuito de modificar abruptamente o regime vigente e o Estado de Direito, a insuflar 'as Forças Armadas à

tomada do poder' e a população, à subversão da ordem política e social, gerando, ainda, animosidades entre as Forças Armadas e as instituições republicanas".

A posição de Moraes foi seguida pelo ministro Dias Toffoli. O julgamento ocorre no plenário virtual do STF e vai até o dia 24. No dia seguinte, terá início uma nova sessão virtual, para analisar outras denúncias contra acusados pelos atos golpistas.

Individualização

Entre os primeiros denunciadores estão bolsonaristas que invadiram e destruíram o prédio da Câmara dos Deputados.

O Supremo afirma que os casos estão sendo analisados um a um, mas, devido à quantidade de pessoas, o voto do ministro-relator segue o mesmo padrão em todas as ações. Uma das críticas das defesas dos réus é de que não está ocorrendo a individualização da situação de cada acusado.

As primeiras denúncias sobre o ataque foram apresentadas pelo subprocurador-geral da República Carlos Frederico Santos, coordenador do Grupo Estratégico de Combate aos Atos Antidemocráticos. A manifestação da PGR é pela condenação dos acusados por diversos crimes, como associação criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, dano qualificado — com o emprego de violência e uso de material inflamável e deterioração do patrimônio tombado.

Conforme levantamento dos presos, das 1,4 mil pessoas que foram detidas no dia dos ataques, 294 (86 mulheres e 208 homens) permanecem no sistema penitenciário do Distrito Federal. Os demais foram soltos por não representarem mais riscos à sociedade e às investigações. (Com agências Brasil e Estado)

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Ministro quer enquadrar "bigtechs" na Constituição

Durante a reunião convocada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para discutir políticas de prevenção e enfrentamento à violência nas escolas, ontem, no Palácio do Planalto, com todos os governadores, ministros e representantes do Congresso, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes defendeu a inclusão de um artigo na legislação brasileira para deixar claro que as regras do mundo real devem prevalecer também no ambiente virtual. "Precisamos, de uma vez por todas, determinar que o que não pode ser feito na vida real, no mundo real, não pode ser feito no mundo virtual", disse.

Para isso, segundo o ministro, bastaria a inclusão de um artigo na lei, a ser regulamentado pelo Congresso. Para Moraes, os problemas de violência e preconceito nas escolas têm uma mesma origem: a desinformação que, em geral, é promovida via redes sociais.

"O modus operandi dessas agressões instrumentalizadas, divulgadas e incentivadas pelas redes sociais em relação às escolas é exatamente idêntico ao modus operandi que foi utilizado contra as urnas eletrônicas e contra a democracia. É o modus operandi instrumentalizado para o 8 de janeiro. Não há nenhuma diferença".

O Palácio do Planalto agarrou com as duas mãos a proposta do ministro. Ontem à tarde, na Câmara, o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, em entrevista sobre a pauta do Congresso — o novo arcabouço fiscal, as medidas provisórias dos primeiros 100 dias de governo e a CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) do 8 de janeiro, que governo já dá como fato consumado —, repetiu as palavras de Moraes, para quem as redes sociais ainda se sentem terra de ninguém, uma terra sem lei. Padilha anunciou que o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), relator do projeto de regulamentação das "bigtechs", tem o apoio do governo para apresentar seu substitutivo.

Responsável pelo inquérito das fake news, que também investiga os envolvidos na tentativa de golpe de 8 de janeiro, quando o Palácio do Planalto, o Congresso e o STF foram invadidos e depredados, Moraes revelou que foi preciso muito trabalho de inteligência para chegar aos responsáveis pela disseminação da violência, que chegou às redes sociais.

"Há alguns anos, a deep web divulgava esses tipos de mensagens. A investigação era muito mais difícil porque era necessário infiltrar pessoas naquele ambiente para chegarmos aos responsáveis. Hoje é na rede social normal que isso acontece. É no Twitter. Você entra no Google e ensina uma criança a fazer uma bomba, e a incentiva a repetir os atentados que ocorreram nos Estados Unidos", criticou o ministro.

Projeto está pronto

De autoria do deputado federal João Maia (PL-RN), o projeto de regulamentação da atuação das plataformas digitais está pronto para ser incluído na pauta pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). "No Projeto de Lei 2.768/22, proponho uma regulação na linha da Comissão Europeia, mas de forma bem menos detalhada. Isso porque estamos lidando com questões de extrema relevância, que exigem respostas regulatórias, ao mesmo tempo, novas e muito rápidas", argumenta Maia. O pomo da discórdia é o papel atribuído à Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), que ganharia superpoderes para controlar a internet, inclusive seu conteúdo.

O órgão do governo que possui expertise mais próxima da requerida para regular plataformas digitais é a Anatel. Como acontece na União Europeia, o projeto distingue usuários profissionais e finais. Também estabelece critérios para a definição de operadores de plataformas digitais, que serão considerados como detentores de poder de controle de acesso essencial, a receita anual igual ou superior a R\$ 70 milhões. A principal crítica conceitual ao modelo proposto por Maia parte da ideia de que o setor se desenvolve de forma disruptiva e esse tipo de regulação seria absorvido pelas "bigtechs", mas mataria o desenvolvimento das startups, como aconteceu na Europa.

As "bigtechs", as grandes empresas de tecnologia, principalmente Google, Facebook, Amazon e Apple, todas norte-americanas, mantêm uma queda de braço com as autoridades judiciais brasileiras. O senso comum de que as plataformas digitais representavam uma revolução democrática, e não apenas tecnológica, está em xeque, devido à violência, ao uso maciço de fake news e à manipulação da opinião pública nas eleições. Essa influência negativa está sendo cada vez mais questionada.

A manipulação dos algoritmos por empresas como a Cambridge Analytica, decisiva na campanha do Brexit, na Inglaterra, e da atuação de hackers, principalmente russos, como ocorreu na eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos, em 2016, ligaram o alerta.

Em 2018, o presidente Jair Bolsonaro surpreendeu os adversários ao estruturar sua campanha e focar o marketing eleitoral nas redes sociais, sem que houvesse qualquer controle da Justiça Eleitoral. No ano passado, porém, foi diferente. Desde então, o STF investiga bolsonaristas responsáveis pela produção de fake news nas redes sociais, com objetivos antidemocráticos.

Ed Alves/CB/D.A Press



Vândalos depredam plenário do STF, em 8 de janeiro. No voto, Moraes defendeu que a Corte é o foro competente para analisar as ações contra os golpistas

PF prende tenente-coronel

Reprodução/Redes sociais

A Polícia Federal (PF) deflagrou, ontem, a 10ª fase da Operação Lesa Pátria, que investiga os atos golpistas que resultaram na invasão e depredação das sedes dos Três Poderes, em 8 de janeiro. Entre os presos, está o bolsonarista Euro Brasília Vieira Magalhães, tenente-coronel da reserva da Aeronáutica, detido no Rio de Janeiro.

O militar está na reserva desde 2012 e estava acampado no Quartel-General do Exército, no Setor Militar Urbano, com outros bolsonaristas que pregavam golpe militar e a manutenção do ex-presidente Jair Bolsonaro no poder. Ele publicou vídeos na internet em frente ao local e as suspeitas são de que atuou para incitar a tentativa de golpe de Estado.

No Pará, a PF prendeu Claudébir Beatriz da Silva Campos, que chegou a se candidatar a deputada estadual na eleição do ano passado. Outro detido é o diretor do PL em Monte Azul (MG), Silvio de Melo Rocha.

A Lesa Pátria se tornou uma operação permanente, sem



Euro e a mulher no QG do Exército. Preso por incitação ao golpe

prazo para acabar. As informações, documentos, oitivas realizadas e pessoas presas subsidiaram os inquéritos que correm no Supremo Tribunal Federal (STF) contra os acusados de participação nos atos antidemocráticos.

As equipes saíram às ruas para cumprir 16 mandados de prisão e 22 de busca e apreensão. Expedidos pelo STF, os mandados tinham como objetivo a

detenção de pessoas em Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo e no Distrito Federal. De acordo com a PF, os detidos são investigados os crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado, associação criminosa, incitação ao crime, destruição e deterioração ou inutilização de bem

» Heleno desiste de ir à CPI do 8/1

O ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, Augusto Heleno, desistiu de depôr à CPI dos atos antidemocráticos na Câmara Legislativa. A oitiva havia sido adiada para ontem a pedido do próprio militar da reserva, mas ele explicou ao presidente da CPI, deputado Chico Vigilante (PT), ter sido aconselhado por advogados a não depôr — pois poderia colocar "mais gasolina na fogueira". Vigilante afirmou que Heleno teme incriminar o ex-presidente Jair Bolsonaro.

especialmente protegido.

Os locais atacados pelos vândalos ainda passam por reformas e restaurações. Ontem, o Supremo liberou o acesso de servidores e jornalistas ao segundo andar do prédio principal da Corte, após restauração das paredes, equipamentos e dos sistemas elétricos e hidráulicos, danificados pelos extremistas. (RS)

**INSCRIÇÕES
ESGOTADAS!**



21.ABRIL

Frente ao Palácio
do Buriti ■ Às 7h

42KM solo ou dupla 21KM cada

5KM ■ **10KM**

**Retirada do
Kit Atleta**

HOJE e AMANHÃ

Local: Atacadão Dia a Dia
SIA – Área Especial, Qd. 5C
Horário: 10h às 20h



Camiseta 100% poliamida + Ecobag em algodão
+ Braçadeira porta celular + Número de peito
+ Medalha (pós-prova)

**Mais de R\$ 50 mil
em premiação!**



Os **1º, 2º e 3º** lugares
classificados de todas
as modalidades
receberão troféu!

**Venha fazer parte dessa grande festa em comemoração ao
Aniversário de Brasília e do Correio Braziliense.**

Programação

- Alongamento – 6h30
- Largada – 7h
- Batukenjé
- Kangoo Dance
- Homenagem aos Atletas de Brasília
- Bloco Eduardo & Mônica
- Premiação

W Dance



**BLOCO
EDUARDO
& MÔNICA**



Mais informações acesse o QR Code ou site
correio braziliense.com.br/maratonabrasilia2023



Patrocínio:



Patrocínio:



Foto Oficial:



Realização:



Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Os "filhos" de cada um

Os governistas já definiriam assim o esforço para aprovação das novas regras fiscais no Parlamento: a reforma tributária é um projeto em formação no Congresso e está em debate há anos. As novas regras fiscais, o tal "arcabouço" apresentado ontem, foram concebidas pelo Poder Executivo. Logo, é no arcabouço que o governo jogará primeiramente todas as fichas.

Governo ganhou tempo

Ao deixar a sessão do Congresso para a próxima semana, o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), dá sete dias ao governo para tentar retirar assinaturas do pedido da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI). Só tem um probleminha: quanto mais demora, mais cresce também a pressão para que haja a investigação.



Sou a favor da CPMI. Tem que se investigar esses atos em todas as instâncias. Quem for culpado que responda"

Do senador Marcelo Castro (MDB-PI), que já foi ministro de Dilma Rousseff e é aliado de Lula

Tudo é política

Ao levar até mesmo os opositoristas para a reunião que tratou das ações necessárias para combater a violência nas escolas, o governo Lula mostra uma relação institucional e abre pontes, inclusive, para futuras votações na Câmara e no Senado. O governador de Santa Catarina, Jorginho Mello, por exemplo, é da ala conservadora e aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro. E é considerado um dos nomes que pode ajudar na agenda econômica.

Uma casa petista

Da mesma forma que os partidos de centro que ficaram fora do governo buscam alguma brecha para ocupação de espaços no Executivo, os aliados históricos do PT começam a se sentir incomodados com o fato de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter reservado todos os postos palacianos para integrantes do PT. Embora a Esplanada esteja loteada, na hora de definir estratégias e organizar o jogo palaciano, não há vozes a favor de outros partidos, uma vez que todos são do PT, inclusive os líderes do governo. (O único que não é petista, mas é como se fosse, é Randolfe Rodrigues, da Rede).

Em tempo: no governo Lula 1, o Palácio do Planalto também começou como um clube exclusivo do PT. Porém, o líder do governo na Câmara era o deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), com amplo trânsito nos demais partidos. Quando houve o escândalo do mensalão, a conversa mudou e Lula se viu obrigado a modificar essa configuração. No Congresso, nesse cenário de 100 dias e fim do "recreio", há quem diga que, num futuro próximo, um novo rearranjo de forças terá que ser feito.



Maure/CB/DA Press

CURTIDAS

Lula e Getúlio/ Não são poucos os aliados do presidente que consideram que ele está certo ao criticar todos que participam da guerra da Ucrânia. Esses aliados lembram que quando o então presidente Getúlio Vargas ameaçou se aliar ao Eixo (Roma-Berlim) na Segunda Guerra Mundial e, depois, corrigiu a rota, obteve uma série de financiamentos dos Estados Unidos, inclusive a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Lula ajustou o discurso e condenou a invasão da Ucrânia. Pretende, com isso, voltar ao jogo no "grupo da paz".

Ciro no comando/ O PP de Arthur Lira (AL) tem convenção marcada para a próxima terça-feira e a previsão é de reeleger o presidente do partido, senador Ciro Nogueira (PI). Significa que a voz da legenda continuará sendo de oposição ao governo Lula.

Tal e qual/ O PP age mais ou menos como o governo em relação ao PT. Quando há projetos impopulares do Executivo, o PT reclama para continuar afinado com a sua base eleitoral. No caso dos progressistas, quando Lira se aproxima demais do governo, Ciro Nogueira critica algo para não perder as pontes com o conservadorismo.

Por falar em

Arthur.../ O deputado Fausto Pinato (PP-SP) encontrou com o líder do MDB, Isnaldo Bulhões (AL, foto), no plenário da Câmara, e saiu-se com esta: "Rapaz, vamos fazer um encontro. Você leva o Renan (Calheiros) e eu o Lira, e a gente se encontra na Ponte da Amizade. Se der errado, você segura um e eu seguro o outro". Foi uma gargalhada geral.



Billy Boss/Câmara dos Deputados

19 de abril/ Dia dos Povos Indígenas e do Exército brasileiro. Marca a Batalha dos Guararapes, em 1648, quando os brasileiros (incluindo aí os indígenas) expulsaram os holandeses do Recife. Fica aqui ainda a homenagem a um dos maiores historiadores brasileiros, Boris Fausto, cuja morte foi anunciada ontem.

CONGRESSO

Adiamento joga contra CPMI

Reunião de Pacheco com líderes transfere sessão conjunta. Planalto ganha tempo para retirar assinaturas e afundar comissão

» RAPHAEL FELICE

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), adiou para 26 de abril a sessão do Congresso e frustrou a oposição, que pretendia que fosse lido, ontem, o requerimento da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos antidemocráticos de 8 de Janeiro. A nova data dá mais fôlego ao Palácio do Planalto para trabalhar a retirada de assinaturas e sepultar a CPMI, vista pelos governistas como um palco armado pelos adversários para tentarem envolver o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seus principais ministros na balbúrdia dos vândalos bolsonaristas, que culminou na invasão e depredação das sedes dos Três Poderes.

O adiamento foi decidido na reunião de líderes. Além das legendas que apoiam o governo, outras que pareciam estar na oposição — como o Republicanos — também apoiaram a transferência da sessão do Congresso. Nos corredores da Câmara e do Senado, alguns parlamentares signatários do requerimento da CPMI admitem que podem deixar de apoiar a criação do colegiado. Nos bastidores, fala-se que haverá uma retirada em bloco de assinaturas, de diversas partidos, às vésperas ou logo após a leitura do requerimento.

A leitura da CPMI não garante a sua instalação, mas é uma das etapas necessárias para que comissões de inquérito sejam efetivadas. Até o momento, o requerimento do deputado André Fernandes (PL-CE) conta com 194 deputados e 37 senadores como signatários. O mínimo para a leitura ser efetivada é de 171 deputados e 27 senadores.

Publicamente, o motivo para adiar a sessão do Congresso foi a impossibilidade de votar o

projeto de lei para efetivar o piso da enfermagem. "Haverá sessão na quarta-feira da próxima semana, de modo que teremos a oportunidade de apreciar os vetos, os projetos de lei do Congresso e fazer a leitura do requerimento", disse Pacheco após reunião com os líderes.

"Esse adiamento é uma manobra do governo, que pretende aproveitar para tentar cooptar senadores e deputados para que retirem suas assinaturas, demonstrando um medo, um temor para nós inexplicável", acusou o líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN).

Medo zero

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), rechaçou a afirmação de Marinho. Afirmou que o governo não teme a CPMI.

"Nós, da democracia e do governo, fomos vítimas da agressão. Na verdade, esta CPMI vai investigar os financiadores, aqueles que organizaram a barbárie", disse.

Segundo o ministro Alexandre Padilha, da Secretaria de Relações Institucionais, os maiores defensores da CPMI na oposição "passaram pano" para os vândalos que participaram a tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro. Ele considera que a real intenção dos bolsonaristas é tumultuar as investigações da Polícia Federal (PF) e o inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF).

"Não é uma proposta de quem quer apurar quem é responsável, quem financiou e quem mobilizou aquele ato de terrorismo. Os líderes vão continuar conversando com os parlamentares, o que está sendo muito bem sucedido. Vários parlamentares estão se convencendo", destacou.

Pedro França/Agência Senado



Nós, da democracia e do governo, fomos vítimas da agressão. Na verdade, esta CPMI vai investigar os financiadores, aqueles que organizaram a barbárie"

Senador Jaques Wagner (PT-BA), líder do governo no Senado

Bolsonaristas forçam para evitar derrota

Inconformados com o adiamento para o dia 26 e prevendo que o Palácio do Planalto conseguirá esvaziar o requerimento da CPMI sobre a tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro, os bolsonaristas tentaram forçar os líderes a realizarem a reunião do Congresso. Após discussão no gabinete do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), deputados e senadores da oposição tentaram atingir o quórum no curto período em que a sessão ficou aberta para forçar Pacheco a ler o requerimento da comissão de inquérito.

Mas não ficou somente nisso. Um grupo capitaneado pelos deputados Bia Kicis (PL-DF), Nikolas Ferreira (PL-MG), Júlia

Zanatta (PL-SC) e outros bolsonaristas, ao terem permissão para entrar na reunião de líderes do Parlamento com o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a invadiram aos gritos de "vai ter CPMI".

A prova de que os bolsonaristas previam o adiamento da sessão é que, horas antes, os parlamentares anunciavam nas redes sociais as manobras que tentariam. O deputado André Fernandes (PL-CE), autor do requerimento da CPMI, convocou os integrantes da oposição a forçar a abertura da sessão do Congresso.

"As 12h, todos parlamentares precisam estar aqui no plenário da Câmara dos Deputados para termos quórum suficiente para

abrir a sessão conjunta. De forma inédita, o registro de presença abrirá exatamente 12h e deve durar apenas meia hora", disse o parlamentar, ainda de manhã.

Obstrução

Com o adiamento da sessão, restou à oposição reunir as lideranças na Câmara e no Senado para traçar uma estratégia. O grupo, capitaneado sobretudo por parlamentares do PL, pretende obstruir as pautas nas comissões e nos plenários do Senado e da Câmara caso a CPMI seja sepultada na próxima semana. "Não resta mais nada a não ser obstruir toda a pauta. Não votaremos mais nada até o dia 26.

Que medo é esse que Lula tem tanto de uma CPMI e faz com que Rodrigo Pacheco seja seu despachante", anunciou o líder da oposição na Câmara, Carlos Jordy (PL-RJ).

O vice-líder do governo, Lindbergh Farias (PT-RJ), rebateu. "Estão dando o maior tiro no pé porque vamos para a CPMI. Não queríamos fazer porque temos que governar. A Polícia Federal e o Supremo Tribunal Federal estão fazendo os seus trabalhos, e estão prendendo a base de vocês, golpistas. Quero fazer um pedido ao governo para ser sub-relator dos financiadores. Quero ver a CPMI acontecendo e vamos trabalhar nela", desafiou. (RF)

DIPLOMACIA

Lula baixa tom sobre guerra

Um dia depois da visita de ministro russo e de declarações polêmicas, presidente enfatiza respeito à integridade territorial ucraniana

» HENRIQUE LESSA
» VINICIUS DORIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva baixou o tom, ontem, em relação às declarações que deu nos últimos dias sobre a guerra na Ucrânia. Em discurso no Itamaraty, na recepção ao presidente da Romênia, Klaus Werner Iohannis, reforçou a posição brasileira adotada nas Nações Unidas, de compromisso com a defesa da inviolabilidade de fronteiras de países soberanos.

“Ao mesmo tempo em que meu governo condena a violação da integridade territorial da Ucrânia, defendemos uma solução política e negociada para o conflito”, justificou.

Depois do impacto negativo das entrevistas que concedeu em Pequim e em Abu Dhabi (Emirados Árabes Unidos), Lula evitou conversar com a imprensa, ontem, no evento com o presidente romeno — que está em viagem oficial ao Brasil. O país do Leste Europeu faz parte da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e tem mais de 600km de fronteira com a Ucrânia.

Lula optou por ler um discurso diplomático, em que voltou a demonstrar preocupação com os resultados do confronto entre Rússia e Ucrânia. “Falei da nossa preocupação com os efeitos da guerra que extrapolam o continente europeu. Reiterei minha preocupação com as consequências globais desse conflito em matéria de segurança alimentar e energética, especialmente sobre as regiões mais pobres do planeta”, destacou.

Receptividade

O recuo na retórica foi bem recebido por diplomatas brasileiros que acompanham as repercussões das últimas falas de Lula — em especial, a polêmica declaração dada em Abu Dhabi de que

Ricardo Stuckert/PR



Lula, Iohannis, Janja e a primeira-dama romena. Encontro deu a oportunidade ao presidente de desfazer o mal-estar causado pelas recentes declarações



Ao mesmo tempo em que meu governo condena a violação da integridade territorial da Ucrânia, defendemos uma solução política e negociada para o conflito

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva

“a decisão da guerra foi tomada por dois países”, equiparando Rússia e Ucrânia como responsáveis pela deflagração do conflito armado. Essa afirmação, em particular, provocou forte reação de autoridades dos Estados Unidos e da Europa.

Ontem, foi a vez do G7 — grupo formado por Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido e União Europeia — divulgar uma dura nota, no mesmo dia em que o ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergey Lavrov, estava em Brasília, em visita oficial. Após uma reunião de chanceleres, no Japão, o cotado reafirmou a posição de

intensificar as sanções econômicas contra a Rússia. E avisou: os países que insistirem no apoio ao governo de Moscou sofrerão “severos custos”.

Uma fonte da diplomacia brasileira disse ao **Correio** que a reação dos EUA e de seus aliados é um recado de que não aceitam novos interlocutores na moderação do conflito com a Rússia. “Estão dando bola preta para Lula, não admitem intermediação que não seja a deles. É uma disputa pela narrativa da guerra”, avaliou.

Mas ponderou que, no campo da diplomacia profissional, o tom é bem mais moderado. “Na diplomacia de Estado, a situação é sempre mais amena,

e a tendência é essa mesma, a de baixar o tom”, explicou, recomendando, porém, que Lula module suas declarações para “evitar mais ruídos”.

Um embaixador de primeira classe, que esteve com Lula na viagem à China e aos Emirados Árabes Unidos, foi na mesma linha. Disse que, apesar das declarações dos últimos dias, a posição oficial brasileira permanece exatamente a mesma que adotou ao votar a favor da resolução da ONU que condenou a invasão russa, em fevereiro. “O que vale, para nós, é a posição que adotamos nas Nações Unidas. Não são declarações esporádicas”, afirmou.

Nelson Almeida/AFP



Amorim: “Não é um convite para conversar, é para ver a guerra”

Kiev reforça convite de visita

Um dia depois da visita que o ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergey Lavrov, fez a Brasília, o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, reforçou o convite para que Luiz Inácio Lula da Silva visite oficialmente seu país — invadido em fevereiro do ano passado pelas tropas de Vladimir Putin.

Após criticar as declarações do presidente brasileiro sobre a responsabilidade conjunta de Rússia e Ucrânia pela deflagração da guerra, o porta-voz da Chancelaria de Kiev, Oleg Nikolenko, reiterou o convite feito a Lula “para para compreender as verdadeiras causas e a natureza da agressão russa e as suas

consequências para a segurança global”.

Em postagem na sua rede social, o porta-voz da diplomacia da Ucrânia escreveu que “observa com interesse os esforços do presidente do Brasil para por fim à guerra”. Isso, porém, não impediu de criticar a fala de Lula, que deu “o mesmo peso” para o “agredido e o agressor”.

Em entrevista à *GloboNews*, o ex-chanceler Celso Amorim, assessor especial do Palácio do Planalto para assuntos internacionais, disse que o governo brasileiro está disposto a “conversar com quem quer que seja”. Mas levantou dúvidas sobre a intenção do convite dos ucranianos.

“Cada vez que surge um convite, não é um convite para conversar, é um convite para ir lá ver a guerra. Nós sabemos que a guerra é uma coisa terrível. Nós vimos a guerra do Vietnã, vimos as guerras no Afeganistão, a invasão do Iraque, vimos tudo isso. Não estou diminuindo a importância nem a tragédia do povo ucraniano. Os convites são sempre dessa forma. Não excluo que, se houver um convite desse tipo e, dependendo, obviamente, da decisão do presidente Lula — porque eu sou um assessor dele, não sou, sequer, ministro —, eu certamente consideraria (a possibilidade de visita)”, afirmou. (VD)



ALEXANDRE GARCIA

ESTOU EM PORTUGAL HÁ QUASE DUAS SEMANAS E TALVEZ ISSO ME AGUCE A COMPARAÇÃO ENTRE A PÁTRIA-MÃE E A EX-COLÔNIA. PORTUGAL ESTÁ ORGANIZADO, FÁCIL DE VIVER, COM SEGURANÇA PESSOAL, PATRIMONIAL E JURÍDICA

Propaganda enganosa

Existe crime de opinião no Brasil? Nove entre 10 juristas vão dizer que não. Que a Constituição, em cláusula pétreia, garante a liberdade de opinião, vedado o anonimato. No entanto, nos dias de hoje, foi criado, com a omissão da mídia, o crime de opinião, não previsto nas leis brasileiras, que tem sido tratado com mais rigor que os chamados crimes comuns. Esclareça-se que caluniar, difamar e injuriar não é manifestação de opinião.

Criticar aqueles que estão a nosso serviço nos Três Poderes não é uma permissão, uma concessão, mas um dever de

todo cidadão atento, pagador de seus impostos, mandante de todos os mandatários postos no poder por seu voto. Se não for assim, não é democracia. Se deputados, senadores e vereadores não representarem seus eleitores, não é democracia. Se prefeitos, governadores e presidente da república não prestarem serviços para os que são origem de seu poder, não é democracia. Se juízes não forem escravos, mas senhores, das leis que são chamados a aplicar, não é democracia. Se os próprios juízes tomarem a iniciativa de submeter pessoas a julgamento, não é o devido

processo legal da democracia.

O Brasil passa por um vale de trevas. Os criminosos comuns estão cada vez mais cheios de regalias e poder. A opinião crítica dos cidadãos está cada vez mais ameaçada por prisões arbitrárias e sem o devido processo legal. Estou em Portugal há quase duas semanas e talvez isso me aguce a comparação entre a pátria-mãe e a ex-colônia. Portugal está organizado, fácil de viver, com segurança pessoal, patrimonial e jurídica.

Turistando

É o melhor destino turístico

dos europeus. Só o Algarve recebe o mesmo número de turistas estrangeiros que o Brasil inteiro. Responsabilidade dos nossos governantes, nossos legisladores, nossos juízes, nossos eleitores. A natureza nos deu tanto e nós fizemos tão pouco.

Agora, nosso Poder Executivo quer fazer uma política externa de colônia, escolhendo de quem sermos escravos. Nossos legisladores não sabem que seu único senhor é o eleitor e nossos magistrados mais altos se julgam ungidos para estar acima da Constituição. O plenário do Congresso não pode ser substituído pela cabeça de um juiz do

Supremo Tribunal Federal. Nem o Congresso está jungido a outro poder que não seja o povo.

O povo, que vive mal, se conforma porque nunca conheceu o bem-estar, nem um país que respeite o cidadão, que lhe dê a segurança de sacar dinheiro de madrugada num caixa eletrônico numa ruela escura, em que as pessoas se respeitem e respeitem suas cidades como sua própria casa. No Brasil, estamos sempre esperando o assalto, o furto, o vigarista, porque é o país onde o crime compensa — que o diga André do Rap.

O vice-prefeito de Porto Alegre, Ricardo Gomes, fez um libe-

Discursos erráticos

» ROSANA HESSEL

Ao fazer declarações favoráveis à Rússia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou uma saia justa que pode comprometer a imagem do país no exterior. Provocou reações indignadas dos Estados Unidos e da União Europeia, chegando a ser chamado de “papagaio” de Moscou — sobretudo quando acusou-os de estarem prolongando a guerra ao ajudarem militarmente a Ucrânia.

Embaixadores em Brasília ficaram em dúvida sobre o que levou Lula a fazer um discurso na contramão das regras da diplomacia justamente quando visitava países com regimes autoritários — como China e Emirados Árabes Unidos. Lula deixou embaixadores de democracias consolidadas “surpresos e decepcionados” ao criticar os EUA, gratuitamente, nos Emirados Árabes, culpar a Ucrânia pelo conflito e ainda receber o ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergey Lavrov.

Para o diplomata e ex-ministro da Fazenda Rubens Ricupero, Lula está queimando um capital político que acredita ter. “Os EUA e a União Europeia têm razão ao criticar o governo brasileiro objetivamente, porque Lula fez o jogo da propaganda da Rússia”, destacou. Ele criticou, inclusive, o fato de o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, evitar usar a palavra “guerra” para falar da invasão na Ucrânia. “Só falta ele falar em ‘operação especial’ como faz Putin. Ele está recebendo críticas de todo o mundo. Acho que não vi até agora nenhuma manifestação de apoio, a não ser de russos e chineses”, destacou.

O diplomata Renato Marques, ex-embaixador na Ucrânia e em Belarus, ressaltou que o saldo da confusão diplomática — que fez Lula recuar, ontem, no discurso em relação à Ucrânia — será ruim para as ambições do Brasil de ser um pacificador. O país, segundo ele, poderia ser um candidato natural a integrar um esforço multinacional de paz quando as condições estiverem maduras, “mas está mais equidistante”.

Para o economista e professor da Universidade de São Paulo (USP) Simão Silber, o governo “está perdido”. “O Brasil do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) já era um pária global por causa dos retrocessos no Meio Ambiente e por negar a ciência durante a pandemia da covid-19. Ao sinalizar apoio à Rússia, não é posição de estadista, mas de sindicalista”, lamentou.

lo magnífico no Fórum da Liberdade, lembrando que em 1215 a Magna Carta das Liberdades já estabelecia que ninguém será preso ou privado de sua propriedade, ou exilado, ou de alguma maneira destituído, a não ser por julgamento legal de seus pares. Pois 808 anos depois, no Brasil, não há quem exija o juiz natural, a liberdade de opinião, a ausência de censura, o direito à remuneração pelo seu trabalho, a imunidade parlamentar, o direito de reunião sem armas, e o devido processo legal.

Sem isso, “Estado Democrático de Direito” é apenas um rótulo de propaganda enganosa.



EDUCAÇÃO

O custo da evasão no ensino médio

Pesquisa revela que o país teria um ganho econômico de R\$ 111 bilhões se elevasse a taxa de estudantes que concluem o curso secundarista. MEC fará pesquisa on-line com alunos e professores

» TAINÁ ANDRADE

A evasão escolar afeta diretamente a geração de renda. Essa é a conclusão do estudo Combate à Evasão no Ensino Médio: desafios e oportunidades, realizado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan Sesi), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

A pesquisa indica que se a taxa de conclusão do ensino médio entre os jovens mais vulneráveis estivesse em 84%, haveria uma economia de R\$ 111 bilhões por ano nos cofres públicos. Caso o Brasil alcançasse a taxa do Chile (93,4%), esse ganho econômico seria de R\$ 135 bilhões. Atualmente, apenas 46% de brasileiros mais pobres concluem o ensino médio.

Segundo a consultora em educação, técnica e coordenadora da pesquisa, Andrea Marinho, o jovem que não conclui a escola tem maior dificuldade de se colocar no mercado de trabalho. E isso pressiona os serviços do Estado voltados para atender a população mais vulnerável, como segurança, saúde e benefícios sociais.

“O jovem que não tem ensino médio tem mais dificuldade de se colocar no mercado de trabalho, de conseguir emprego formal. E quando consegue, ganha um salário menor. Além disso, tem expectativa de vida menor. Tende a ter problemas de saúde, acaba usando mais o sistema de saúde. É óbvio que o jovem mais vulnerável fica mais suscetível às questões de criminalidade. O que vivemos hoje é um mundo em constante mudança, e a economia depende de como esse mundo do trabalho se organiza”, afirma a especialista.

Os valores apontados no estudo revelam o drama de uma geração que é obrigada a ficar sob a tutela do Estado para sobreviver. Essa dependência impacta em custos com benefícios sociais, com habitação ou com os investimentos em saúde que passarão a ser “curativos”, ou reparadores.

“O ensino médio é um momento em que o jovem passa da juventude para a vida adulta, do mundo da escola para o do

Vinicius Magalhães



Andrea Marinho: jovens sem ensino médio são vulneráveis e dependem mais dos serviços do Estado



A evasão escolar não só acomete os jovens mais pobres, mas também perpetua a desigualdade social, porque, se não tem uma educação, não tem base para o exercício pleno da sua cidadania”

Andrea Marinho, coordenadora da pesquisa da Firjan

trabalho, quando tem uma educação básica de mais qualidade tem condições de fazer melhores escolhas, de se adaptar melhor. Portanto, está mais preparado para buscar uma qualificação profissional que permita mais opções”, argumenta Andrea Marinho. “A evasão escolar não só acomete os jovens mais pobres, mas também perpetua a desigualdade social, porque, se não tem uma educação, não tem base para o exercício pleno da sua cidadania, nem para constituição de uma carreira”, acrescenta.

Por isso, a pesquisadora ressalta a importância de o governo priorizar a redução do abandono escolar, que se tornou uma questão estruturante. A pesquisa identifica fatores críticos nessa realidade: baixa aprendizagem; alto índice de repetência; necessidade de criar ambientes estimulantes;

ausência de currículo escolar interessante, que dialogue com os alunos; reforço do apoio à gestão escolar, à formação e à valorização dos professores.

“Se o aluno não tem na escola um ambiente favorável ao seu desenvolvimento, que seja atraente, ele não se convence, no projeto de vida, de que as questões educacionais fazem parte do caminho. O jovem passa a se atrair pelas coisas cotidianas, que normalmente é a geração de renda. A vida real grita para a necessidade de renda, por uma questão de sobrevivência”, observa a especialista.

Andrea Marinho salienta, ainda, a necessidade de se levar em conta os pontos específicos de cada localidade. “É preciso fornecer aos gestores públicos um conjunto de alternativas para que possam adaptar a cada realidade local um conjunto de soluções”, aponta a coordenadora.

Governo quer ouvir 100 mil

O Ministério da Educação (MEC) começará, em 8 de maio, a ouvir 100 mil estudantes e professores sobre o novo ensino médio com uma pesquisa feita por meio do WhatsApp. As pessoas selecionadas para a pesquisa por um instituto receberão um QR code pelo aplicativo de mensagens para participar. A população em geral também poderá opinar sobre a reforma a partir de 24 de abril na plataforma Participe Brasil, pela internet.

“Queremos evitar a polarização e um discurso plebiscitário. O que queremos é uma participação de qualidade, com proposições, situações reais que nos direcionem para medidas com relação a implantação, alguma alteração no desenho do currículo”, disse a secretária executiva do MEC, Izolda Cela, ao participar do evento Educação Já do Todos Pela Educação, em Brasília.

Ela ouviu professores da plateia falar das dificuldades com o novo ensino médio. A decisão de suspender, por meio de uma portaria, o cronograma da reforma causou muita controvérsia. Além das pesquisas, o governo pretende divulgar, no fim do mês, um calendário com reuniões sobre o tema com entidades representativas de estudantes, professores e especialistas, on-line e presenciais.

Segundo Izolda, a pesquisa pelo WhatsApp deverá ser finalizada apenas em julho, portanto após o período de 90 dias estipulado para a consulta pública sobre o assunto no MEC. “Não vejo problema em prorrogar, desde que as coisas já estejam acontecendo”, afirmou.

“Pelo amor de Deus, não levem esse assunto para o Supremo, isso tem que ser decidido por educadores”, disse o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, presente no evento. Segundo ele, o novo ensino médio “parece um avanço”. E “pior que um modelo ideal é um modelo que nunca se consolida”. Para Barroso, as políticas educacionais precisam ter continuidade.

SOCIEDADE

Conselho vai reforçar política indígenista

» TAINÁ ANDRADE
» ÁNDREA MALCHER

O Conselho Nacional de Políticas Indígenistas (CNPI), colegiado extinto pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em 2019 será restabelecido com uma maior participação dos povos indígenas. Segundo o Ministério dos Povos Indígenas (MPI), o retorno está previsto para o dia 28, no encerramento da programação do Acampamento Terra Livre (ATL). A proposta de decreto presidencial ainda está em análise na Casa Civil.

“No âmbito do governo, houve a discussão interna com o ministério (MPI) para ajudar a trabalhar na minuta de reinstalação do Conselho. Topamos alguns ajustes dessa proposta de acréscimo, de participação do movimento, de ampliação e reformulação da minuta do decreto”, explica Kleber Karipuna, coordenador executivo da Articulação dos Povos Indígenas (Apib), uma das instituições que deve entrar na nova composição e participa das discussões.

Ainda em março, a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, destacou a restauração do colegiado como uma das prioridades da pasta. Guajajara vê o Conselho como uma instituição que daria atenção às diferentes realidades dos povos indígenas pelo país. Essa, por sinal, é uma demanda antiga dos movimentos sociais desses povos. O coordenador da Apib destaca que as diferenças regionais terão peso na nova formação do Conselho.

Autonomia

A Apib sugeriu que o Conselho saia da presidência da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e passe para o MPI, com o comando da secretaria-executiva e o departamento de participação social; que a quantidade de reuniões passe de três para quatro; e que a escolha dos membros seja feita diretamente pelos representantes das organizações, sem intermédio do Estado.

Txai Suruí, coordenadora do movimento da juventude indígena de Rondônia, acredita que o CNPI precisa ser fortalecido, para que seja mais que uma “devolução”. Ela considera o conservadorismo no Congresso Nacional e as pressões de setores do agronegócio obstáculos para avanços nas políticas públicas voltadas aos indígenas.

“A nossa pauta deve ser colocada como prioridade. Enquanto isso não acontecer, o que vai mudar efetivamente?”, questionou Suruí ao **Correio**. “É preciso fortalecer com orçamento, recursos, condições, poder de fato, porque o político que está aí está pressionando contra a gente também no sentido de ter uma frente ampla que é contra a pauta ambiental. Eles também estão pressionando por aquilo que eles querem, só que essas pessoas têm muito mais poder político que a gente”, completa.

O líder indígena Marcos Terena considera fundamental o conselho reativado ter autonomia, de modo a exigir avanços nas políticas públicas indígenas. “O problema é se o presidente do Conselho não tiver autonomia para avançar nas cobranças nascidas das comunidades indígenas. A questão não é mais só demarcação. Hoje, o indígena jovem quer emprego, entrar na universidade, criar bairros indígenas nas cidades”, pontua.

OBITUÁRIO

Boris Fausto, 92 anos, historiador e escritor

Morreu o historiador, cientista político e escritor Boris Fausto. Autor de *A Revolução de 1930* e de outros livros que marcaram a historiografia brasileira, ele tinha 92 anos. Estudioso da História Política do Brasil no período republicano, Boris se debruçou ainda sobre a criminalidade em São Paulo no começo do século 20 e sobre a formação do pensamento autoritário no país.

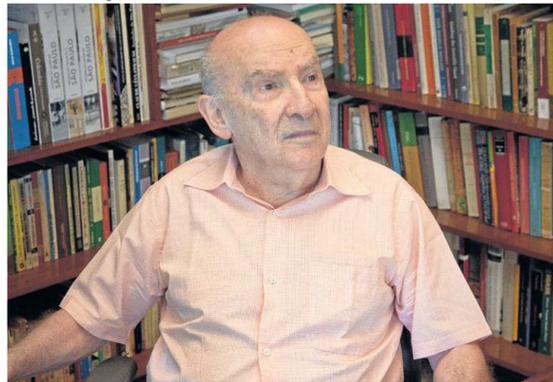
Doutor pela Universidade de São Paulo — onde se graduou em Direito, foi assessor jurídico e professor de Ciência Política —, Boris nasceu em 1930, em São Paulo, em uma família de imigrantes judeus. Com *A Revolução de 1930*, provocou mudança

nas análises sobre o tenentismo e o fim da República Velha. Fausto via nos jovens militares um espírito que, “em grande linha, não era democrático”. “Era militar como temos em nossa tradição. Era salvacionista e propugnaram a manutenção da ditadura do Getúlio (Vargas) tanto quanto possível”, escreveu.

Seu livro o inseriu na lista de autores seminais da realidade brasileira, como Florestan Fernandes, Francisco Weffort e Fernando Henrique Cardoso.

O autor tinha afeto especial por outro de seus livros: *História do Brasil*, seu maior best-seller. “Tenho afeição por ele e acho que foi um marco que pode ser

Carlos Fausto/Divulga???



Boris Fausto: intelectual integra lista dos autores seminais do Brasil

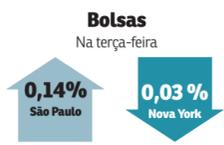
aproveitado. Mas muita coisa ali foi superada, como eu já superrei, se fosse escrever uma nova história”, contou.

Boris era o mais velho de três irmãos. O mais jovem

— o médico Nelson — morreu em 2012; e o filósofo Ruy, em 2020. Resolveu então escrever sobre o tempo em que os três viviam no bairro paulistano de Higienópolis.



9 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 19 de abril de 2023



Na terça-feira

Dólar

R\$ 4,976
(+ 0,78%)

Dólar	Últimos
12/abril	4,941
13/abril	4,926
14/abril	4,915
17/abril	4,937

Salário mínimo

R\$ 1.302

Euro
Comercial, venda na terça-feira

R\$ 5.459

CDI
Ao ano

13,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)

13,65%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Outubro/2022	0,59
Novembro/2022	0,41
Dezembro/2022	0,62
Janeiro/2023	0,53
Fevereiro/2023	0,84

CONTAS PÚBLICAS

Gov. divulga regra fiscal menos rígida

Projeto de Lei complementar que vai ao Congresso amplia exceções a limites de gastos e recebe críticas de economistas

» ROSANA HESSEL
» RAFAELA GONÇALVES

Depois de várias idas e vindas, o governo finalmente entregou ao Congresso Nacional, ontem, a proposta do novo arcabouço fiscal, que vai substituir o teto de gastos — emenda constitucional de 2016 que limita o aumento da despesa à inflação do ano anterior. O projeto da lei complementar da nova âncora fiscal foi assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em cerimônia, no Palácio do Planalto, com a presença do vice-presidente do Senado, Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), e do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

O texto foi apresentado com alguns ajustes em relação ao anunciado anteriormente, como a exclusão de receitas extraordinárias da base de cálculo para o aumento real das despesas. As receitas não recorrentes, como privatizações, concessões, permissões, royalties e dividendos das estatais não serão levadas em conta para calcular os limites de expansão de gastos. Conforme a proposta, as despesas do governo terão crescimento real (acima da inflação) de 0,6% a 2,5%, limitado a 70% das receitas.

A regra ainda incluiu precatórios — dívidas judiciais do governo —, na lista de exceções para o cálculo dos gastos totais, o que está gerando desconfiança sobre a sustentabilidade do novo limite para as despesas.

O arcabouço prevê metas de resultado primário (receitas menos despesas) positivos a partir de 2025. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu as exceções. “Elas estão na Constituição. A única coisa que nós fizemos foi reproduzir no texto aquilo que já está na Constituição e que não pode ser alterado por lei complementar nem por lei ordinária”, disse o ministro a jornalistas.

Haddad reforçou a necessidade de redução nas renúncias fiscais — que chegam a R\$ 600 bilhões — como fundamental para o cumprimento das metas previstas. “Estamos querendo rever um quarto dessa renúncia para garantir a sustentabilidade fiscal do país”, afirmou.

Após receber a versão final do arcabouço fiscal, Arthur Lira afirmou que “até 10 de maio”

será possível aprovar o texto na Câmara. A proposta precisa de 308 votos para passar pelo Casa em dois turnos. O relator da proposta deve ser escolhido nesta quarta-feira.

Desconfiança

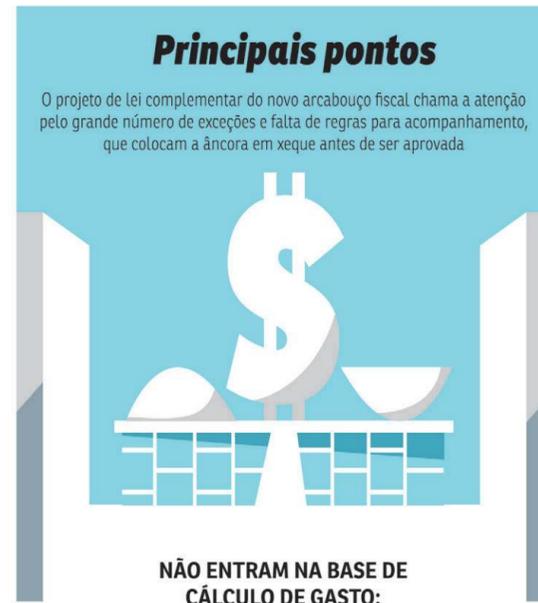
Apesar de ser uma demanda do mercado para sinalizar o compromisso do novo governo com a responsabilidade fiscal, projeto gerou dúvidas entre especialistas. De acordo com analistas ouvidos pelo **Correio**, há risco de a nova âncora entrar para o rol de regras que não são cumpridas, a exemplo do teto de gastos, que vem sendo ampliado desde 2019.

Para eles, as exceções de itens como precatórios dos limites de gasto podem provocar “furos” no novo teto para as despesas. “É mais uma lei que não será cumprida, porque não é operacional e depende de aumento de impostos que dificilmente serão aprovados pelo Congresso”, ressaltou o economista e professor da Universidade de São Paulo (USP) Simão Davi Silber. Para ele, Haddad não vai conseguir apoio do Congresso para elevar a arrecadação em até R\$ 150 bilhões para cumprir as regras do novo arcabouço e as metas fiscais a partir de 2024.

Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da Ryo Asset, considerou o novo arcabouço pouco crível. “Perdemos uma boa oportunidade de entregar o equivalente ao ‘Plano Real Fiscal’”, afirmou.

De acordo com um técnico da Esplanada dos Ministérios, o desenho do novo arcabouço nasce com a ideia de limite frouxo para as despesas. “O importante, num ajuste fiscal, é limitar o gasto, mas criaram 13 exceções, incluindo precatórios do novo teto de gastos. Numa primeira visão, me parece um teto todo furado”, destacou o economista, que pediu anonimato.

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, reconheceu que há sempre o risco de as exceções nas despesas acabarem gerando brechas para o aumento de gastos. “Algumas dessas exceções já estavam na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Transição, e o governo não quis mexer. Vamos ter que acompanhar para ver se, no ano que vem, o governo não estará gastando fora da regra por esses escapes”, acrescentou.



- 1 Transferências constitucionais
- 2 Complementação do Fundeb
- 3 Créditos extraordinários
- 4 Transferência de fundos de saúde para piso da enfermagem (enfermeiro, técnico, auxiliar e parteira)
- 5 Gasto com projetos socioambientais e climáticos lastreados por acordos (extra) judiciais
- 6 Gasto com universidades, institutos de educação e hospitais universitários custeados com doações, convênios e receita própria
- 7 Gasto da União com obras e serviços de engenharia custeados com recursos de estados e municípios
- 8 Precatórios
- 9 Precatórios do Fundeb
- 10 Gasto com eleições
- 11 Aumento de capital com estatais não financeiras e não dependentes
- 12 Gasto com gestão de florestas do Instituto Chico Mendes
- 13 Repasse da União aos estados e municípios de receita patrimonial de venda de imóveis

CRITÉRIO DE RECEITA UTILIZADO COMO REFERÊNCIA DEDUZ:

- 1 Concessões
- 2 Dividendos
- 3 Exploração de recursos naturais (Óleo e Gás)
- 4 Transferências legais e constitucionais

BASE DA RECEITA E INFLAÇÃO

- Taxa de inflação que corrige o gasto é a realizada no 1º semestre mais a projeção do 2º semestre do ano anterior (constante da LDO)
- Taxa real de crescimento da despesa entre 0,6% e 2,5% ao ano de 2024 a 2027, limitada a 70% da receita

Fontes: PLC e Ryo Asset

Três perguntas para

MONICA DE BOLLE, economista e pesquisadora do Peterson Institute for International Economics



Para economista, novo arcabouço não deve funcionar

Qual a sua avaliação do novo arcabouço fiscal enviado ao Congresso?

Nunca enxerguei a necessidade de um novo arcabouço fiscal. O Brasil já tem um excesso de regras fiscais e o maior problema é a falta de um mecanismo de governança para elas serem cumpridas. E isso não temos. Sem esse mecanismo, o Brasil dá mais um passo na direção errada. O novo arcabouço cria uma complexidade em excesso, na realidade, para uma outra meta fiscal, além das existentes, que não é necessária. Tudo o que o governo precisa para reduzir a relação dívida-Produto Interno Bruto (PIB), a médio prazo, está dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal. Bastaria cumpri-la.

E como seria esse mecanismo de governança?

A discussão econômica no Brasil é de baixa qualidade e não acompanha o debate internacional. Os agentes financeiros estão por fora do que se passa no resto do mundo. Não adianta achar que a Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado Federal, seria esse mecanismo, mas é um embrião. É preciso um conselho fiscal independente, como o da União Europeia, ou CBO (Escritório de Orçamento do Congresso), nos Estados Unidos. A IFI faz um bom trabalho, mas é pequena e não tem a envergadura política para funcionar como mecanismo de governança. Por isso, é preciso uma conscientização

generalizada do problema fiscal a fundo. Nós não temos um mecanismo de governança. Então, a gente pode inventar a regra que quiser, pode fazer a regra mais bonita do mundo sem um mecanismo de governança. Esquece. A regra vai sempre ser alterada em algum momento. Pode ser uma regra porcaria, como foi o teto de gastos, ou pode ser uma regra mais bem feita.

E qual seria a saída?

Incluir um limite para os gastos na Constituição foi um erro ou ingenuidade. Nos últimos seis anos, a Constituição foi descaracterizada toda vez em que o teto foi alterado, em um prazo menor do que o rito tradicional de tramitação de uma emenda constitucional. Com isso, foi aberto o espaço para o orçamento secreto. O teto foi mal feito e não podia ficar na Constituição. O importante é que ele será substituído com esse novo arcabouço, mas sem um mecanismo de governança, a nova regra também não vai funcionar. Na verdade, para conseguir a sustentabilidade da relação dívida-PIB, o governo não precisava enviar um projeto de lei complementar ao Congresso. Bastava o presidente da República publicar um decreto. O regime de metas de inflação, por exemplo, é uma resolução do Banco Central com força de um decreto. Se o governo quisesse fazer uma coisa razoável para ter uma âncora fiscal, ele poderia estabelecer um horizonte para a dívida-PIB por decreto. **(RH)**

Gov. desiste de taxar compras on-line de até US\$ 50

O governo recuou e decidiu manter a isenção de tributos para encomendas do exterior sem fins comerciais, entre pessoas físicas, com valor de até US\$ 50 (por volta de R\$ 250). Segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu a ele, na segunda-feira, que tentasse resolver o problema de sonegação de plataformas estrangeiras de comércio eletrônico com medidas

administrativas, aumentando a fiscalização da Receita Federal.

“O governo vai manter a isenção para pessoa física. Na verdade, estão usando brecha para burlar a lei. A Receita queria fechar essa brecha. O presidente falou para atuar administrativamente, primeiro, para não prejudicar quem, de boa-fé, está usando essa regra”, disse Haddad.

O recuo ocorre no momento em que o ministro da Fazenda

defende a revogação do chamado de “jabutis tributários” para aumentar a arrecadação do governo — condição essencial para a implantação da nova âncora fiscal. A taxa das compras on-line poderia

Pelo projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o Orçamento de 2024 tem um “furo” de R\$ 172 bilhões nas despesas, que ficarão condicionadas à aprovação do arcabouço

fiscal. O projeto de lei foi feito considerando um aumento entre R\$ 145 bilhões e R\$ 155 bilhões de receitas com base em medidas tributárias que ainda não foram tomadas.

Segundo o Fisco, varejistas asiáticas estariam burlando a lei e despachando encomendas como se o remetente fosse uma pessoa física para as compras não serem taxadas com o imposto de importação — de 60%

do valor aduaneiro (soma do valor da mercadoria, frete e seguro, se houver).

No entanto, o anúncio da mudança teve uma forte repercussão negativa, com uma avalanche de críticas na internet. A primeira-dama, Rosângela da Silva, a Janja, que tem mais de 1,4 milhão de seguidores nas redes sociais, entrou em campo para minimizar os comentários negativos ligados à proposta.

Haddad afirmou que está estudando como outros países lidam com o tema para adotar novas medidas no Brasil.

Sobre a expectativa de arrecadação de R\$ 8 bilhões com o fim da isenção, ele disse que vai depender dessas novas medidas, mas admitiu que será difícil atingir essa cifra. “Vai ficar mais difícil, mas vamos verificar uma forma de fiscalização administrativa mais eficaz”, disse.

Mercado S/A



AMAURI SEGALLA
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

« A realidade é que o governo voltou à estaca zero após a repercussão negativa da proposta »

Mais um acidente fatal com carros autônomos da Tesla

Há, pelo menos, cinco anos os fanáticos por inovações asseguram que os carros autônomos se tornarão onipresentes nas estradas do mundo inteiro. O futuro chegou, mas os veículos capazes de se locomover sem interferência humana são um fiasco completo. A Tesla revelou às autoridades americanas mais um acidente fatal envolvendo carros desse tipo. Eles provocaram 17 mortes desde junho de 2021. O que deu errado? Uma explicação óbvia é a dificuldade para criar sistemas 100% seguros, algo ainda distante.

Getty Images



Samsung supera Apple na briga pelo mercado de smartphones

Samsung e Apple mantêm briga acirrada pela liderança global do mercado de smartphones. No primeiro trimestre do ano, segundo dados apresentados pela empresa de análise Canals, a sul-coreana viu sua participação crescer para 22%, roubando assim a ponta da americana Apple, que passou a deter 21% das vendas. Enquanto as duas brigam pelo topo, a chinesa Xiaomi começa a representar uma ameaça, com uma fatia de 11%. O setor está em queda. De janeiro a março, as remessas globais caíram 12%.

Por que é difícil fiscalizar transações no comércio eletrônico

Depois de ser pressionado pelo presidente Lula, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, desistiu da ideia de acabar com a isenção de impostos sobre encomendas internacionais de até US\$ 50 (cerca de R\$ 250), desde que a troca comercial seja feita entre pessoas físicas. Haddad esperava arrecadar algo como R\$ 8 bilhões com a medida, mas isso obviamente não ocorrerá. Para evitar que pessoas jurídicas obtenham o benefício fiscal, o ministro disse que a Receita Federal intensificará as fiscalizações. Isso é muito difícil. Todos os dias, centenas de milhares de transações são feitas nessas plataformas. Seria preciso mobilizar uma equipe imensa de profissionais da Receita para acompanhar as operações — algo que, convenhamos, parece impossível. A realidade é que o governo voltou à estaca zero após a repercussão negativa da proposta, o que só mostra a falta de convicção em seus projetos na área econômica.

Com acordo, Brasil poderá vender proteína processada para a China

Diversos acordos comerciais na área do agronegócio foram assinados pelos governos do Brasil e da China durante a visita oficial de Lula ao país asiático, mas um em especial animou o setor. Com a assinatura de um protocolo entre as duas nações, os exportadores brasileiros poderão vender proteína processada para a China. A proteína processada de aves e suínos inclui a farinha de carne, ossos, sangue e penas e é utilizada na fabricação de ração para a alimentação de animais.



A Febraban entende como oportuna a discussão técnica e aprofundada das causas que levam o cartão de crédito a ter patamares elevados de juros"

Isaac Sidney, presidente da Federação Brasileira de Bancos

Cláudio Belli



RAPIDINHAS

» A plataforma Deck4 encerra amanhã as inscrições para o seu curso de tripulantes de cruzeiros marítimos. O projeto é voltado para pessoas que tenham entre 18 e 48 anos. Trata-se de uma oportunidade de carreira: os salários variam de R\$ 4,5 mil a R\$ 15 mil, a depender do nível hierárquico. As inscrições são feitas no site deck4.com.br/jovenstripulantes.

» Em outubro do ano passado, Elon Musk comprou o Twitter por US\$ 44 bilhões com a promessa de transformá-lo na maior rede social do mundo. Seis meses depois, e com a debandada de usuários, Musk admitiu a possibilidade de vender a plataforma. Mas ele quer alguém que "esteja engajado pela liberdade de expressão."

» Não está fácil para o setor aéreo retomar os níveis pré-pandemia. No primeiro trimestre de 2023, o aeroporto internacional de Guarulhos (SP), o mais movimentado do país, recebeu 9,7 milhões de passageiros, um salto de 24,6% em relação ao mesmo período de 2022. Mas o número representa 89% dos níveis de 2019.

» Os Angry Birds, que estão entre os personagens mais conhecidos da indústria de videogames, deverão partir para novos voos. Isso porque a desenvolvedora japonesa de jogos eletrônicos Sega anunciou que ofereceu 700 milhões de euros para comprar a produtora finlandesa Rovio, criadora dos famosos pássaros. O acordo não foi assinado.

35%

foi quanto caiu o número de fusões e aquisições no Brasil no primeiro bimestre em relação ao mesmo período do ano passado, conforme levantamento da consultoria PwC Brasil. É o menor valor para o período desde 2020

Informe Publicitário

Brasília
Ano IV - nº 612

3003-2433
(o custo é de uma ligação local em qualquer região do País, mesmo que solicite o DDD)

www.ciee.org.br

Frente Parlamentar Mista de Apoio ao Aprendiz é lançada em Brasília/DF

A Frente Parlamentar Mista de Apoio ao Aprendiz foi lançada no dia 12 de abril, na sede do CIEE em Brasília. O deputado Marco Bertaiolli (PSD/SP) presidiu o evento, ao lado de Humberto Casagrande, CEO do CIEE, e do Superintendente Institucional do CIEE, Rodrigo Dib. A solenidade contou com a participação de 15 deputados federais, além de autoridades e representantes de entidades de classe vinculadas à empregabilidade.



Estiveram presentes os seguintes deputados federais: Marco Bertaiolli, Alex Santana, Luiz Gastão, Amanda Gentil, Camila Jara, Prof. Paulo Fernando, Defensor Stélio Dener, Flavia Morais, Roberto Monteiro, Jadyel Alencar, Benedita da Silva, Sonize Barboza, Erika Kokay, Rogéria Santos, Maria Rosas e Jeferson Rodrigues.

Além dos deputados, também acompanharam a solenidade Vilmar Rocha, presidente do PSD em Goiás, e Julio Cesar Ribeiro, secretário de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal,

Saiba mais sobre o evento no QR Code abaixo:



Traga a sua vaga de Estágio ou Aprendizagem para o CIEE

www.ciee.org.br 3003-2433



ENFERMAGEM

Projeto de lei para garantir piso salarial

Proposta, que deve ser examinada em caráter de urgência pelo Congresso, abre espaço de R\$ 7,3 bilhões no Orçamento

» FERNANDA STRICKLAND

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou, ontem, um projeto de lei para possibilitar o pagamento do piso salarial nacional da enfermagem. De acordo com a proposta, o governo vai abrir um espaço de R\$ 7,3 bilhões no Orçamento deste ano para viabilizar os salários dos profissionais da categoria, a partir de maio. A medida foi uma das promessas feitas por Lula durante a campanha eleitoral.

O governo vai pedir que o Congresso Nacional analise o projeto em regime de urgência. Para ser aprovada, a proposta precisa, primeiro, do aval da Comissão Mista de Orçamento (CMO) e, depois, da maioria dos votos favoráveis nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

Conforme aprovado pelo Congresso no ano passado, o piso é de R\$ 4.750 para enfermeiros, R\$ 3.325 para técnicos de enfermagem, e R\$ 2.375 para auxiliares e parteiras. O pagamento, no entanto, foi suspenso pelo Supremo Tribunal Federal porque não havia, no texto, previsão de fontes de recursos. Entidades da área de saúde argumentaram ainda, junto ao STF, que a proposta original poderia provocar demissões no setor.

Durante cerimônia de assinatura do projeto, no Palácio do Planalto, o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, ressaltou as barreiras que a proposta sobre

Reprodução Presidência da República



Texto assinado por Lula pode reverter suspensão decretada pelo STF

o piso da enfermagem enfrentou para se tornar viável. "Foi um processo muito intenso e de muito trabalho", disse. "Durante a pandemia, muita gente passou a compreender a importância do SUS e da enfermagem. Aquilo tomou conta do Congresso Nacional, e cada passo foi sendo dado", acrescentou. Padilha disse esperar que o projeto seja aprovado já na próxima semana.

Em busca de uma saída para o impasse, em dezembro foi promulgada a Emenda Constitucional 127, que liberou o uso de recursos do superavit financeiro de fundos públicos e do Fundo Social para financiar o piso da enfermagem no setor

público e nas entidades filantrópicas. No entanto, a forma de distribuição dos valores não foi definida. Além disso, a solução foi vista como temporária, uma vez que, pelos cálculos de técnicos, os valores são suficientes para bancar o piso apenas por três anos — e não atendia o setor privado, o maior empregador da classe.

A regulamentação da Emenda, por outro lado, havia ficado pendente. O projeto assinado ontem define como será feito o rateio de recursos para pagamento do piso e é considerado essencial para que seja revertida a liminar no STF que suspendeu a entrada em vigor do piso.



ÁFRICA

Sudão afunda no caos

Grupo paramilitar e tropas do Exército ignoram anúncio de cessar-fogo e mantêm combates na capital, Cartum, e em outras cidades. Em meio à disputa pelo poder, jogador de futebol brasileiro e sudaneses relatam drama ao **Correio**

» RODRIGO CRAVEIRO

Fracassou o cessar-fogo previsto para durar 24 horas entre o grupo paramilitar Forças de Apoio Rápido (FAR) e as tropas do Exército sudanês, que travam violentos combates pelo poder no Sudão desde a manhã do último sábado. “Os combates duram o dia inteiro. É traumatizante. Eles não respeitaram o cessar-fogo”, afirmou ao **Correio** o pesquisador Ibrahim Alhaj Alduma, 30 anos, morador do bairro Cartum 3, na capital. Por volta das 19h (14h em Brasília), um morteiro disparado de um lança-foguetes atingiu a casa de seus familiares, no momento em que ceavam após mais um dia de jejum durante o Ramadã. O artefato caiu no corredor, depois de atingir uma árvore, ao lado. Por sorte não explodiu.

De acordo com Alduma, os confrontos estão mais intensos em Cartum e em Nyala, 913km a sudoeste, em Darfur do Sul. “Eles ocorrem especialmente em áreas administrativas. As FAR controlam esses locais, como o quartel-general do Exército, o palácio presidencial e o Aeroporto Internacional de Cartum. Os combatentes utilizam armas pesadas, o que faz com que bairros vizinhos sejam afetados pelos disparos. Ouço explosões em todos os lugares, e é possível ver corpos espalhados por algumas regiões e sentir o odor característico”, relatou.

Alduma é voluntário em uma iniciativa humanitária e tem ajudado a mobilizar ambulâncias para remover os cadáveres. “Não sabemos ao certo quantas pessoas morreram até agora. A maioria dos mortos ainda estão abandonados pelas ruas e é impossível alcançá-los. Hoje, ajudei a remover pacientes de um hospital de Khartoum. Quatro deles não resistiram.”

“Não há nenhum sinal de apaziguamento em Cartum e em muitas outras regiões”, confirmou a Organização das Nações Unidas (ONU). Os confrontos são travados entre os soldados do Exército, comandados pelo general Abdel Fattah Al-Burhan, e os homens liderados pelo ex-número dois, o general Mohamed Hamdan Daglo — ou “Hemedti” (ou “Pequeno Mohammed”) —, chefe das FAR. Daglo anunciou a aprovação do cessar-fogo, que foi desrespeitada.

Segundo a agência de notícias France-Presse, quatro hospitais de Cartum foram bombardeados pelos caças de Al-Burhan. Em todo o território sudanês, 16



Moradores fogem da região sul de Cartum, palco de violentos confrontos: os apelos da comunidade internacional pela trégua foram desprezados

hospitais tiveram que suspender suas operações. O número de mortos chega a 270; pelo menos 2.600 pessoas ficaram feridas, anunciou a ONU.

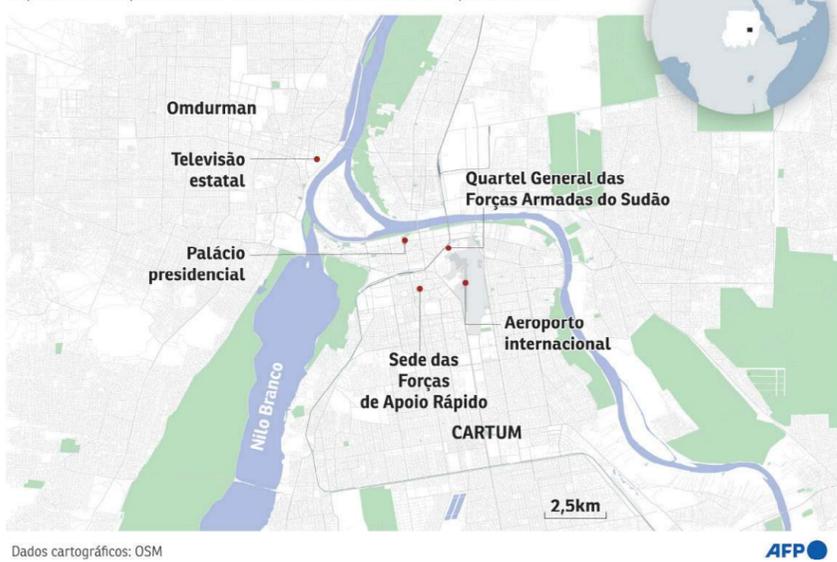
Diretor da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus condenou os ataques aos centros médicos no Sudão e advertiu que eles privam as comunidades de receberem cuidados essenciais para salvar vidas. “Exortamos todas as partes a garantirem acesso irrestrito e seguro nas instalações de saúde para os feridos e para todos aqueles que precisam de cuidados médicos. Também exortamos para que trabalhem pela paz.”

Matheuzinho

“Aqui não está bem, não. Mas estamos sobrevivendo”, desabafou ao **Correio** o brasileiro Matheus Cotulio Bossa, 30 anos, o Matheuzinho, meia do Al-Merreikh, clube de futebol da cidade de Omdurman, a 18km de Cartum. Ex-jogador do Atlético Goianiense e do Vila Nova, ele contou, por telefone, que a situação se deteriorou rapidamente. “Estávamos jogando a Champions League da CAF (Confederação Africana de Futebol), em que o campeão disputa o Mundial de Clubes. No Egito, jogamos contra o Zamalek. Depois dessa partida, jogamos na Arábia Saudita e retornamos ao Sudão para o campeonato nacional. A

Conflito no coração de Cartum

Explosões na capital durante o confronto entre o exército e paramilitares



Dados cartográficos: OSM

AFP

gente dormiu no país e parece ter acordado em outro”, relatou Matheuzinho, um dos nove brasileiros retidos no Sudão — cinco da comissão técnica e quatro atletas. “Despertamos, no sábado, com bombas, tiros, caças, mísseis. Fomos pegos de surpresa. Está bem tenso, difícil de dormir e de as pessoas resolverem nossos problemas.”

Em Cartum, a gerente de projetos Hind Mohamed, 34 anos, admitiu ao **Correio** que

as coisas estavam “mais tensas” ontem. “Os tiros e os bombardeios não cessam desde o início da manhã. A energia elétrica e o abastecimento de água estão cortados em muitos lugares; os combatentes destruíram as estações fornecedoras. Foi anunciado que haveria um cessar-fogo e uma trégua entre as duas forças, com duração de 24 horas, a partir das 18h de hoje (13h em Brasília). São quase 21h e os confrontos não pararam nem por

um minuto”, disse, às 15h55 de ontem (em Brasília).

Hind explicou que mora não muito longe do quartel-general do Exército, um dos pontos mais tensos. “Hoje (ontem), houve disparos na área do aeroporto. Pude ouvir os tiros claramente, e vi a fumaça. Em um bairro aqui próximo, chamado Burri, testemunhamos alguma ação. Os combatentes perseguem e disparam uns contra os outros”, relatou a sudanesa.

Povo fala...

Matheus Cotulio Bossa, 30 anos, o Matheuzinho, meia do Al-Merreikh, em Omdurman, a 18km de Cartum



“É um momento de tristeza, de guerra. Nosso desejo é voltar para o nosso país, para a nossa família. Quero pedir orações e mensagens de incentivo, e que possam transmitir esse apelo a alguém que possa solucionar nosso problema. Entramos em contato com o Itamaraty e com o consulado, e as mensagens que recebemos é para que permaneçamos onde estamos. São três dias de guerra, o tempo está passando e a comida, acabando. A luz aqui é do gerador do hotel, e a gente não sabe até quando vai.”

Hind Mohamed, 34 anos, gerente de projetos, moradora de Cartum



“Os sons que escutamos com frequência, desde o último sábado, são de bombas e disparos. Eles começam por volta das 4h e duram quatro ou seis horas. Já são interrompidos e recomeçam, pelo resto do dia. Hoje (ontem), tem sido indiferente. Os combates são ininterruptos. No domingo, vimos aviões de guerra por um curto período. Nós ouvimos o barulho dos caças, novamente, nesta tarde.”

Ibrahim Alhaj Alduma, 30 anos, pesquisador, morador de Cartum



“A situação por aqui é traumatizante. Tenho monitorado a situação em todo o país, e o cenário por aqui é aterrorizante. Não é fácil. Não penso em sair de Cartum, porque todos os sudaneses estão na mesma condição. Infelizmente, estamos sem energia elétrica, e é mais seguro ficar em casa. As forças em combate atacam qualquer carro que se mova pelas ruas. Eles não têm regras de guerra, nem princípios. Não existe garantia nenhuma para a nossa segurança.”

ESTADOS UNIDOS

Homem atira na cabeça de jovem negro que tocou sua campanha

Ralph Paul Yarl, 16 anos, tocou a campanha de uma casa da Northeast 115th Street, em Kansas City, no estado do Missouri. Era quinta-feira da semana passada. O jovem negro buscava os irmãos gêmeos caçulas e errou o endereço. As crianças estavam na Northeast 115th Terrace. Andrew Lester, um homem branco de 84 anos, abriu a porta e disparou duas vezes contra Ralph: na cabeça, acima do olho esquerdo; e no braço direito. O adolescente sobreviveu, por milagre, e ficou apenas dois dias no hospital. Lester entregou-se à polícia, ontem, e foi liberado após pagar fiança de US\$ 200 mil (cerca de R\$ 998 mil). Ele responderá pelos crimes de agressão em primeiro grau e ação criminosa armada.

“Pretender que a raça não é parte de toda esta situação seria enfiar a cabeça na areia”, disse o prefeito de Kansas City, Quinton Lucas. “Atiraram neste rapaz porque era negro”, acrescentou, em declarações à CNN. A indignação em torno do caso aumentou no fim de semana, após se saber que Lester chegou a ser detido e acabou liberado, depois de 24 horas, sem acusações. Na segunda-feira, o promotor do estado de Clay, Zachary Thompson, anunciou o indiciamento. O idoso contou à polícia que acreditava que alguém tentava invadir a casa e atirou duas vezes “alguns segundos depois de abrir a porta”. Lester disse que estava “morrendo de medo”.

Na noite de segunda-feira, a



Andrew Lester disparou duas vezes: suspeito disse que estava “morrendo de medo” de ladrão

Casa Branca divulgou que o presidente Joe Biden havia falado por telefone com Yarl “e compartilhado sua esperança de uma recuperação



Ralph Yarl, 16 anos, errou o endereço, ao buscar os irmãos gêmeos caçulas, na quinta-feira

rápida”. A tia de Yarl, Faith Spoonmoore, disse, em uma campanha da GoFundMe, que seu sobrinho era um estudante talentoso que

sonhava estudar engenharia química. Até o fechamento desta edição, haviam sido arrecadados mais de US\$ 3 milhões (ou R\$ 14,7 milhões) para Yarl — 76 mil pessoas tinham contribuído com doações.

Ataques a tiros mortais são frequentes nos Estados Unidos, um país de 330 milhões de habitantes, onde se estima que circulem cerca de 400 milhões de armas. Mas o caso de Yarl suscitou revolta especial, pois o país continua enfrentando um longo histórico de falta de prestação de contas por atos de violência contra afro-americanos.

A chefe de polícia de Kansas City, Stacey Graves, disse, durante coletiva de imprensa na noite de domingo, admitir os “componentes raciais” do

caso, mas a informação disponível até agora “não diz que haja motivos de raça” e a investigação segue seu curso.

Caso similar

Na segunda-feira também foram apresentadas acusações sobre um caso similar no estado de Nova York, mas a vítima dos disparos da noite de sábado, Kaylin Gillis, não sobreviveu. A polícia do estado disse que Gillis levou um tiro fatal, quando foi, com três amigos, a um endereço errado, enquanto tentava encontrar a casa de um amigo. O dono da casa, identificado como a pessoa que atirou, Kevin Monahan, de 65 anos, foi detido e acusado de homicídio.

VISÃO DO CORREIO

‘Ouvir’ e cuidar do coração

Já sabemos que a hipertensão arterial é um inimigo silencioso. Também sabemos que para evitá-la é preciso uma alimentação adequada, atividade física, exames de rotina e aquela lista de autocuidado que conhecemos. Outro dado que costumamos ouvir, especialmente no consultório do cardiologista, é quanto aos níveis da pressão arterial. O ideal é que o resultado seja em torno de 120mmHg por 80mmHg, o tradicional 12 por 8.

Mas, mesmo que saibamos como proceder, os números que envolvem as doenças cardiovasculares precisam ser ditos, repetidas e repetidas vezes. Na quarta-feira que vem (26) é o Dia Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial e, mesmo que ainda não tenhamos lidado com essa doença, é importante conhecer alguns dados.

A hipertensão arterial atinge, principalmente, o coração, os rins e o cérebro, causando danos estruturais que culminam em doenças isquêmicas, insuficiência cardíaca e/ou renal e acidente vascular cerebral.

O diagnóstico de hipertensão se dá quando o nível de pressão arterial mínima apresenta uma elevação constante, acabando por comprometer o coração e o sistema circulatório. De acordo com a Associação Brasileira de Patologia (SBP), aproximadamente 30% da população do país sofre com a doença, ou seja, mais de 63 milhões de brasileiros.

Essa não é a pior notícia. Um estudo publicado pela Revista Brasileira de Hipertensão mostra a baixa adesão dos pacientes hipertensos ao tratamento. Cerca de 70% deles têm a pressão arterial fora de controle devido à falta de

aderência (adesão) ao que é prescrito pelos especialistas.

A baixa procura por tratamento, consequentemente, é uma das maiores preocupações dos médicos, por ser grande fator de risco para o desenvolvimento de doenças cardiovasculares, e essas, sim, são a principal causa de morte no Brasil e no mundo.

Fato é que, com o passar dos anos, caso a hipertensão seja negligenciada, o cenário tende a piorar, podendo causar danos irreparáveis à saúde e ao bem-estar físico — a exemplo de quadros como infarto, acidente vascular cerebral (AVC) e insuficiência renal.

Pesquisas anteriores à citada acima já demonstravam um cenário preocupante, já que 35% dos brasileiros nunca haviam feito exames preventivos, seja por conta das grandes filas do Sistema Único de Saúde (SUS) ou pela dificuldade com os altos preços dos exames praticados no mercado.

Mais importante do que controlar a pressão arterial, por meio de checagens rotineiras, ou seja, previna-se, monitorando o estilo de vida, com uma alimentação pobre em sódio e colesterol — grandes causadores do aumento da pressão —, e se exercitando.

Além da predisposição genética, que também conta, o sedentarismo, a obesidade, o estresse e a ansiedade fatalmente vão contribuir para a hipertensão. Portanto, sentiu-se mal, teve dores no peito, cabeça, tonturas, zumbido no ouvido, fraqueza, visão embaçada ou sangramento nasal, pode ser que você seja um forte candidato a ingressar no grupo dos hipertensos. E ninguém, em sã consciência, quer tomar remédio para o resto da vida.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Poluição sonora

Numa época em que as auto-ridades cariocas já não davam conta de cumprir com as suas obrigações mais elementares, no sentido de manter, com um mínimo de integridade, o ordenamento público da metrópole, surgiu lá uma comunidade que arrostou tanto essas regras sociais, que passou a ser conhecida como o “Morro do Faz Quem Quer”. Pois a Asa Sul do Plano Piloto de Brasília — com a omissão colaborativa dos poderes “competentes” — parece que caminha a passos largos para dar o título de “Comércio Local do Faz Quem Quer” a um desses logradouros abaixo da SQS 103, eis que às 6h desse domingo (16/4), ainda infernizavam os ouvidos dos moradores da quadra uns “turuntum-tumtuns” insuportáveis, provindos, impunemente, de algum boteco da rua. Excelentíssimo Senhor governador reeleito, isso pode? Onde iremos parar?

» **Lauro A. C. Pinheiro**
Asa Sul

Ingenuidade?

Sabe-se que, no terreno político, a falsidade é padrão. A Procuradoria-Geral da República defende a liberação do ex-secretário de Segurança Pública do DF Anderson Torres, desde que ele use tornozeleira eletrônica, não se ausente de capital federal e não faça contato com os demais investigados por envolvimento ou responsabilidade pelo ataque terrorista de 8 de janeiro último. Desde quando um bolsonarista, como ele, vai cumprir tais exigências? A PGR não é nem pode encenar tanta ingenuidade. Nós, brasileiros, estamos calejados por ver tantas manobras imorais para salvar a pele de gente que não presta neste país. Está na hora de as autoridades terem um pouco mais de seriedade e parar de livrar a cara de quem, um dia, teve poder e trate todos com igualdade perante as leis como determina a Constituição.

» **Alberto Pio Baptista de Andrade**
Asa Sul

Trágica piada

Seria uma piada não fosse trágico. Jair Bolsonaro, o mais incompetente presidente da história do Brasil, afirma que a ida presidente Lula foi um “vexame para a política externa”. O inepto ex-presidente, sem qualquer polimento nas relações internacionais, campeão de gafes, com expertise em inabilidade, que colocou o Brasil na condição de “pária” mundial” e ignorado pelas maiores potências políticas, ousou criticar o que não entende. Fechou o seu mandato fugindo para os Estados Unidos e, hoje, cai em contradições para explicar os presentes que não eram seus, estimados em mais de R\$ 18 milhões. Quem é ele para avaliar um governo que tomou as rédeas do país em pouco mais de três meses? Difícilmente, o atual e os

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

E aí, turma da extrema direita: que tal fazer um joinha pra esquerda, que sabe fazer negócio da China e da Arábia, trazendo investimentos bilionários para o país?

Marcos Paulino — Vicente Pires

A tragédia do povo Yanomami, tornou o 19 de abril um dia de luto pelas vítimas dos povos indígenas.

Giovanna Gouveia — Águas Claras

Desde 8 de janeiro, o que se vê são os aliados de Bolsonaro levarem a pior. Escolhas erradas, futuro incerto.

Livia de Paula Martins — Asa Norte

futuros governos serão capazes de superar a sua incapacidade de administrar o Brasil. Bolsonaro tornou o Brasil uma piada de mau gosto mundo afora. Ficou isolado, a ponto de comer pizza com as mãos no asfalto. Com elevado déficit cognitivo, conseguiu envergonhar a senhora Mentira com o seu inominável acervo de fake news. Os meios de comunicação deveriam fazer o que o mundo civilizado fez desde o início: isolar este indivíduo, o maior promotor de tragédias nacionais. Xô, Bolsonaro!

» **Leonora Lima**
Núcleo Bandeirante

Dilma Rousseff

Na solenidade de sua posse como presidente Banco do Brix, a ex-presidente Dilma Rousseff parecia não acreditar no

que estava acontecendo. Dava para notar no seu rosto que ela estava meio atordada. É muito provável que pela sua cabeça passou a seguinte pergunta: “Meu Deus, o que eu tô fazendo aqui?” O seu discurso parecia o de alguém que recebe a missão de administrar uma cooperativa de crédito. Eu acredito que ela jogará o chapéu brevemente. Tomara que ela consiga driblar pelo menos uns cinco meses, dá pra trazer um dinheirinho bom. O salário compensa. É um negócio da China.

» **Jeovah Ferreira**
Taquari

Reformas

O termo “Belíndia” foi concebido em 1974 pelo economista Edmar Bacha: o retrato de um país tão desigual formado por uma pequena Bélgica e uma gigantesca Índia. Era uma crítica à política de então e à pesada concentração de renda tão característica do Brasil. Mais de duas décadas depois, o ex-ministro Antônio Delfim Netto retrucaria, ao dizer que somos, na verdade, uma espécie de “Ingana”, com a carga tributária da Inglaterra e os serviços públicos de Gana. O próprio Bacha acabava de imaginar um retrato ainda mais atual: a “Rusmala”, que combina a corrupção russa entre as elites com a violência urbana da Guatemala. Infelizmente, os três países tem paralelos reais com o Brasil. Nossos problemas são conhecidos, e a desigualdade de renda e a ineficiência estatal, inclusive para garantir a nossa segurança e o emprego estão no topo da lista. O Brasil precisa atacar com celeridade as desigualdades históricas na divisão do bolo de recursos administrados pelo Estado, abrindo espaço para uma atuação mais intensa em áreas que realmente demandam a atenção estatal: saúde, educação e segurança. O país só crescerá e a situação só vai ficar mais tranquila se mantivermos o ímpeto reformista na área tributária e administrativa. Que comecemos agora!

» **Renato Mendes Prestes**
Águas Claras



RODRIGO CRAVEIRO
rodrigo.craveiro@gmail.com

Pelos heróis do Gueto

Imagine 450 mil pessoas vivendo em condições deploráveis, na mais absoluta miséria, confinados a uma área de 3,4 quilômetros quadrados. Em cada quarto, pelo menos nove pessoas se amontoavam. Lá dentro, os judeus conheciam a fome absoluta e a miséria, e eram atormentados pelos soldados nazistas, que entravam de surpresa nas ruas e becos e os levavam, sob a mira de armas, até o Umschlagplatz, o local de reunião para a deportação final.

Dali, embarcavam em trens de gado e partiam em uma viagem de 80km até o campo de extermínio de Treblinka. Quando desciam dos vagões, partiam, em fileira, até as câmaras de gás. Quem teve a chance de visitar o Yad Vashem, o Museu do Holocausto, em Jerusalém, tem uma pequena ideia do horror a que milhões de judeus foram submetidos e da ideologia totalitária e assassina que impregnava toda a sociedade.

É impossível não percorrer os ambientes de Yad Vashem sem se emocionar. Ver os uniformes de prisioneiros do campo de extermínio de Auschwitz, observar pertences de judeus assassinados no Holocausto, ler cartas de pais se despedindo para sempre dos filhos em fuga da Europa... No Gueto, morria-se de fome, de frio e de doenças. Tudo é intenso em Yad Vashem e leva a uma reflexão sobre como figuras autocráticas impõem o terror.

Há exatamente 80 anos, homens e mulheres confinados no Gueto de Varsóvia se revoltaram contra as forças de

Adolf Hitler, em um gesto de coragem, sacrifício e grandeza. Centenas de milhares de judeus, infelizmente, não puderam ser ajudados. Foi o caso de Halina Birenbaum, 93 anos, que foi levada a Auschwitz durante a Grande Deportação, a partir do Gueto, e perdeu toda a família nas câmaras de gás. “O dia mais terrível vivi em Auschwitz. Vi trens lotados de judeus. Desciam pela rampa e sumiam. Vi um grande medo no olhar deles. Depois, a espessa fumaça escura. Era a carne deles queimando. Testemunhei isso todos os dias, durante quase dois anos”, contou-me Halina, em entrevista publicada no **Correio Braziliense**, exatamente um ano atrás.

Hoje é dia de reverenciar os heróis do Gueto de Varsóvia e render um tributo à memória de milhões de judeus, incluindo 500 mil crianças, que foram assassinados pelos nazistas. Dia de repudiar a intolerância, o ódio, o racismo, a xenofobia, o totalitarismo, a imposição de ideologias calcadas no preconceito. Dia de humanidade lutar para que as atrocidades do passado jamais se repitam. Dia de rejeitar aqueles que insistem em negar a “Shoah” (“Catástrofe”, como os judeus chamam o Holocausto) e em relativizar o número de vítimas.

Hoje é dia de sonhar com uma sociedade justa, fraterna, em que todos sejam iguais, sob o comando de líderes humanistas e preocupados com o bem-estar social. Também é dia de não esquecer. Por Halina, por 6 milhões de judeus exterminados, pelos heróis do Gueto.

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara E se mais mundo houera, lá chegara”
Camões, e.VII e 14

ÁLVARO TEIXEIRA DA COSTA
Diretor Presidente

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Diretor Financeiro

Valda César
Superintendente de Negócios e Marketing

Josemar Gimenez
Vice-presidente de Negócios Corporativos

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1102 - Redação: (61) 3214.1100; Fax: (61) 3214.1155 - Comercial: (61) 3214.1526, 3214.1211; Fax: (61) 3214.1205 - Sucursal São Paulo: End.: Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 732, 7º andar - Jardim Paulista - CEP: 01403-000 - São Paulo/ SP Tel: (11) 3372-0022; E-mail: associados@uaigiga.com.br. Sucursal Rio de Janeiro: End.: Rua Fonseca Teles, nº 114 a 120, Bloco 2, 1º andar - São Cristóvão - CEP: 20940-200 - Rio de Janeiro/ RJ, Tel: (21) 2263-1945; E-mail: sucursalfj@uaigiga.com.br. REPRESENTANTES EXCLUSIVOS: Minas Gerais e Espírito Santo - Mídia Brasil, Rua Tenente Brito Melo, 1223, sala 602 - Barro Preto - CEP: 30.180-070 - Belo Horizonte/MG; Tel.: (31) 3048-2310; E-mail: comercial@midiaabril.com.br. Região Sul - HRM Representações Publicitárias, Rua Saldanha Marinho, 33 sala 608 - Menino Deus - CEP: 90.160-240 - Porto Alegre/RS; Tel.: (51) 3231-6287; E-mail: hmr@hrmmultimedia.com.br. Regiões Nordeste e Centro Oeste - Goiânia: Exitto Representações - Rua Leonardo da Vinci, Quadra 24, Lote 1, C-2, Jardim Planalto - CEP: 74333-140, Goiânia-GO - Tel: (62) 3085-4770 e 62-9912-6119. Brasília: SA Publicidade e Representações, SCS Qda 02 Bl. D - 15º andar - Ed. Oscar Niemeyer - salas 1502/3 - CEP: 70.316-900 - Brasília/DF; (61) 3201-0071/0072; E-mail: Thiago@sapublicidade.com.br. Região Norte - Meio e Mídia, SRTVS Qda 701, Bl. K - Ed Embassy Tower, salas 701/2 - CEP: 73.340-000 - Brasília/DF; Tel.: (61) 3964-0963; E-mail: atendimento@meioemidia.com.br.

Endereço na Internet: <http://www.correiowb.com.br>
Os serviços noticiais e fotográficos são fornecidos pela Reuters, AFP, Agência Notícias Intercontinental, Agência Estado, Agência O Globo, Agência A Tarde, Agência Folha, Agência O Dia e DA Press. Tel: (61) 3214-1131.

COMO ENTRAR EM CONTATO COM O CORREIO
Assinante/leitor/ classificados: 3342-1000

VENDA AVULSA		
Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	R\$ 4,00	R\$ 6,00

* Preços válidos para o Distrito Federal e entorno. Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em dinheiro terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

DA Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias: SIG/Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo: Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h. Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568 / 0800-647-7377. Fax: (61) 3214.1595. E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

ASSINATURAS *
SEG a DOM
R\$ 837,27
360 EDIÇÕES
(promocional)

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

DA LOG

Agenciamento de Publicidade

Por um novo ensino médio com foco na formação de cidadãos críticos

» OLAVO LEOPOLDINO DA SILVA FILHO
Diretor do Instituto de Física da Universidade de Brasília

Em 14 de dezembro de 2018, o ministro da Educação, Rossieli Soares, homologou o documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Buscava-se, ali, argumenta-se, uma reestruturação do ensino básico brasileiro. As razões para tal reestruturação eram inúmeras. Entre elas, havia os recorrentes maus resultados em provas internacionais, como o Piva, além da percepção quase óbvia de que os alunos egressos do ensino médio permaneciam com lacunas inaceitáveis em sua formação.

Além disso, argumentava-se que o ensino médio era por demais enciclopédico, aprofundando por demais nas mais diversas áreas do conhecimento. Ao que tudo indica, esse último argumento foi o rationale que orientou a BNCC: assumiu-se que, ao eliminar a dimensão enciclopédica vigente no ensino básico, o estudante aderiria mais aos componentes restantes da grade curricular, ao mesmo tempo que estudaria com maior afinco os itinerários formativos, escolhidos a partir das próprias inclinações intelectuais. Quanto às lacunas, esperava-se que fossem superadas pelas disciplinas remanescentes na grade curricular, que poderiam, agora, ser mais bem trabalhadas.

Faltou combinar com os russos, como se diz: professores e estudantes. O resultado que se vê, atualmente, é um conjunto considerável de atores da educação protestando veementemente contra o novo formato. O argumento usual, de que se trataria de “baderneiros que não querem estudar”, não se aplica. Parece mesmo ser o oposto disso, pois o que se ouve nas passeatas desses estudantes é que a implantação, nas mais diversas escolas do Brasil, públicas ou privadas, levou à precarização do ensino, em particular das disciplinas relegadas, em grande medida, aos itinerários formativos. É preciso ouvir os estudantes e professores.

Permanecemos pecando por excesso: se antes padecíamos de um enciclopédismo formal, agora fomos lançados na UTI da superficialidade absoluta. Haveria de se perguntar se o desinteresse dos estudantes se deve ao caráter enciclopédico do ensino, ou à forma anacrônica, essencialmente expositiva, de se ensinar. Nesse último caso, as mudanças trazidas pela BNCC serão incóguas para aprofundar a adesão dos alunos às disciplinas.

Talvez a busca por reformar a maneira pela qual os professores ensinam possa trazer resultados mais profundos. As chamadas abordagens ativas para o ensino, que comprovadamente produzem maior engajamento dos estudantes

em oposição à pouca efetividade do ensino meramente expositivo, o chamado ensino bancário.

Como se isso não fosse o suficiente, houve, ainda, o problema da péssima comunicação das (prováveis) intenções que motivaram mais esse rebuliço educacional. Não parece haver duas escolas diferentes no país todo com a mesma implantação do ensino médio. Escolas com menor capacidade de investimento precarizam (ainda mais) o ensino das disciplinas relegadas aos itinerários formativos; escolas mais abastadas adotam itinerários formativos que nenhuma relação guardam com a proposta original (aulas de culinária, dança de salão, para citar alguns exemplos). Muitas escolas criam itinerários formativos a partir de consultas aos alunos, sem critérios acadêmicos. O ensino de ciências foi desconstruído por essa lamentável interpretação da BNCC — nem sempre isenta, uma vez que culinária pode ser mais atrativa do que física.

Essa questão levará, se não modificada rapidamente, a desdobramentos muito graves, deletérios e profundos, na sociedade brasileira. Em particular em relação à questão do ensino das ciências, toda uma alfabetização e educação científicas serão perdidas, deixando a população em geral refém, ainda mais, das práticas negacionistas que já se insinuam com força no tecido social. No que tange às

disciplinas ditas humanas, como filosofia e sociologia, mas também história e geografia, o que se vê é uma precarização da capacidade de pensar criticamente, de articular conceitos de maneira coesa, concisa e consistente. As primeiras foram praticamente escanteadas, em particular nas escolas privadas. Assim, ainda que o objetivo de melhorar a apreensão das disciplinas de matemática e português fosse alcançado, o que é discutível, obteríamos leitores incapazes de se contrapor a um texto e às suas ideias autonomamente.

Não defenderia aqui jogar toda a BNCC no lixo, substituindo-a por uma nova revolução do ensino — outra não! Mas é evidente que uma correção de rumo precisa ser feita urgentemente. O governo federal suspendeu a implantação do novo ensino médio. Não deixam de ser um alento as palavras da diretora do MEC, Cybele Amado, de que os professores, de fato, precisam de formação continuada. Já há inúmeras políticas públicas voltadas para esse fim. O curso Ciência é 10!, uma iniciativa da Capes voltada para a área das ciências naturais, é um belo exemplo. Fortalecer tais iniciativas pode ser uma saída que cause menos estardalhaço, mas mais resultado, mesmo que elementos da BNCC e do novo ensino médio venham a permanecer — ou talvez principalmente nesse caso.

Um diálogo necessário

» NATÁLIA SZERMETA
Presidente da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco

O avanço da extrema-direita em nosso país e no mundo traz grandes desafios para o campo progressista e de esquerda, exigindo a construção de diálogos, estratégias, formulações e uma agenda comum de ação concreta que seja capaz de constituir um contraponto político e social.

Quando falamos da urgência de um diálogo necessário para frear o avanço da extrema-direita no Brasil, que, aliás, obtive contornos preocupantes nos últimos quatro anos, é fundamental considerarmos como um marco social o estreitamento das relações entre a Fundação Lauro Campos e Marielle Franco, do Psol, e a Fundação Perseu Abramo, do PT.

Essas duas instituições fortalecem o campo democrático, ao passo que formam um conselho de pesquisadores na perspectiva de produzir estudos a partir de dois eixos centrais, sendo o primeiro a introdução de ideias conservadoras nas estruturas sociais brasileiras e o segundo as estratégias para as eleições municipais de 2024.

Em relação ao conservadorismo, consideramos fundamental compreender os mecanismos de disseminação de notícias falsas, que traduzem a espinha dorsal de células fascistas em favor de um tipo de ódio social e político que ameaça a democracia.

O conservadorismo está na base da formação da sociedade brasileira — nas instituições, nas ideologias e nos costumes de uma nação. Na outra ponta, está o aprofundamento do neoliberalismo, que continua puxando para cima a precarização das condições de trabalho, o menor investimento público social, crises econômicas, abrindo espaço para o avanço do pensamento de extrema direita com repostas simples para questões complexas.

O período político vivido pelo Brasil nos últimos quatro anos trouxe a necessidade de revisão sobre os rumos sociais do país a partir, especialmente, das próximas eleições, leia-se 2024. A extrema direita amargou seu maior tomo em 2022, mas isso ainda não é o final. Aquele ódio disseminado continua à espreita.

Do ponto de vista da disputa institucional, as eleições municipais de 2024 terão um papel fundamental porque servirão como uma espécie de terceiro turno das eleições presidenciais de 2022, tendo, por exemplo, na cidade de São Paulo, uma polaridade épica com uma candidatura de esquerda com o nome de Guilherme Boulos e outro de extrema-direita.

É fato que as eleições municipais nas cidades brasileiras e, principalmente, nas capitais nordesteiras o cenário nacional em 2026. Por esse motivo a união das duas fundações com vistas a estudos e pesquisas daqui em diante é mais que urgente.

Será preciso somar esforços em todas as capitais e grandes centros, produzir dados e fomentar programas que possibilitem, a partir das realidades locais, saídas criativas e ousadas que coloquem o campo de esquerda na disputa efetiva de diversas cidades.

Sabemos que o sucesso do governo Lula, particularmente com a geração de emprego, qualificação dos gastos públicos e crescimento econômico são cruciais para impulsionar um bom resultado municipal. Assim como um bom resultado nas eleições municipais será fundamental para sustentação de um projeto nacional que consiga avançar no combate às desigualdades e alavancar um novo ciclo de avanços sociais no Brasil.

Diante desse cenário, o diálogo com a Fundação Perseu Abramo e outras fundações de partidos progressistas e de esquerda se torna necessária e essencial. É fundamental que sejamos capazes de produzir diagnósticos e elaborar sínteses que possam impulsionar a atuação não só nas disputas institucionais, mas também nas lutas sociais, na ação nos territórios, na disputa de valores coletivistas e que possamos de fato transformar a realidade da classe trabalhadora.



G O M E Z

Código da cidadania

» RUY MARTINS ALTENFELDER
Advogado e presidente da Academia Paulista de Letras Jurídicas (APLJ)

No imaginário popular, existem as leis que pegam e as que não pegam. A Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 — Código de Defesa do Consumidor — é norma legal antecedida de amplos estudos, consultas, discussões, audiências públicas e pode ser considerada como uma lei que pegou. Graças a ela, as relações entre consumidores e fornecedores, ao longo de sua vigência, apresentaram amadurecimento e desenvolvimento relevantes.

O código é fruto de determinação da Constituição de 1988, que, no seu artigo 5º, inciso XXXII, estabelece: “O Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor”. O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias estatuiu no artigo 48 que, dentro de 120 dias da sua promulgação, deveria ser elaborado o Código de Defesa do Consumidor.

A Constituição Cidadã, como a denominou o saudoso presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Deputado Ulisses Guimarães, despertou e fortaleceu o exercício da cidadania incentivando o surgimento de organizações não governamentais com vistas à regulamentação dos direitos sociais, o que se fez sentir na criação das normas de defesa do consumidor.

Vale lembrar que, no plano da hierarquia das leis, o ordenamento jurídico nacional, como se fosse uma pirâmide, coloca no seu pico a Constituição

Federal. Imediatamente abaixo, as emendas à Constituição, aprovadas por maioria qualificada de três quintos dos membros da Câmara e igual quórum de senadores, em dois turnos de votação em cada Casa. Em seguida vêm as leis complementares, votadas por maioria absoluta de cada uma das Casas do Congresso a fim de regular matérias especificamente indicadas pela própria Constituição Federal para ser regidas por esse tipo de lei.

Abaixo das leis complementares, as leis ordinárias — das quais há várias espécies: 1) leis ordinárias propriamente ditas, que versam matérias de competência legislativa da União, votadas por maioria simples, ou relativa, de deputados e senadores, ou pela maioria dos membros das respectivas comissões, em virtude da sua competência terminativa, nos casos previstos nos respectivos regimentos internos (CF, artigo 58, § 2º, I) e, em qualquer caso, com a sanção presidencial ou a promulgação da lei pelo presidente da República, pelo presidente do Senado, ou, não o fazendo este, pelo vice-presidente do Senado; 2) leis delegadas, baixadas pelo presidente da República mediante delegação expressa do Congresso através de resolução com essa finalidade exclusiva; 3) medidas provisórias, que, enquanto vigoram — durante o prazo constitucional — têm força de lei ordinária; 4) decretos legislativos, emitidos

pelo Congresso no desempenho de sua competência exclusiva, os quais têm força de lei ordinária; 5) regimentos internos e resoluções da Câmara, do Senado e do Congresso em matérias de competência privativa de cada Casa, que devem ser regidas pelos respectivos regimentos.

Abaixo das leis federais, estão: as constituições estaduais e as leis delas decorrentes; e a lei orgânica de cada município, e suas leis em matéria de competência local. A Lei 8.078/90 — Código de Defesa do Consumidor — é lei ordinária aprovada nos termos constitucionais pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da República. O código entrou em vigor 180 dias após a promulgação da lei que o criou.

Medida acertada que permitiu adaptação das partes envolvidas: consumidores e fornecedores. Ela veio para ficar e modificou práticas arcaicas e nocivas que deixavam o consumidor desprotegido. O código é preciso ao definir a figura do consumidor e do fornecedor. O balanço dos mais de 32 anos de vigência do Código de Defesa do Consumidor é extremamente positivo: consumidores mais informados e empresas mais preparadas. A conscientização do consumidor sem dúvida é um dos maiores reflexos que o código introduziu ou causou na sociedade. É o código da cidadania.

Levantamento com dados de 184 países mostra um avanço da doença metabólica ligado a falhas na alimentação: foram 14,1 milhões de diagnósticos em 2018. No Brasil, o consumo de carnes processadas é o principal impulsionador do fenômeno

Dieta ruim causa 70% dos casos de diabetes

» PALOMA OLIVETO

A má alimentação foi responsável por 70% dos novos casos de diabetes 2 registrados em 2018, segundo uma pesquisa publicada na revista *Nature Medicine*. Usando um modelo computacional e dados de 184 países, incluindo o Brasil, os cientistas da Universidade de Tufts, nos Estados Unidos, calcularam que comer mal contribuiu para mais de 14,1 milhões de diagnósticos da doença naquele ano. Excesso de carboidratos refinados e de carne processada, além da ingestão insuficiente de grãos integrais, foram os principais fatores associados.

O levantamento mostra que, somente no Brasil, o número de novos casos do distúrbio metabólico associados à alimentação passou de 193.990 (1990) para 532.972 (2018). Percentualmente, há cinco anos, 83,3% dos diagnósticos brasileiros de diabetes 2 tiveram relação com uma dieta inadequada. No país, os pesquisadores identificaram um aumento significativo no consumo de carne processada — como salame, salsicha e mortadela — nas duas últimas décadas. Esse tipo de produto estaria associado a 46,5% das notificações da doença em 2018. Já a baixa ingestão de cereais integrais pesou em 37,9% das ocorrências no mesmo ano.

“Nosso estudo sugere que a baixa qualidade dos carboidratos é um dos principais impulsionadores de diabetes tipo 2 atribuível à dieta em todo o mundo, e com variações importantes por país e ao longo do tempo”, disse, em nota, o autor sênior Dariush Mozaffarian, professor de nutrição na Tufts. “Essas novas descobertas revelam áreas críticas para foco nacional e global a fim de melhorar a nutrição e reduzir a carga devastadora do diabetes.”

A doença, que afeta mais de 62 milhões somente nas Américas, é caracterizada pela resistência das células à insulina. Como interfere no funcionamento de diversos órgãos e pode causar problemas distintos — amputações, cegueira e insuficiência renal, por exemplo —, o distúrbio tem um impacto crescente nos sistemas de saúde, além de ser responsável por 1,5 milhão de mortes prematuras por ano, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS).

O estudo baseia-se em um banco de dados dietético global e acrescenta registros demográficos, estimativas de casos de diabetes 2 e informações sobre a influência das escolhas alimentares em pacientes de distúrbios metabólicos publicadas em artigos anteriores. Uma das constatações é a de que, globalmente, uma dieta pobre em nutrientes e rica em ultraprocessados está causando uma proporção maior da incidência total da doença em homens, adultos jovens e moradores de áreas urbanas.

Mario Tama/D



Risco de diabetes subsequente é 2,4 vezes maior em internados na UTI devido à covid

Divulgação



Diagnóstico tem sido mais comum em jovens adultos, homens e moradores de áreas urbanas. OMS estima a ocorrência de 1,5 milhão de mortes prematuras por ano, no mundo

TRÊS PERGUNTAS PARA

BRUNO BABETTO, MÉDICO PÓS-GRADUADO EM ENDOCRINOLOGIA E METABOLOGIA DA CLÍNICA TIVOLLY

O que pode explicar o aumento mundial nos casos de diabetes?

O diabetes tipo 2 é uma das emergências de saúde global que mais cresce no século 21. Esse aumento é impulsionado pelo envelhecimento da população, desenvolvimento econômico e aumento da urbanização, levando a estilos de vida mais sedentários e a maior consumo de alimentos não saudáveis associados à obesidade. No estudo publicado na *Nature Medicine*, os maiores índices de diabetes tipo 2 foram atribuídos à ingestão insuficiente de grãos, à ingestão excessiva de arroz refinado, trigo e carne processada. Ademais, em geral, nos países em desenvolvimento, a doença atribuível à dieta foi geralmente maior entre residentes urbanos versus rurais e em indivíduos com maior escolaridade versus com menor escolaridade. Ou seja, o estudo corrobora com a preocupação global de médicos, cientistas, gestores públicos e sociedade em geral acerca do crescente e alarmante número de pessoas atingidas pelo diabetes tipo 2.

Como deve ser a alimentação do paciente de diabetes 2?

A terapia nutricional é uma das partes

Em termos regionais, Europa Central e Oriental (especialmente Polônia e Rússia) e Ásia Central apresentam os maiores casos de diabetes 2 associados à dieta. Na América Latina, onde a incidência também foi alta, além do Brasil, destacam-se

Arquivo pessoal



mais desafiadoras do tratamento, com impacto decisivo na obtenção e na manutenção do controle glicêmico. Entende-se por terapia nutricional não somente a educação alimentar ou o controle de peso, especialmente por meio de uma alimentação saudável, mas também mudanças de estilo de vida (mais ativo e menos sedentário). Além de ser essencial para a obtenção do bom controle glicêmico, a terapia nutricional é decisiva para o sucesso da terapia farmacológica. As medicações são um suporte importante no tratamento. Mas o que deve ocorrer é a verdadeira mudança no estilo de vida.

Colômbia e México — nesses dois países, o excesso de consumo de bebidas açucaradas soma-se à ingestão de carnes processadas e de grãos processados como principal causa alimentar da doença.

O sul da Ásia e a Ásia Subsaariana

Quais as implicações do estudo para políticas de saúde pública?

O Brasil tem cerca de 15,7 milhões de pessoas com a doença, mais de 14 milhões com tipo 2, ocupando o sexto lugar no ranking mundial. A estimativa para 2045 é de que mais de 23 milhões de pessoas terão diabetes no país, segundo o último *Atlas do Diabetes da International Diabetes Federation*. Esses milhões de brasileiros necessitam de orientações específicas para o planejamento e mudanças de hábitos alimentares e no estilo de vida. O diabetes continua a ser um desafio sério e crescente para a saúde. Pessoas que vivem com a doença correm o risco de desenvolver várias complicações debilitantes e potencialmente fatais, levando a uma maior necessidade para cuidados médicos, qualidade de vida reduzida e morte. Globalmente, o diabetes está entre as 10 principais causas de mortalidade. Por isso, políticas públicas que promovam o diagnóstico precoce (controle da pressão arterial, do colesterol e do peso), bem como a educação quanto a alimentação saudável, menor ingestão de alimentos processados, e promoção de vida ativa (atividades físicas regulares, combate ao sedentarismo e ao sobrepeso), são essenciais no tratamento.

foram as regiões onde a dieta menos impactou na prevalência de diabetes 2. Nos 30 países mais populosos que entraram no estudo, Índia, Nigéria e Etiópia tiveram o menor número de casos da doença relacionados à alimentação não saudável.

Epidemia global

“Sem controle e com incidência projetada apenas para aumentar, o diabetes tipo 2 continuará a impactar a saúde da população, a produtividade econômica e a capacidade do sistema de saúde, além de impulsionar as desigualdades de saúde em todo o mundo”, afirma Meghan O’Hearn, primeira autora do estudo. “Essas descobertas podem ajudar a informar as prioridades nutricionais para médicos, formuladores de políticas e atores do setor privado, pois incentivam escolhas alimentares mais saudáveis que abordam essa epidemia global”.

O endocrinologista João Lindolfo Borges, da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (Sbem), concorda. “O que precisa ser feito é educação alimentar governamental, como já foi feito em alguns lugares do mundo, valorizando alguns tipos de alimentação, explicando o que são os alimentos ultraprocessados, as carnes processadas, o uso excessivo de refrigerantes e as consequências disso”, diz. Ele ressalta que os dados mostram um aumento da doença em jovens, quando, na década de 1990, os diagnósticos eram mais comuns a partir dos 50 anos.

Segundo O’Hearn, outros estudos recentes estimaram que 40% dos casos de diabetes tipo 2 em todo o mundo são atribuídos a uma dieta abaixo do ideal, percentual inferior aos 70% relatados no artigo atual. Ela atribui a diferença a informações consideradas na análise da equipe de Tufts e que não estavam presentes nas demais pesquisas. Entre elas, a inclusão da ingestão de grãos refinados, que acabou se revelando um dos principais contribuintes para a incidência da doença. Também foram incluídos dados atualizados sobre hábitos alimentares baseados em pesquisas dietéticas nacionais ao nível individual em vez de estimativas agrícolas, como o de costume.

Coronavírus também leva à doença

Desde o início da pandemia de covid-19, o diabetes tipo 2 foi considerado um fator de risco para casos graves da doença. Agora, um estudo canadense publicado na revista *Jama Network Open* sugere que a infecção pelo Sars-CoV-2 pode causar o distúrbio metabólico. Segundo os autores, da Universidade de British Columbia, de 3% a 5% dos novos diagnósticos do estudo são atribuídos ao coronavírus.

“O diabetes já foi estabelecido como um fator de risco associado a desfechos respiratórios mais graves de covid-19, e a infecção por Sars-CoV-2 foi associada ao agravamento dos sintomas preexistentes do diabetes”, escreveram os autores. “No entanto, não é totalmente conhecido se a infecção está associada à hiperglicemia transitória durante a infecção ativa ou se as alterações metabólicas persistem, associadas ao aumento do risco de diabetes subsequente entre os indivíduos com infecções.”

A pesquisa se baseia em um estudo populacional realizado entre 2020 e 2021, no Canadá, com 629.935 pessoas. Desses, 125.987 foram expostos e 503.948 não tiveram contato com o vírus. Ao longo de 102 a 356 dias de acompanhamento, 0,5% dos primeiros desenvolveu a doença, versus 0,4% dos demais.

A exposição ao coronavírus aumentou o risco de diabetes incidente no período de acompanhamento em 17%, em comparação com aqueles que não tiveram contato com o vírus. Entre os homens, a chance foi maior: 22%. Além disso, entre pacientes com covid-19 grave, que exigiu internação hospitalar ou permanência em unidade de terapia intensiva (UTI), aumentou ainda mais o risco de diabetes subsequente: em 2,4 (ambos os sexos) e 3,3 vezes (homens), em comparação com indivíduos não infectados.

Depois de considerar possíveis fatores que interferissem no resultado, os pesquisadores estimaram que 3,4% dos

diagnósticos pós-covid eram atribuíveis à infecção. No caso dos homens, o percentual foi de 4,8%. “Essas descobertas sugerem que a infecção por covid-19 pode continuar associada a resultados em sistemas de órgãos envolvidos na regulação da glicose no sangue na fase pós-aguda, e, portanto, pode ter contribuído para o excesso de casos incidentes de diabetes encontrados nesse estudo”, escreveram os autores.

O endocrinologista João Lindolfo Borges, da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (Sbem), diz que, embora outros estudos tenham feito essa relação, o atual é o de maior dimensão. Ele explica que as células beta do pâncreas expressam os receptores ECA2, que facilitam a entrada do Sars-CoV-2 no organismo. Segundo o médico, isso pode induzir a morte dessas estruturas, afetando os níveis e a secreção da insulina pancreática, característica do diabetes. (PO)

SEGURANÇA PÚBLICA E HABITAÇÃO

Novo bairro na linha de risco da Papuda

A área fica a menos de 1km do presídio federal e é o atual cárcere de Marcola. Especialistas dizem que forças de segurança do DF precisam ficar atentas a instalação do crime organizado. GDF aguarda decisão final da Justiça

» PABLO GIOVANNI

Possível expansão do Jardins Mangueiral

A área que divide os presídios do bairro Jardins Mangueiral seria um parque ecológico, mas uma decisão da Justiça barrou a determinação. População da região questiona o governo por querer empreender um novo bairro na área



Ed Alves/CB/D.A Press



Existe sim, a realidade, de pessoas e criminosos que pertencem a organizações de grande porte, e que tenham parte de sua assessoria do crime próxima do local onde estejam detidos"

Leonardo Sant'Anna,
especialista em
segurança pública



Não haveria problemas urbanísticos com a implantação dos empreendimentos na região de expansão do Jardins Mangueiral, que, portanto, poderão contribuir com o combate ao déficit habitacional no Distrito Federal"

Saulo Malcher Ávila,
Especialista em
direito imobiliário

Um empreendimento visando a expansão do Jardins Mangueiral é alvo de uma ação no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT). O futuro novo bairro, chamado de "Expansão do Mangueiral" ficaria a menos de um quilômetro do Complexo Penitenciário da Papuda e da Penitenciária Federal de Brasília. O **Correio** ouviu especialistas que apontaram remorsos com a possibilidade de instalação do crime organizado nessa região, principalmente com o retorno do líder do Primeiro Comando da Capital (PCC) Marco Willians Herbas Camacho, o Marcola, ao DF.

O processo está nas mãos do juiz Carlos Frederico Maroja de Medeiros. O caso foi ajuizado pela ex-deputada distrital Júlia Lucy (União Brasil), contrária a criação de dois bairros: o Alto Mangueiral e a Expansão do Mangueiral. O primeiro é localizado em uma região acima do Jardins Mangueiral, próximo de São Sebastião. Esse projeto possui a aprovação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) e já foi aprovado em um decreto publicado no *Diário Oficial do Distrito Federal (DODF)* de 4 de fevereiro deste ano. O governo local trabalha com a possibilidade de mais de 7 mil unidades habitacionais em uma área de 110,4 hectares — equivalente a mais de 110 campos de futebol —, comportando uma de 23 mil pessoas.

Já o segundo é o projeto que ficaria a menos de um quilômetro dos presídios. O governo ressalta que quer a área para habitação, porque no Plano Diretor Ordenamento Territorial (Pdot), a área consta como oferta para essa modalidade. Para tentar frear essa possibilidade, a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) chegou a aprovar um projeto de lei para tornar este espaço como um parque ecológico, mas o governador Ibaneis Rocha (MDB), que vetou por entender que projetos de lei dessa natureza só podem ser propostos pelo Executivo. O caso foi parar na Justiça e o governo local conseguiu sair vitorioso.

Especialistas ouvidos pela reportagem atestam que a existência de um empreendimento tão próximo a presídios pode impactar fortemente a população. Para o especialista em segurança pública Leonardo Sant'Anna, as forças policiais do DF deverão ficar atentas nessas localidades porque o PCC age dessa maneira. "Existe sim, a realidade, de pessoas e criminosos que pertencem a organizações de grande porte, tenham parte de sua assessoria do crime próxima do local onde estejam detidos. Ou seja, todo o planejamento de inteligência deve ter outro nível de critério e avaliação de risco", detalhou.

Segurança

O advogado apontou que, caso o governo, de fato, tenha interesse em empreender na região, é necessário dimensionar a questão da segurança como uma das prioridades. Ele citou que apesar da proximidade com os presídios, a segurança ao redor desses complexos sempre foi bem reforçada para evitar eventuais fugas ou situações semelhantes, assim como já ocorreu com o próprio Marcola, quando os planos de fuga foram frustrados após a ida



Centro de detenção de nível de segurança máxima abriga detentos de várias partes do país

dele para Rondônia. "Isso também fez com que o Mangueiral passasse a ser um dos locais mais cobiçados para moradia no DF. Ou seja, quando o empreendimento já é desenhado para fazer frente a esses níveis de risco, os problemas tendem a ser bem menores do que ficam parecendo ser no imaginário social da população. A nossa polícia nunca deixou o crime organizado se instalar aqui na nossa cidade", apontou.

"É um momento dessa comunidade que vai habitar, fazer as cobranças governamentais adequadas, uma vez que é interesse do governo colocar os dois tipos de atividades próximas. Tem que haver um investimento sim para não colocar a comunidade em uma situação de vulnerabilidade e de risco, nem de comunicação adequada", concluiu.

O presidente da Associação dos Moradores do Jardins Mangueiral (AMOR), Guilherme Carvalho, afirmou que o Pdot está desatualizado, e que a última atualização foi em

2009, quando ainda não existia o presídio federal. "Naquela época, não havia armamentos tão potentes como temos hoje. O espaço é totalmente delicado, porque, mesmo que seja para uso habitacional, temos pessoas que estão no presídio e que são consideradas de grande risco à nossa sociedade. Além disso, temos a questão do meio ambiente. Lá existe um parque, e tentamos fazer uma lei para torná-lo uma reserva ecológica, que foi vetada. Não é só o Marcola. Há problemas maiores, porque existem outros detentos que são tão perigosos quanto ele e nem sabemos a existência. É importante ressaltar isso, já que o governo ainda não entendeu", esclareceu.

Mercado imobiliário

O especialista em direito imobiliário Saulo Malcher Ávila lembrou que o PCC já chegou a agir para tentar alugar imóveis no Lagos Sul e

Norte em 2020 para ameaçar uma juíza do DF. O advogado ressaltou, no entanto, que o governo do DF também trava uma outra questão: o déficit habitacional. "Pelo que se pode colher dos debates sobre o tema, não haveria problemas urbanísticos com a implantação dos empreendimentos na região de expansão do Jardins Mangueiral, que, portanto, poderão contribuir com o combate ao déficit habitacional no Distrito Federal, um problema grave em nossa região", detalhou. "A segurança é uma questão que preocupa a todos, independentemente do local, classe social etc. A instalação de presídios em locais próximos a residências é uma realidade que todos devemos nos adaptar", completou.

Para o doutor em desenvolvimento sustentável Christian Della Giustina, a criação de parques, como foi proposta pela CLDF, é a política pública de conservação da natureza mais eficiente em todo o mundo. No entanto, na visão

O que é Pdot

O Plano Diretor de Ordenamento Territorial (Pdot) é um instrumento que rege a política urbana do Distrito Federal. Nele, estão as definições de onde estão e quais são as diretrizes e estratégias aplicadas às zonas urbanas e rurais do DF, às áreas ambientalmente sensíveis e quais podem ser destinadas à moradia ou à indústria, por exemplo. O Plano detalha ainda quais áreas são passíveis de regularização fundiária.

Fonte: Seduh

dele, a criação de parques ecológicos deve ser precedida de estudos técnicos que demonstrem a relevância de atributos ambientais a serem protegidos, tais como a fauna, a flora e as águas. "No caso da expansão do Jardins Mangueiral, há de se ressaltar que o plano diretor é o principal instrumento constitucional para que a função social da propriedade cumpra o seu papel. Mesmo a área sendo definida como urbana, os projetos de urbanização devem necessariamente contemplar a destinação de áreas verdes."

"O DF tem mais de 70 parques. A grande maioria deles encontra-se jogado às traças. Ao invés de cumprirem seu papel de proteção da natureza e a promoção do desenvolvimento sustentável são centros de ilicitudes tais como o tráfico e uso de drogas, grilagem de terras dentre tantos outros crimes. Então, não necessariamente, a criação de um parque garantirá mais segurança aos moradores, sobretudo se a lógica da gestão precária da maioria dos parques de Brasília for seguida", completou.

O que diz o governo

A Companhia de Desenvolvimento Habitacional (Codhab) diz em nota que o novo bairro ainda está em fase de estudos, porque a área é passível de habitação e está dentro do território do DF. A pasta ressaltou que realizou diversas consultas de viabilidade do empreendimento, principalmente pela proximidade com os presídios, e que foram estabelecidos condicionantes. "As diretrizes estabelecidas pelos órgãos de segurança foram incorporadas ao Plano de Ocupação e às Diretrizes Urbanísticas Específicas (DIUPE) da área, resultando em um parecer favorável da Secretaria de Segurança Pública. No tocante aos estudos ambientais, como todo novo empreendimento, Codhab informa que a Expansão do Bairro Mangueiral respeitou o rito de licenciamento ambiental para a sua implantação."

Para a área, o governo local prevê que possa existir 2.899 unidades habitacionais, conforme estabelecido no Pdot para solucionar parte do déficit habitacional. O governo esclareceu que aguarda a decisão favorável da ação na Justiça para poder avançar, de vez, nos estudos e, posteriormente, tirando o bairro do papel. O **Correio** não conseguiu contato com a Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen), responsável por gerir a Penitenciária Federal de Brasília.

Colaborou Arthur de Souza



LUANA PATRIOLINO (INTERINA)
luana.patriolino@gmail.com

Planalto excluído da segurança

Um ofício da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF) mostrou que o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Congresso foram avisados sobre a operação para proteger a Praça dos Três Poderes de atos terroristas de 8 de janeiro. O documento mostra que até mesmo o Ministério das Relações Exteriores foi incluído no plano de proteção, porém, o Comando Militar do Planalto e o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) foram excluídos dos alertas. À época, a pasta era chefiada pelo ex-ministro Anderson Torres — que está preso.

Ed Alves/CB/D.A Press



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Botão do pânico

O deputado distrital Joaquim Roriz Neto (PL) enviou ofício à Secretaria de Segurança Pública do DF solicitando a implementação de um botão do pânico nas escolas da capital. O dispositivo seria ligado diretamente à Polícia Militar, em casos de invasões e ataques. No documento encaminhado ao chefe da pasta, Sandro Avelar, o parlamentar também menciona a importância de um treinamento voltado a professores e alunos, com o objetivo de orientar quanto aos procedimentos a serem adotados ao disparo do alerta sonoro.



Comissão debate tema

A presidente da Comissão de Segurança da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), deputada Doutora Jane (Agir), convocou, para esta tarde, uma reunião sobre as ameaças de ataques nas escolas. Na pauta, está o conhecimento das ações da SSP-DF; monitoramento dos procedimentos adotados; e medidas que possam garantir a paz no ambiente escolar. O secretário de segurança da capital, Sandro Avelar, foi convidado para o debate.

Direitos dos indígenas

A Comissão Especial de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seccional Distrito Federal, está realizando uma campanha de doação para fornecer apoio material aos indígenas que estão participando do Acampamento Terra Livre (ATL). “Esta é considerada a maior manifestação cultural e política de povos indígenas em todo o mundo. É realizado em Brasília tradicionalmente há 19 anos, pelas entidades e organizações de defesa dos direitos dos povos originários”, disse a comissão à coluna.



Demarcação

O objetivo é angariar alimentos, roupas, produtos de higiene e outros bens para garantir o alojamento adequado dos participantes. A mobilização está prevista para acontecer entre os dias 24 e 28 de abril, em Brasília, trazendo a demarcação como tema central.

Patrimônio cultural

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) está com uma série de ações em comemoração ao aniversário de 63 anos de Brasília. O órgão realiza oficinas de educação patrimonial no Centro Educacional do Lago Sul nesta tarde. Hoje, também há uma roda de conversa na FAU-UnB com o objetivo de promover e incentivar a valorização e conservação da capital. Para o dia 27, está previsto o Seminário: Palácios de Brasília — Projeto e Destino. O evento terá transmissão pelas redes sociais.

Agenda institucional

A Associação Nacional de Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) lança, hoje, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, em Brasília, uma agenda político-institucional para 2023. A solenidade reunirá magistrados, parlamentares, representantes dos três Poderes e da sociedade civil. O documento apresenta a posição da entidade frente a proposições legislativas de interesse direto da magistratura trabalhista que tramitam no Congresso Nacional.

“Os que pregam a humildade, a simplicidade, não querem viver no simples. Zombando e brincando com o dinheiro do contribuinte. Ficamos 4 anos no Alvorada e usei os meus lençóis para não fazer licitação”

Michelle Bolsonaro,
ex-primeira-dama, sobre móveis do
Palácio do Alvorada

“Alguém acredita em alguma palavra da Michelle Bolsonaro? Afinal, onde estão os 83 móveis que são patrimônio da União e sumiram?”

**deputada federal
Fernanda Melchionna
(PSol-RS)**



Ed Alves/CB/D.A Press



Minervino Junior/CB/D.A Press

Campanha de vacinação

A Caixa de Assistência dos Advogados lançou uma campanha de vacinação contra a gripe para os filiados da OAB, cônjuges, filhos e pais dos advogados. A ação deu uma pausa por causa do feriado e será retomada em 25 de abril, com término no dia 27. “Na primeira campanha da nossa gestão foram 2 mil doses; ano passado, vacinamos 22 mil; e esse ano esperamos bater esse número”, disse o presidente da CAA do DF, Eduardo Uchôa Athayde. As vacinações ocorrem no Parque da Cidade e no estacionamento da Universidade Católica de Taguatinga, de 10h às 16h. Também haverá aplicação no estacionamento da Igreja Adventista de Sobradinho.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

VIOLÊNCIA / Sandro Avelar falou sobre ameaças de ataques que podem se inspirar no massacre de Columbine (EUA)

Segurança reforçada nas escolas

» ARTHUR DE SOUZA

O secretário de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF), Sandro Avelar, foi à Câmara Legislativa (CLDF), ontem, para discutir o reforço da segurança nas imediações das escolas da capital federal para esta quinta-feira. De acordo com o gestor, durante discurso no plenário da Casa, ele conversou informalmente com alguns parlamentares, que demonstraram preocupação com o momento vivido em todo o país.

“É preocupante, mas estamos tratando com toda seriedade possível. Se tivermos que errar, que seja pelo excesso de cuidado e cautela, mas nunca por trabalhar alguém das nossas possibilidades”, ressaltou Avelar. Ele destacou que a precaução está amparada em uma possível “inspiração” de terroristas no massacre de Columbine, nos Estados Unidos, em 1999.

Sandro Avelar deixou claro que a SSP não vai deixar de utilizar todo o efetivo das forças de segurança, caso seja necessário. “Todas as providências estão sendo tomadas, no sentido de garantir a segurança nas escolas amanhã. Se tivermos que nos exceder, colocando policiais nas proximidades e até mesmo dentro das escolas, iremos fazê-lo”, comentou.

Renan Lisboa/CLDF



Secretário compareceu à CLDF para se pedir auxílio aos distritais e informar sobre ações realizadas

Apesar da preocupação, o secretário ressaltou que também é preciso serenidade nesse momento, tanto no Poder Legislativo quanto no Executivo. “Pelo contrário, temos que somar os esforços para transmitir segurança à população, sobretudo para a comunidade escolar que, com razão, fica ansiosa e os senhores (deputados) têm o papel de nos ajudar a transmitir isso”, reforçou.

O delegado-geral da Polícia Civil, Robson Cândido, detalhou como foram os últimos dias, desde o início de ataques às escolas pelo país. “Investimos quase R\$

50 milhões em ferramentas da nossa inteligência e, com elas, passamos o dia todo buscando possíveis ameaças, não começamos somente agora. Nossa busca é incessante e diária. Felizmente, nas últimas 48 horas, tivemos apenas três denúncias mais graves (sobre ameaças em escolas). Nos dois primeiros meses, foram mais de 100, sendo que destas, 11 tiveram uma atenção maior.”

Confiança no trabalho

Presidente da Comissão de Segurança (CS) da CLDF, a deputada

Doutora Jane Klébia (Agir) falou sobre a importância da reunião com Sandro Avelar. “O momento é de gravidade, estamos diante de uma crise, mas que está sob controle. Temos uma polícia preparada, que tem inteligência e que sabe atuar nos momentos de gravidade”, reforçou. “A internet consegue criar uma histeria coletiva, criando um medo em quem não está dentro da Segurança Pública. Pode acontecer, pode? Mas é preciso acreditar que temos uma polícia preparada, atuante e que vai nos trazer serenidade neste momento”, acrescentou a parlamentar.

Memória

Terror em Columbine

Em 20 de abril de 1999, Dylan Klebold, de 17 anos, e Eric Harris, 18, mataram 12 colegas e um professor, além de ferirem outras 24 pessoas, após invadirem a Escola Secundária de Columbine, localizada em Denver (EUA), fortemente armados. O fuzilamento começou no refeitório do local. Após o massacre, ambos cometeram suicídio.

A deputada também falou sobre a necessidade de que os pais conversem com os filhos sobre os trotes. “Eles (trotes) têm o poder de desviar todo um trabalho que está sendo feito para promover a segurança, podendo causar situações mais perigosas”, alertou. “É preciso identificar — e a polícia tem mecanismos para isso —, punir e cobrar a multa prevista em lei. A função do pai é controlar o filho, orientando para que ele não pratique esse tipo de conduta”, complementou Jane Klébia.

A distrital revelou ainda que está marcada para hoje uma reunião

extraordinária da Comissão de Segurança, para tratar sobre a questão das ameaças nas escolas. “Vamos convocar algumas autoridades públicas, que podem contribuir conosco”, anunciou. Entre os convidados, está o próprio secretário Sandro Avelar. Doutora Jane também foi questionada sobre efetivo e recursos para ajudar no trabalho da SSP.

“O trabalho feito é mapeado e independe de efetivo. Mas temos veteranos que podem contribuir, até porque é o trabalho que faziam antes. Em relação a recursos, depende do GDF, mas tenho certeza que o governador está preocupado com a questão da segurança e, se precisar destinar uma verba para que esses policiais retornem, o fará”, detalhou. “Temos emendas destinadas à SSP (R\$ 1,5 milhão) para a contratação emergencial, então o governo pode lançar mão desse recurso”, concluiu a parlamentar.

Integração

Ao lado de outros governadores, prefeitos e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e do vice, Geraldo Alckmin (PSB), o governador Ibaneis Rocha (MDB) elogiou a integração do governo federal, do Judiciário e dos demais estados para a proteção do ambiente escolar.



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.dfg@dabr.com.br

Fora do Plano

É, a um só tempo, um roteiro para consulta e um manual lírico, a convidar para um passeio pelas cidades-satélites ou regiões administrativas do DF. Esse é o Guia Fora do Plano, de Conceição Freitas, com fotos de Zuleika Souza. Brasília é muito mais do que a Esplanada dos Ministérios. Recentemente, passou a ocupar de terceira maior metrópole brasileira, com quase 3 milhões de habitantes, permanecendo atrás apenas de São Paulo e do Rio de Janeiro.

O Guia Fora do Plano mapeia, investiga e revela os lugares para visitar, comer e celebrar nas 32 cidades-satélites ou Regiões Administrativas do DF. Para compor o livro e sondar a alma das cidades, Conceição percorreu mais de 6 mil quilômetros a bordo do seu 1.0, de satélite em satélite. Cada uma inventou a maneira de viver, de morar, de comer, de se divertir e de celebrar.

Conceição vislumbra a verdadeira utopia de Brasília na velocidade vertiginosa com que os candangos resistiram e conquistaram, com muita luta, seu espaço nas novas cidades. Em menos de quatro anos, a região onde se instalou o Distrito Federal passou de 6 mil para 100 mil habitantes.

Das paredes grafitadas da Ceilândia à Festa do Divino Espírito Santo

em Planaltina, das árvores do cerrado desgrenhadas na beira do lago à Via Sacra de Planaltina, da placa anunciando mandioca sem casca em um quiosque do Núcleo Bandeirante aos horizontes abertos do Gama, das placas de sinalização do arquiteto Danilo Barbosa às festas de São João.

Vamos passear fora do Plano sob o olhar do guia, folheando as páginas, aleatoriamente. O Guará são as casinhas antigas, os sobrados de muro alto, os bloquinhos de três andares e os espigões gigantes. É o animal mais elegante do cerrado e a mais famosa feira candanga. O Jardim Botânico vive na borda de chapadas, precipícios e vales.

O Lago Norte é um Plano Piloto náutico, sem os palácios e os três poderes, mas rico em pequenos poderes

urbanos. O Lago Sul é um país dentro de Brasília. É uma cidade aberta para o lago e ao mesmo tempo fechada sobre si mesma, guardada atrás de cervas vivas, muros altos e lotes imensos.

A Ceilândia é quem representa melhor o espírito candango de resistência. Se o Plano Piloto é patrimônio da humanidade, Ceilândia é patrimônio da alma candanga. Cruzeiro é a cidade do samba, um quase bairro de tão colado no Plano Piloto. Que ama mora no Gama, que, com suas árvores adultas, de copas gigantes, quebram a aridez comum à maioria das satélites. Quem chega ou quem sai do Paranoá é tomado pela paisagem: um lago de águas levemente azuladas, com o Plano Piloto ao Fundo.

No início, o Sudoeste era Sudolama.

Compacto, múltiplo, rico e muito arborizado virou o Sudoca. São Sebastião é a contradição brasileira: colada no Jardim Botânico, vizinha do Lago Sul, abriga a papuda, a penitenciária de Brasília. Guarda um tesouro de histórias do Brasil profundo, da construção da capital e invento seu próprio jeito de existir e resistir. Estrutural é a cidade que venceu o lixo.

Como se vê, O Guia Fora do Plano convida a um passeio pelas cidades do DF, a um só tempo, objetivo e subjetivo, histórico e devaneante, informativo e lírico, escrito com mão de cronista e fotografado com olho de artista.

PS: O Guia Fora do Plano será lançado, hoje, a partir das 19h, no Beirute da 109 Sul.

» Entrevista | EDISON GARCIA | PRESIDENTE DA CEB

Ao CB.Poder, ele falou sobre projeto que prevê autonomia da companhia para administrar recursos da iluminação pública

Investimento de R\$ 350 milhões

» JOSÉ AUGUSTO LIMÃO*

O projeto de lei (PL nº 3.069/2022) do governo sobre a prestação dos serviços de iluminação pública do Distrito Federal foi tema do CB.Poder — parceria entre Correio e TV Brasília — de ontem. Ao

jornalista Roberto Fonseca, Edison Garcia, presidente da Companhia Energética de Brasília (CEB), falou sobre os benefícios do projeto que, segundo ele, visa melhorar a iluminação pública do DF sem aumentar a contribuição para

a população. “Essa concessão fará com que a gente tenha capacidade rápida de fazer os investimentos necessários para investir cerca de R\$ 300 milhões a R\$ 350 milhões nos próximos dois anos, há três anos”, anunciou.

O GDF encaminhou, no final do ano passado, para Câmara Legislativa projeto que dá autonomia sobre a gestão da contribuição de iluminação pública (CIP). O senhor pode detalhar?

É um projeto de lei de autoria do Poder Executivo dentro de uma visão do governador Ibaneis (Rocha) que nós precisamos fazer o Distrito Federal ter 100% de lâmpadas de LED, mais iluminada, dando segurança e essa sensação de bem-estar para sociedade. Hoje a gente pode perceber, no dia-a-dia, conversando com as pessoas que a percepção de melhoria da luminosidade da cidade pela luz de LED é incontestável.

Esse projeto de lei transfere a concessão do parque de iluminação pública para a gestão da CEB, como empresa pública.

Essa concessão fará com que a gente tenha capacidade rápida de fazer os investimentos necessários para investir cerca de R\$ 300 milhões a R\$ 350 milhões nos próximos dois anos a três anos, nos 370 mil pontos de iluminação do DF, acrescidos por 70 mil pontos extras que serão implantados. E fazer de Brasília o segundo parque de iluminação pública do Brasil 100% em luz de LED, muito mais bonita e muito mais segura para toda a sua população.

E na prática, as mudanças na gestão da CIP o que está sendo proposto?

Não está se propondo o aumento de contribuição de iluminação pública (CIP), isso é tem que ficar claro à população. O que está em pauta é uma mudança de

modelo. A CEB, desde 1969 quando ela foi criada, faz a gestão da iluminação pública do DF. Num certo momento a Constituição Federal delegou a municípios brasileiros a gestão desse parque de iluminação pública.

Eno caso do DF, que é uma unidade federativa município e estado ao mesmo tempo, ele é o detentor desse parque de iluminação pública. E desde então, a CEB atua como uma empresa pública prestadora de serviço à Secretaria de Obras, que é o braço executivo do GDF, que contrata a CEB que presta serviços mediante demanda e o pagamento desses serviços, com recursos da CIP.

O governo tem recursos suficientes para a manutenção?

O que ocorre, há muito tempo, é que os recursos não são

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



suficientes para fazer os investimentos necessários para a troca de todo o parque de iluminação pública. Para se ter uma ideia, em números, hoje nós temos uma faixa de R\$ 260 milhões, que é a receita total da CIP, que cada cidadão contribui através do pagamento na conta de energia. Esse dinheiro vai todo pra Secretaria de Fazenda que, por sua vez, repassa pro orçamento da Secretaria de Obras.

Ocorre que há um dispositivo da Constituição Federal, chamado Desvinculação de Receitas de Estados e Municípios (DREM),

que é a desvinculação da receita de estados e municípios que determina que 30% de todas as receitas, inclusive a CIP, sejam destacadas. Então, hoje o orçamento da Secretaria de Obras para custear todo o gasto com iluminação pública está em R\$ 186 milhões. Só que no orçamento da energia há a previsão de R\$ 209 milhões.

Então o que que a Secretaria de Fazenda faz, ela tem que recompor esses 30% que ela retira. Fazendo essa conta entre gasto de energia, manutenção, há uma sobra de R\$ 30 milhões por ano para

fazer os investimentos, e Brasília precisa de R\$ 350 milhões.

Como funcionaria a concessão?

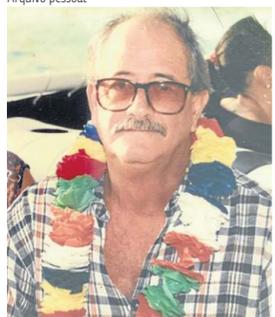
A CEB como concessionária, ela antecipa o investimento de R\$ 350 milhões, porque com os 30%, a gente levaria pra 12 anos para fazer a troca do parque de iluminação pública. Com R\$ 350 milhões de investimentos em dois anos a três anos, nós vamos reduzir a conta de energia.

*Estagiário sob a supervisão de Suzano Almeida

OBITUÁRIO

Morre o pioneiro Rubens Amaral

Arquivo pessoal



» MARIANA SARAIVA

A cidade se despede do advogado e economista Rubens Amaral. Pioneiro da capital federal, ele faleceu na segunda-feira, em decorrência de insuficiência cardíaca. O pioneiro, que completaria 89 anos hoje, deixou a esposa Simone Fontes do Amaral, com quem foi casado por 60 anos e teve três filhos — Andréa, Rubens, conhecido como Binho, e Adriana.

O advogado nasceu em Guapé

(MG). Aos 14 anos foi morar em Belo Horizonte, capital do estado. Em 1958, chegou a Brasília, para trabalhar na construção da nova capital do país. Firmou raízes no Distrito Federal.

“Foi uma pessoa sorridente, que, durante a vida, fez bons amigos e era muito querido por todos que o conheciam”, lembra a filha Andréa. Ela conta que sua mãe, Simone, foi o grande amor da vida de Rubens. “Ele era muito companheiro e apaixonado pela esposa,

e foi assim até o final”, revela.

Com o colega de faculdade, Atílio João Andreta, abriu o escritório de advocacia Fênix. Profissional dedicado, também ocupou vários cargos no GDF. Atuou na Novacap e na CEB, onde criou o fundo de pensão para os servidores do órgão. Ele terminou a carreira pública como Secretário de Viação e Obras do DF.

O corpo de Rubens Amaral foi sepultado ontem, no Cemitério Campo da Esperança, na Asa Sul.

Obituário

Envie uma foto e um texto de no máximo três linhas sobre o seu ente querido para: SIG, Quadra 2, Lote 340, Setor Gráfico. Ou pelo e-mail: cidades.dfg@dabr.com.br

Sepultamentos realizados em 18 de abril de 2023

» Campo da Esperança

Andrea Santos Silva, menos de 1 ano
Arício Alves de Lucena, 76 anos
Carlos Eduardo da Rocha Lima Vellozo, 59 anos
Geraldo Soares de Mesquita, 90 anos
José Inácio Leiria Soares, 66 anos
José Valberto Alves de Souza, 67 anos
Lindamar Sales, 69 anos
Luiz Carlos Rodrigues Faria, 45 anos
Luzia Almeida Soares, 79 anos
Maria do Carmo Torres, 86 anos
Maria Dorismar da Silva Nunes,

86 anos

Maria Junilde Macedo da Fonseca, 75 anos
Rai Araújo Miranda, 21 anos
Rubens Zeferino do Amaral, 88 anos
Sebastiana Bezerra de Carvalho, 91 anos
Wanda Giovani Gomes, 83 anos
Weriton Ferreira Alcântara da Silva, 28 anos

» Taguatinga

Aldenora Barros da Silva, 82 anos
Antônio Bernardino dos Santos, 70 anos

Antônio Walter Braga, 53 anos
Everaldo Seles dos Santos, 75 anos
Ivanilson Mariano de Sousa, 54 anos
João Ferreira Lima, 56 anos
Jonys Figueredo Rodrigues, 22 anos
José Araújo Filho, 74 anos
Jovina Alves dos Santos, 76 anos
Marcelo Paulo e Silva, 39 anos
Nelzira Alves de Carvalho, 73 anos
Radames Douglas Amarante Moraes, menos de 1 ano
Raizla de Castro Marinho Braga, 70 anos
Roberto Romeu Martins, 61 anos
Roneimar Ferreira Alvares da

Silva, 61 anos

» Brazlândia

Carlos Alberto de Barros, 53 anos
Franciane Pereira da Silva, 35 anos
Marcelo de Souza Neves, 31 anos

» Sobradinho

Raimunda Maria da Silva, 93 anos

» Jardim Metropolitano

Nathalia Victória da Silva Leal, 4 anos
Mozart Alves da Silva, 71 anos (cremação)
Mariuzza Cibella de Andrade Lima, 87 anos (cremação)

Benedito Emerson Fleury

É com grande pesar que comunicamos o falecimento do nosso querido Fleury.

NOTA DE FALECIMENTO

Cemitério Campo da Boa Esperança asa sul

19 de abril | **Velório - Capela 01 De 13:30h às 15:30h Sepultamento 16h**



“Não pago bons salários porque tenho muito dinheiro. Tenho muito dinheiro porque pago bons salários”

Robert Bosch

CNA, CNT e CNC se unem contra alíquota única de imposto para bens e serviços

Cinco grandes confederações, em manifesto conjunto, pedem ajustes na reforma tributária e endossaram o documento O Brasil não pode errar, lançado ontem. “Compete-nos alertar que as propostas em discussão no Congresso Nacional (PEC 45/2019 e PEC 110/2019) necessitam de ajustes para evitar impactos perversos e riscos à sociedade brasileira”, aponta o documento. Assinam o texto setores que juntos empregam 41,7 milhões de trabalhadores e representam quase 60% da economia nacional. As entidades criticam a alíquota única para bens e serviços.

Se prevalecer essa ideia, haverá um pesado aumento de impostos sobre setores estratégicos no Brasil”, afirma o documento conjunto.

Desequilíbrio de carga

“Não faz sentido reduzir a carga sobre bens nacionais e importados para aumentar sobre os alimentos e serviços, que geram tanta riqueza e empregos em todo o país”, frisa o manifesto.

Setores

Assinam o documento a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Confederação Nacional do Transporte (CNT), a Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde) e a Confederação Nacional das Cooperativas (CNCOOP).

Aumento da cesta básica

Segundo o documento, do jeito que está proposta a reforma, ela acarretará elevação geral nos preços dos alimentos (mais 22% sobre a cesta básica), dos transportes, da habitação, da mensalidade escolar, da saúde (mais 38% sobre medicamentos e 22% sobre planos de saúde), do advogado, do turismo, da ginástica, do lazer, da segurança e de diversos outros serviços.

Reprodução



Enfim, Brasília

O Brasília Shopping apresenta, na Praça Central, a exposição Enfim, Brasília, a primeira no Brasil feita totalmente com Inteligência Artificial. Idealizada pelo artista Christus Nóbrega, a mostra estará em exibição até 30 de abril e é gratuita. Uma cidade imaginária e outra real se contrapõem e conduzem o público a uma experiência original sobre a capital, que celebra 63 anos nesta sexta-feira.

Mulheres do Brasil e ONU

A presidente do Grupo Mulheres do Brasil no DF e coordenadora da Câmara de Mulheres Empreendedoras da CNC, Janete Vaz, participou, ontem, de reunião com a diretora geral da ONU no Brasil, Silvia Rucks, em Brasília. A pauta foi o foco que os ODS da ONU têm no segmento feminino, com as metas de melhoria das condições de desenvolvimento humano (acesso à educação, saúde, segurança pública e mercado de trabalho). A reunião é um marco para realização de projetos em parceria com as entidades que já atuam em prol das mulheres. Também participaram da reunião, a presidente da Câmara de Empreendedoras da Fecomércio DF, Beatriz Guimarães, e a coordenadora do grupo Mulheres do Brasil no DF, Ana Carolina Caputo.



Divulgação

Conexão Brasília — Argentina

Com o objetivo de fomentar a parceria entre Brasil e Argentina, a diretoria do Sindiatadista-DF promoveu, ontem, café da manhã na sede do sindicato em Águas Claras. O evento contou com a presença de empresários do DF e representantes de empresas argentinas. Durante o encontro, o ministro Rodrigo Bardoneschi — chefe da Seção Econômica e Comercial da Embaixada Argentina, em Brasília —, falou sobre a “importância do intercâmbio entre as empresas dos dois países”. Os participantes puderam conhecer as novidades do mercado argentino. Para o presidente do Sindiatadista-DF, Álvaro Júnior, parcerias como essa “são boas” para o consumidor, fabricantes e atacadistas.



Sindiatadista-DF/Divulgação

Parceria para internacionalização de negócios

A Fecomércio-DF e a Secretaria de Estado de Relações Internacionais (Serinter-DF) assinaram parceria. Além do foco na internacionalização de empresas do DF, viabilizará pesquisas, missões fora do país e projetos em diversas áreas como turismo, educação, ciência, tecnologia e inovação. O documento foi assinado pelo presidente do Sistema Fecomércio-DF, José Aparecido Freire, e pelo secretário de Relações Internacionais, Paco Britto.

Nova sede da Fecomércio

A reunião ocorreu na nova sede da Fecomércio, que foi transferida recentemente do Setor Comercial Sul para a 712/912 Norte. Batizada em homenagem ao presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), José Roberto Tadros, a unidade é maior e mais moderna. Além de abrigar 14 dos 28 escritórios de sindicatos patronais que compõem a base da Federação, o local também é sede do Senac-DF.

MOBILIDADE / Valor não utilizado terá validade para expiração diferente nos cartões Mobilidade e Vale Transporte

Novos prazos para usar créditos

» LAEZIA BEZERRA

Os créditos de cartões de Vale-transporte ou Mobilidade agora terão o prazo de validade diferentes. A resolução está no decreto nº 44.432, do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), publicada ontem no *Diário Oficial do Distrito Federal (DODF)*. O prazo para expiração dos créditos existentes no cartão Mobilidade adquiridos a partir de abril de 2022 será de até cinco anos. Já os do vale-transporte terão prazo de dois anos.

Segundo as regras do decreto, os créditos adquiridos em março de 2019, em ambos os cartões de mobilidade e vale-transporte, já venceram. Entretanto, os valores que foram transferidos no período de abril de 2019 a março de 2022 serão expirados somente em abril de 2024. Em relação ao montante acumulado por pessoas falecidas, estes vão vencer automaticamente, independentemente do momento em que foi adquirido. A nova medida vale para ônibus, metrô e BRT e

foi anunciada em março pelo Governo do Distrito Federal (GDF).

O usuário que tiver colocado uma quantia há 12 meses no seu cartão, e que não gastou todos os créditos em passagens nos ônibus, metrô ou BRT's, não terá mais o dinheiro na sua conta. A medida foi acordada entre o GDF e a Câmara Legislativa do DF. Segundo o governo, a medida é para equilibrar as contas do transporte público. Uma novidade no decreto publicado é que o Banco de Brasília (BRB) deverá avisar aos usuários quando estiver faltando um mês para vencer os créditos. Embora não esteja esclarecido no decreto, o passageiro terá que ser informado.

Tribunal de Contas

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), em sessão ordinária de 12 de abril, deu prazo de 15 dias para que a Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do DF (Semob-DF) preste esclarecimentos sobre o

Ed Alves/CB/D.A Press



Prazo para expirar créditos do cartão Mobilidade será de 5 anos. Para o Vale-Transporte, validade será de 2 anos

decreto que estabeleceu prazo de validade para os créditos do vale-transporte e cartão mobilidade. O Plenário da Corte acolheu uma representação que questiona a constitucionalidade da matéria.

Usuária do cartão Vale-transporte, Jeovânia Melo, 32, moradora do Areal, conta que quase sempre usa todos os créditos dentro do mês, mas lamenta a notícia do confisco dos créditos,

porque acredita que este é um direito estabelecido que deve ser respeitado pelo governo. “Independentemente do período em que o crédito ficar parado no cartão”, reforça.

Ingrith Horrane Gomes da Silva, 31 anos, moradora do Recanto das Emas, usa o serviço há cerca de 10 anos e diz que não concorda com a expiração dos créditos. Segundo ela, esse é um direito do trabalhador, que deve fazer uso dos créditos da forma que achar melhor. “O governo não deveria poder agir dessa maneira. Essa deveria ser uma medida inconstitucional porque a própria Constituição Federal fala que direito adquirido não se perde. Podem até mexer para agregar alguma coisa, mas não para tirar um direito adquirido pelo cidadão”, argumenta.

A Semob informou que, apesar da publicação do decreto ontem, a pasta está prestando todas as informações necessárias ao TCDF, que a notificou, em 14 de abril, para esclarecer sobre possível afronta ao direito constitucional à propriedade no âmbito do sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal. O prazo previsto para retorno com respostas expira no fim deste mês.

JUSTIÇA

Preso por divulgar fotos vai para a Papuda

» DARCIANNE DIOGO
» PABLO GIOVANNI

Acusado de espalhar imagens de cantores famosos mortos, Felipe Alves, 22 anos, teve a prisão preventiva decretada pela Justiça do Distrito Federal. Ele foi detido, na segunda-feira, em Santa Maria, no âmbito da operação Fenrir, desencadeada pela Delegacia Especial de Repressão aos Crimes Cibernéticos (DRCC).

A prisão preventiva foi determinada em audiência de custódia realizada ontem. Agora,

Fellipe será encaminhado ao Centro de Detenção Provisória 2 (CDP 2), no Complexo Penitenciário da Papuda.

De acordo com as investigações, o suspeito compartilhou fotos e vídeos dos corpos dos cantores sertanejos Gabriel Diniz, Cristiano Araújo e Marília Mendonça pelo Twitter. As imagens retiradas do Instituto de Medicina Legal (IML) foram obtidas de forma ilegal e distribuídas indiscriminadamente na internet.

Enquanto a PCDF cumpre mandado de prisão contra quem

compartilhou as imagens nas redes sociais, a Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) afirmou, no sábado, que os responsáveis pelos vazamentos das fotos da autópsia da cantora Marília Mendonça podem ser demitidos e que foi instaurado um procedimento e um inquérito policial para apurar quem são os responsáveis pelo vazamento.

“A Polícia Civil reforça seu compromisso com o resguardo dos dados sensíveis que envolvem a investigação criminal em todas suas vertentes, bem como

Reprodução/Divulgação



Imagens de corpo de Marília Mendonça foram compartilhadas na Internet

a punição de todos os servidores que eventualmente derem causa ao vazamento de dados, informações ou documentos de natureza sensível ou sigilosa”, diz a nota da PCMG, que abriu procedimento administrativo para investigar o vazamento de documentos da morte de Marília Mendonça. Vale ressaltar ainda que, além dos responsáveis por vazar as imagens, quem compartilha no WhatsApp ou em outras redes sociais pode responder por crime de vilipêndio de cadáver.

No Brasil, a legislação prevê que a pena de quem comete crime de vilipêndio de cadáver pode ser de 1 a 3 anos, além de pagamento de multa.

Golpista vira ré

A 1ª Vara Criminal de Taguatinga aceitou a denúncia oferecida pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e tornou ré por estelionato Susy Ferreira de Aguiar, 38, acusada de aplicar um golpe de mais de R\$ 55 mil em uma idosa, 66, para custear uma festa de casamento luxuosa para ela.

A golpista fez várias transferências via pix da conta da idosa, com o argumento de ajudá-la a quitar uma dívida imobiliária. O caso foi revelado pelo **Correio** no mês passado. Susy vai responder em liberdade provisória, concedida pelo TJDF.



360 Graus

por Jane Godoy

Por Jane Godoy • janegodoy.df@dabr.com.br

"Durante algum tempo alguém pode ficar alegre consigo mesmo mas, a longo prazo, a alegria deve ser compartilhada"

Ibsen

Fotos: Neide Cavalcante/Divulgação



Agora vale a pena comemorar.....

Depois de tanto tempo sem comemorar nada com ninguém, poder fazer isso é motivo de alegria pois, como observam muitas e muitas amigas neste Distrito Federal, "é preciso tirar atraso daquela época triste, que nos impedia de estarmos juntas, de nos abraçarmos e de transformarmos um simples aniversário num acontecimento animado e feliz". O aniversário de Sônia Souto na quinta-feira (13) foi exatamente assim: com entusiasmo e descontração. O encontro se deu no Grand Bier, com aquele cenário magnífico do Pontão do Lago Sul, com dezenas de amigas em volta da aniversariante, que estava em estado de graça.



Cleuza Carvalho, Laura Mbeng (Camarões), Kátia Piva e Liliane Marques



Rosângela Meneguetti, Liz Elaine, Maria Olimpia Gardino e Gertrud Mathias



Carmen Minuzzi e Irene Maia

A alegria da aniversariante



Convidadas de Sônia Souto



Isabel Cristina, Eliane de Campos, Leila Chagas e Beth Moura



Guida Carvalho, Cosete Ramos, Eliane Freitas (em pé), Evane Corbacho e Rachel Mariyoschi

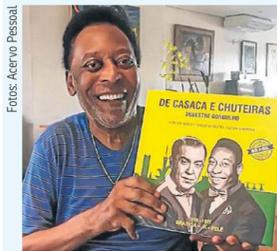


Patrícia Calmon, Wera Rakowitsch e Lourdinha Fernandes



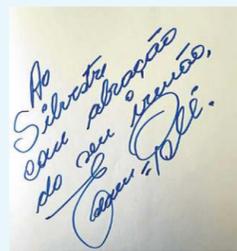
Nena de Valdete Drummond

>>>PAINEL



Os 63 anos de Brasília vão ser comemorados da forma mais apropriada e no local certo: o Memorial JK, no Eixo Monumental. Isto porque o autor, o jornalista Silvestre Gorgulho trouxe à tona um passado que nos remete ao ano de 1956, com o livro *De casaca e chuteiras - A era dos grandes dribles na política, cultura e história* (fotos), cujo lançamento e autógrafos está agendado para o sábado (22), às 11h. Pelé conheceu e leu o livro, foi fotografado com ele, autografou-o para o autor (foto) e, já hospitalizado, pediu duas caixas dos livros ao Silvestre Gorgulho, para dá-los de presente de Natal a enfermeiros e médicos do Hospital Einstein. O convite é assinado pela presidente do Memorial JK, Anna Christina Kubitschek Pereira. O livro "resgata a história dos Anos Dourados, da construção de Brasília, e da vida e obra do presidente JK e do Rei Pelé. Convite, já distribuído, leva a todos aquela sensação "de demorar a chegar o dia" para que possamos mergulhar naquelas páginas onde o autor colocou todo o resultado de sua pesquisa, de seu conhecimento e conhecida vibração com o que já aconteceu e ainda acontece em Brasília, através de suas crônicas, seus escritos informais e, até mesmo, do brilho em seus olhos quando enaltece ou demonstra preocupação com o que pode acontecer ou deixar de acontecer nesta cidade que ele ama e conta, em prosa e verso, sempre que tem vontade.

Um Livro que vai dar o que falar



>>>PINCELADAS

» Começou ontem e se encerra no domingo (30), a exposição Brasília 63 - a concretização de um Sonho, com fotos de Ake Borglund, fotógrafo sueco que vivenciou toda a saga e a epopeia de Brasília, na década de 1950, mais o acervo da pioneira Mercedes Urquiza e do Museu Vivo da memória Candanga, no piso térreo do Shopping Liberty Mall, das 9h às 21h. Hoje, a partir das 19h haverá uma importante roda de conversa com Mercedes Urquiza, autora do livro *Trilha do jaguar — na alvorada de Brasília* (foto), uma grande oportunidade de conhecer melhor como foi construída nossa capital, ouvindo gente que viveu cada minuto dessa epopeia que nos trouxe aqui. Vamos reviver com Mercedes Urquiza toda a emoção que tomou conta dela, em sua vinda para o nada e a aventura de ver Brasília surgir a cada minuto.



» A Páscoa das crianças assistidas pelas Mulheres Guerreiras do Sol Nascente, grupo criado pela batalhadora e abnegada Maria de Fátima (na foto com a representante do Grupo Mulheres de Brasília, Rita Márcia Machado) foi comemorado no domingo (02), na casa da criadora de todo aquele trabalho maravilhoso. Um dia de muita fartura em que foi servido um lanche para as crianças e mães, preparado com o maior carinho pela Fátima. O Grupo Mulheres de Brasília, com 120 parceiras, descobriu as Mulheres Guerreiras e se encantou com o trabalho de sua fundadora. Os refrigerantes foram doados por um grande empresário do agronegócio, que prefere não ser identificado.



» Shirley Pontes (foto), presidente da Academia Internacional de Cultura está em altos preparativos para as comemorações do Jubileu de Prata daquela academia, que será com o Gala Dinner Dance, em 23 de junho. As coordenadoras são: Maria Alcinor Mello e Damiana Leal. O local será revelado em breve, enquanto a expectativa vai crescendo. Vamos aguardar.



A Maratona Brasília está de volta com percursos de 5km, 10km e 42km (em dupla e individual). Evento terá apresentações de grupos musicais e de dança integrando o calendário de festejos do aniversário de Brasília

Corrida com festa

» PEDRO MARRA

A tradicional Maratona Brasília, organizada pelo **Correio**, jornal que nasceu com a capital do país, vai celebrar os 63 anos de Brasília na próxima sexta-feira. Após o alongamento, em frente ao Palácio do Buriti, será dada a largada, às 7h, quando começam as apresentações de grupos musicais e de dança. A novidade desta edição é a oportunidade que os atletas terão de correr o maior trajeto de forma individual ou com revezamento de 21km. Os participantes também podem optar pelo percurso de 5km e 10km, para iniciantes e corredores de rua.

Para a edição deste ano, as 2 mil inscrições se esgotaram ontem. Os participantes precisam retirar o kit atleta entre hoje e amanhã, das 10h às 20h, no Atacadão Dia Dia do Setor de Indústria e Abastecimento (Sia). O kit corrida

vem com camiseta, ecobag em algodão, bracheira porta celular, número de identificação no peito e medalha (pós-prova).

As corridas de rua viraram moda na década de 1980. O **Correio** promoveu a primeira etapa da Maratona Brasília em 1991. Para o assessor de relações institucionais do **Correio**, Miguel Jabour, celebrar o aniversário da cidade e do jornal é um momento especial para reforçar a identificação com a cidade e mostrar que o DF é a unidade da federação com mais praticantes de atividade física no país, segundo o Ministério da Saúde.

Vai rolar a festa

Após terminar o percurso, o atleta pode curtir a festa com apresentações musicais e de dança. Uma das atrações é o grupo Batukenjé, de arte inclusiva com tambores. Em seguida, o Kango Dance se apresenta com músicas de piseiro,

Eraldo Peres/CB/D.A Press



Em 1994, milhares de corredores lotaram as ruas de Brasília

ritmo nordestino e, como não poderia faltar, e rock para animar os participantes.

Após uma homenagem surpresa a alguns atletas e técnicos, o Bloco Eduardo & Mônica fará uma apresentação. Por fim, ocorre a premiação dos três primeiros colocados de cada modalidade, o que vai resultar em mais de R\$ 50 mil.

"A grande ideia, que motivou convidar os artistas da cidade é fazer uma festa, porque é aniversário de Brasília e do **Correio Braziliense**. Vamos aproveitar para animar o ambiente enquanto as pessoas correm e chegam a uma festa", explica Cilene Vierira, assessora especial do vice-presidente do jornal, Guilherme Machado.

BB Seguridade Participações S.A. CNPJ Nº 17.344.597/0001-94 NIRE Nº 5330001458-2 2023/03

Extrato da Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração Realizada em 24 de Fevereiro de 2023

I. Data, Hora e Local: Às dez horas do dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e três, na sede da BB Seguridade Participações S.A. ("Companhia" ou "BB Seguridade"), localizada em Brasília, no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Bloco B, 3º andar, Edifício Banco do Brasil, Asa Norte. A reunião ocorreu por videoconferência. **II. Composição da Mesa:** Marcelo Cavalcante de Oliveira Lima, Presidente, Daniel Alves Maria, Vice-Presidente, Isabel da Silva Ramos, Bruno Silva Dalcolmo, Gilberto Lourenço da Aparecida, Ricardo Moura de Araújo Faria e Ulisses Christian Silva Assis. **Secretária:** Mariana Figueiró Bretas Chiari. (...) **IV. Deliberações:** O Conselho de Administração: 1. Aproveu o resultado da avaliação de maturidade do Programa de Integridade da BB Seguridade 2022, conforme proposto no Instrumento Decisório nº 2023/10; 2. Aproveu o resultado consolidado das avaliações de desempenho conduzidas pelo Presidente do Conselho, incluindo os comentários e sugestões realizadas. (...) **V. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual foi lavrada esta ata que, lida e achada conforme, é devidamente assinada por mim, Mariana Figueiró Bretas Chiari, Secretária, pelo Presidente do Conselho, Marcelo Cavalcante de Oliveira Lima, pelo Vice-Presidente Daniel Alves Maria e pelos(a) Conselheiros(a) Isabel da Silva Ramos, Bruno Silva Dalcolmo, Gilberto Lourenço da Aparecida, Ricardo Moura de Araújo Faria e Ulisses Christian Silva Assis. **ESTE DOCUMENTO É PARTE TRANSCRITA DO LIVRO 7 FOLHAS 13 A 18.** Brasília, 24 de fevereiro de 2023. Marcelo Cavalcante de Oliveira Lima - Presidente. A Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal certificou o registro em 12.04.2023 sob o nº 2063075 - Anna Cláudia Leite Mesquita Garcia - Secretária-Geral.

BB Seguridade Participações S.A. CNPJ Nº 17.344.597/0001-94 NIRE Nº 5330001458-2 2023/01

Extrato da Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração Realizada em 27 de Janeiro de 2023

I. Data, Hora e Local: Às dez horas do dia vinte e sete de janeiro de dois mil e vinte e três, na sede da BB Seguridade Participações S.A. ("Companhia" ou "BB Seguridade"), localizada em Brasília, no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Bloco B, 3º andar, Edifício Banco do Brasil, Asa Norte. A reunião ocorreu por videoconferência. **II. Composição da Mesa:** Marcelo Cavalcante de Oliveira Lima, Presidente, Daniel Alves Maria, Vice-Presidente, Isabel da Silva Ramos, Bruno Silva Dalcolmo, Gilberto Lourenço da Aparecida, Ricardo Moura de Araújo Faria e Ulisses Christian Silva Assis. **Secretário:** André Francisco Ferreira Adnet. (...) **IV. Deliberações:** O Conselho de Administração: 1. Aproveu o Plano de Capital para o período de 2023 a 2025, conforme proposto no Instrumento Decisório nº 2023/07; (...) 3. Aproveu o Plano Estratégico da Auditoria Interna 2023/2025, conforme proposto no Instrumento Decisório nº 2023/05. **Registro:** Durante a deliberação deste item, permaneceram na sala apenas os Conselheiros de Administração. (...) **V. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual foi lavrada esta ata que, lida e achada conforme, é devidamente assinada por mim, André Francisco Ferreira Adnet, Secretário, pelo Presidente do Conselho, Marcelo Cavalcante de Oliveira Lima, pelo Vice-Presidente Daniel Alves Maria e pelos(a) Conselheiros(a) Isabel da Silva Ramos, Bruno Silva Dalcolmo, Gilberto Lourenço da Aparecida, Ricardo Moura de Araújo Faria e Ulisses Christian Silva Assis. **ESTE DOCUMENTO É PARTE TRANSCRITA DO LIVRO 7 FOLHAS 2 A 6.** Brasília, 27 de janeiro de 2023. Marcelo Cavalcante de Oliveira Lima - Presidente. A Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal certificou o registro em 11.04.2023 sob o nº 2062272 - Anna Cláudia Leite Mesquita Garcia - Secretária-Geral.

BB Seguridade Participações S.A. CNPJ Nº 17.344.597/0001-94 NIRE Nº 5330001458-2 2023/04

Extrato da Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração Realizada em 03 de Março de 2023

I. Data, Hora e Local: Às dezoito horas do dia três de março de dois mil e vinte e três, na sede da BB Seguridade Participações S.A. ("Companhia" ou "BB Seguridade"), localizada em Brasília, no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Bloco B, 3º andar, Edifício Banco do Brasil, Asa Norte. A reunião ocorreu virtualmente, por meio do Portal de Governança Atlas Governance. **II. Composição da Mesa:** Marcelo Cavalcante de Oliveira Lima, Presidente, Daniel Alves Maria, Vice-Presidente, Isabel da Silva Ramos, Bruno Silva Dalcolmo, Gilberto Lourenço da Aparecida, Ricardo Moura de Araújo Faria e Ulisses Christian Silva Assis. **Secretário:** André Francisco Ferreira Adnet. (...) **IV. Deliberação:** O Conselho de Administração aprovou: 1. o pagamento final do Programa de Remuneração Variável da Diretoria Executiva referente ao exercício de 2022 e o pagamento das ações em tesouraria referentes aos programas de 2018 a 2021 (parcelas diferidas devidas em 2022), conforme constante do Instrumento Decisório 2023/35. (...) **V. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual foi lavrada esta ata que, lida e achada conforme, é devidamente assinada por mim, André Francisco Ferreira Adnet, Secretário, pelo Presidente do Conselho, Marcelo Cavalcante de Oliveira Lima, pelo Vice-Presidente Daniel Alves Maria e pelos(a) Conselheiros(a) Isabel da Silva Ramos, Bruno Silva Dalcolmo, Gilberto Lourenço da Aparecida, Ricardo Moura de Araújo Faria e Ulisses Christian Silva Assis. **ESTE DOCUMENTO É PARTE TRANSCRITA DO LIVRO 7 FOLHAS 19 A 22.** Brasília, 03 de março de 2023. Marcelo Cavalcante de Oliveira Lima - Presidente. A Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal certificou o registro em 12.04.2023 sob o nº 2063074 - Anna Cláudia Leite Mesquita Garcia - Secretária-Geral.

BB Seguridade Participações S.A. CNPJ Nº 17.344.597/0001-94 NIRE Nº 5330001458-2 2023/02

Extrato da Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração Realizada em 08 de Fevereiro de 2023

I. Data, Hora e Local: Às dez horas do dia oito de fevereiro de dois mil e vinte e três, na sede da BB Seguridade Participações S.A. ("Companhia" ou "BB Seguridade"), localizada em Brasília, no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Bloco B, 3º andar, Edifício Banco do Brasil, Asa Norte. Reunião realizada por videoconferência. **II. Composição da Mesa:** Marcelo Cavalcante de Oliveira Lima, Presidente, Daniel Alves Maria, Vice-Presidente, Isabel da Silva Ramos, Bruno Silva Dalcolmo, Gilberto Lourenço da Aparecida, Ricardo Moura de Araújo Faria e Ulisses Christian Silva Assis. **Secretária:** Mariana Figueiró Bretas Chiari. (...) **IV. Aprovação das Demonstrações Contábeis 2022.** 1. Após as discussões com o Comitê de Auditoria, com a Auditoria Externa e com o Conselho Fiscal, o Conselho de Administração aprovou as Demonstrações Contábeis do exercício 2022, incluindo a destinação do lucro líquido apurado e o Relatório da Administração, conforme Instrumento Decisório 2023/033, e o seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral Ordinária. (...) **VI. Encerramento:** O Conselho de Administração tomou conhecimento sobre: 3. A divulgação do lucro líquido ajustado do 4º trimestre de 2022, sobre o acompanhamento das estimativas 2022 (Guidance 2022) e sobre as estimativas aprovadas para o ano de 2023 (Guidance 2023), conforme Instrumento Decisório 2023/027. **VIII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual foi lavrada esta ata que, lida e achada conforme, é devidamente assinada por mim, Mariana Figueiró Bretas Chiari, Secretária, pelo Presidente do Conselho, Marcelo Cavalcante de Oliveira Lima, pelo Vice-Presidente Daniel Alves Maria e pelos(a) Conselheiros(a) Isabel da Silva Ramos, Bruno Silva Dalcolmo, Gilberto Lourenço da Aparecida, Ricardo Moura de Araújo Faria e Ulisses Christian Silva Assis. **ESTE DOCUMENTO É PARTE TRANSCRITA DO LIVRO 7 FOLHAS 7 A 12.** Brasília, 08 de fevereiro de 2023. Marcelo Cavalcante de Oliveira Lima - Presidente. A Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal certificou o registro em 12.04.2023 sob o nº 2063073 - Anna Cláudia Leite Mesquita Garcia - Secretária-Geral.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL
CNPJ – 00.082.024/0001-37



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)			
	Nota	2022	2021
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	535.748	397.776
Contas a receber de clientes	8	369.386	383.689
Estoque	9	44.048	37.475
Tributos a recuperar	10	146.519	121.130
Despesas antecipadas	33	31.610	524
Partes relacionadas	11	22.225	21.608
Outras contas a receber		1.150.561	962.202
Total do ativo circulante		54.679	49.135
Contas a receber de clientes	13	41.715	70.711
Imposto de renda e contribuição social diferidos		26	-
Despesas antecipadas	33	24.723	12.107
Partes relacionadas	15	1.691.169	1.344.428
Ativos financeiro - concessões	14	278.189	557.725
Ativos de contratos	12	27.502	22.540
Outros valores a receber		2.118.003	2.056.646
Total do realizável a longo prazo	16	28.396	25.340
Investimentos	18	664.849	659.754
Intangível	17	402.381	422.576
Imobilizado		3.213.629	3.164.316
Total do ativo não circulante		4.364.190	4.126.518
Total do ativo			

	Nota	2022	2021
Passivo			
Fornecedores e outras contas a pagar	19	327.326	213.347
Obrigações fiscais	21	41.692	34.060
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	22	82.641	82.852
Empréstimos e financiamentos	20	146.500	188.726
Arrendamento mercantil	33	10.329	9.500
Partes relacionadas	33	5.011	7.019
Benefícios a empregados	23	171.103	202.858
Total do passivo circulante		784.602	738.362
Fornecedores e outras contas a pagar	19	178.066	173.973
Empréstimos e financiamentos	20	816.815	827.105
Arrendamento mercantil	20	6.176	13.027
Partes relacionadas	33	25.986	5.518
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	24	215.319	236.695
Benefícios a empregados	23	393.273	500.026
Total do passivo não circulante		1.635.633	1.746.849
Total do passivo		2.420.235	2.485.211
Capital social	25	1.537.315	1.537.315
Reserva de lucro	25	603.299	173.973
Adiantamento para futuro aumento de capital	25	21.721	19.512
Ajuste de avaliação patrimonial	25	(218.380)	(89.493)
Total do patrimônio líquido		1.943.955	1.641.307
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.364.190	4.126.518

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)			
	Nota	2022	2021
Resultado operacional líquido			
Receita operacional líquida	26	1.916.654	1.862.893
Custo dos serviços prestados	27	(1.166.005)	(1.131.208)
Lucro bruto		750.649	731.685
Despesas comerciais e de vendas	28	(225.738)	(197.032)
Despesas administrativas e gerais	29	(244.786)	(286.859)
Despesas tributárias	30	(13.089)	(14.660)
Outras receitas/Despesas operacionais	31	217.212	(99.008)
Participação no resultado de coligadas e controladas		3.057	2.063
Resultado operacional		487.305	136.189
Receita financeira	32	203.028	131.798
Despesa financeira	32	(72.540)	(125.199)
Resultado Financeiro		130.488	6.599
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		617.793	142.788
Contribuição social - corrente	13	(12.999)	(15.124)
Contribuição social - diferida	13	(41.743)	5.432
Contribuição social		(54.742)	(9.692)
Resultado do exercício		563.051	133.096

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)			
	Notas	2022	2021
Resultado do exercício		563.051	133.096
Outros resultados abrangentes		(128.887)	(39.445)
Ganhos/Perdas em remensurações de investimentos		-	-
Ganhos/Perdas em remensurações de planos de benefícios definidos		(141.634)	(43.347)
Efeitos fiscais em planos de benefícios definidos		12.747	3.902
Resultado abrangente do exercício		434.164	93.651

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

1 Contexto operacional
 A Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal, denominada "CAESB" ou "Companhia", criada em 8 de abril de 1969, é uma sociedade de economia mista, regida pela Lei das Sociedades Anônimas, controlada pelo Governo do Distrito Federal, denominado GDF, e tem como objeto social atividades de saneamento, podendo também atuar em outros países e prestar serviços na área de resíduos sólidos.
 A partir de 2006, a CAESB passou a ser regulada por meio do Contrato de Concessão de Serviço Público de Saneamento nº 001/2006, celebrado entre a Companhia e a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal, denominada ADASA. Esse contrato, com vigência até 21 de maio de 2032, regula a exploração do serviço público de saneamento básico, serviço este constituído pelo abastecimento de água e pelo esgotamento sanitário objeto da concessão de que é titular a Companhia.
 Com a assinatura do Contrato de Concessão e com edição da Política Nacional de Recursos Hídricos, da Política Nacional de Meio Ambiente e da Lei do Saneamento, houve uma segregação das funções de prestação dos serviços públicos e de gestão dos recursos hídricos, passando esta última competência para a ADASA. Assim, a CAESB passou a ser apenas prestadora dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e principal usuário dos recursos hídricos do DF.
Novo Marco Legal de Saneamento
 Em 15/07/2020 foi publicada a Lei Federal nº 14.026/2020, conhecida como Novo Marco Legal para o Saneamento Básico. A nova lei amplia a concorrência no setor ao introduzir como um dos objetivos da Política Federal de Saneamento Básico a promoção da regionalização dos serviços, com vistas à geração de ganhos de escala, por meio do apoio à formação dos blocos de referência e à obtenção da sustentabilidade econômica e financeira da prestação dos serviços.
 Dessa forma, o Governo Federal publicou o Decreto nº 10.588, de 24/12/2020, o qual dispôs sobre o apoio técnico e financeiro para os prestadores de serviços, estabelecendo como condição para acesso de recursos públicos federais e financiamentos com recursos da União ou com recursos gerados por órgãos ou entidades da União, a adesão pelos titulares dos serviços públicos de saneamento básico à estrutura de governança correspondente, nos casos de unidade regional de saneamento básico, blocos de referência e gestão associada.
 Adicionalmente, o Novo Marco Legal prevê metas de atendimento de 99% da população atendida com água potável e de 90% com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033, incentivando as operadoras a atuarem com maior eficiência. A nova Lei ainda atribuiu à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) a competência para editar normas de referência para regulação dos serviços de saneamento, com o objetivo de padronizar a atuação das agências reguladoras e minimizar as incertezas regulatórias, criando, desta forma, um ambiente mais estável e atrativo para investimentos no setor.
 Por fim, tendo em vista que o Artigo 10-B da Lei nº 14.026/2020, estabelece que os contratos em vigor, incluídos aditivos e renovações, bem como aqueles provenientes de licitação para prestação ou concessão dos serviços públicos de saneamento básico, estão condicionados à comprovação da capacidade econômico-financeira, com vistas a viabilizar a universalização dos serviços na área licitada até dezembro de 2033, o MDR publicou o Decreto nº 10.710/2021, de 31 de maio de 2021, que estabelece a metodologia para a referida comprovação. Não obstante, o Artigo 1º, § 3º, estabelece que não se submete ao disposto no referido Decreto a prestação direta de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário pelo município ou pelo Distrito Federal titular do serviço, ainda que por intermédio de autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista por ele controladas, como é o caso da Caesb.
 Com base neste contexto a Companhia está se adequando às novas exigências legais, contudo considera importante destacar que: i) possui contratos que já contemplam metas que atendem ou mesmo antecipam aquelas estabelecidas pelo Novo Marco Legal; ii) goza de acesso a capitais públicos e ao mercado de capitais privado, devido à sólida reputação, favorecendo a manutenção e/ou ampliação de sua base operada e o atingimento da universalização dos serviços no prazo estabelecido pela nova lei; e iii) conta com elevado nível de governança, sempre em aperfeiçoamento.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras
2.1 Declaração de conformidade
 As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o Manual de Contabilidade Regulatório da ADASA, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil e com os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Assim, a Companhia optou por apresentar apenas uma versão das demonstrações financeiras, já que ela atende às duas finalidades (regulatória e societária).
 A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada pela Administração, representada pelo Conselho de Administração da Companhia, em 23 de março de 2023.
 Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Continuidade Operacional
 A Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus negócios, dessa forma avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para continuidade de suas operações. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia, sendo assim as demonstrações financeiras foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.
2.3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação
 Todos os valores apresentados nas demonstrações financeiras, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.
2.4 Base de Mensuração e Apresentação
 As demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do passivo líquido de benefício definido que é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação de benefício definido, e é limitado conforme explicado na Nota Explicativa nº 4.13.
2.5 Impactos da Covid-19
 A CAESB adotou e vem adotando diversas medidas de prevenção, de forma a assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população atendida e preservar a integridade e saúde dos seus colaboradores, bem como adotando medidas no âmbito comercial e outras ações preventivas para minimizar os impactos da pandemia aos clientes, pois os serviços prestados pela Companhia se tornam ainda mais essenciais à sociedade no contexto desta pandemia da COVID-19.
 Não foram identificados impactos que requerem ajustes sobre as Informações Contábeis de 31 de dezembro de 2022 no tocante à recuperabilidade de seus ativos, valor justo de instrumentos financeiros, provisões para demandas judiciais e reconhecimento da receita.

3 Principais práticas contábeis
 As políticas contábeis e julgamentos utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022 são consistentes com aqueles utilizados para preparar as demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

4 Sumário das práticas contábeis
 As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas a seguir e foram aplicadas de forma consistente com o exercício anterior:
4.1 Receita operacional
a. Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto
 A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.
 As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondem à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas como contas a receber de clientes/receita operacional com base em estimativas mensais dos serviços completados. As Receitas são reconhecidas com base no CPC47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente.

4.2 Receitas de serviços
 A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.
 As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondem à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas como contas a receber de clientes/receita operacional com base em estimativas mensais dos serviços completados. As Receitas são reconhecidas com base no CPC47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente.

4.3 Receitas de serviços
 A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.
 As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondem à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas como contas a receber de clientes/receita operacional com base em estimativas mensais dos serviços completados. As Receitas são reconhecidas com base no CPC47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente.

4.4 Receitas de serviços
 A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.
 As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondem à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas como contas a receber de clientes/receita operacional com base em estimativas mensais dos serviços completados. As Receitas são reconhecidas com base no CPC47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente.

4.5 Receitas de serviços
 A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.
 As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondem à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas como contas a receber de clientes/receita operacional com base em estimativas mensais dos serviços completados. As Receitas são reconhecidas com base no CPC47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente.

4.6 Receitas de serviços
 A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.
 As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondem à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas como contas a receber de clientes/receita operacional com base em estimativas mensais dos serviços completados. As Receitas são reconhecidas com base no CPC47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente.

4.7 Receitas de serviços
 A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.
 As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondem à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas como contas a receber de clientes/receita operacional com base em estimativas mensais dos serviços completados. As Receitas são reconhecidas com base no CPC47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

	Notas	Capital social integralizado	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
				aumento	Reserva legal			
Saldo em 1º de janeiro de 2021		1.537.315					(50.048)	1.577.054
Resultado do exercício		-	17.300	67.734	4.753	-	133.096	133.096
Destinação do resultado:								
Constituição de reserva aumento de capital	25.3	-	-	94.831	-	(94.831)	-	-
Constituição de reserva legal	25.2	-	-	-	6.655	(6.655)	-	-
Dividendos obrigatórios	25.6	-	-	-	-	(31.610)	-	(31.610)
Adiantamento para futuro aumento de capital	25.5	-	2.212	-	-	-	-	2.212
Ajuste de avaliação patrimonial	25.4	-	-	-	-	-	(39.445)	(39.445)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		1.537.315	19.512	162.565	11.408	-	(89.493)	1.641.307
Resultado do exercício		-	-	-	-	563.051	-	563.051
Destinação do resultado:								
Constituição de reserva aumento de capital	25.3	-	-	401.174	-	(401.174)	-	-
Constituição de reserva legal	25.2	-	-	-	28.152	(28.152)	-	-
Dividendos obrigatórios	25.6	-	-	-	-	(133.725)	-	(133.725)
Adiantamento para futuro aumento de capital	25.5	-	2.209	-	-	-	-	2.209
Ajuste de avaliação patrimonial	25.4	-	-	-	-	-	(128.887)	(128.887)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		1.537.315	21.721	563.739	39.560	-	(218.380)	1.943.955

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado líquido do exercício		563.051	133.096
Ajuste por:			
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - contas a receber de clientes		108.596	84.473
Variações monetárias sobre contas a receber		(14.895)	(27.193)
Perdas de créditos prescritos		112	3.850
Provisão de atualização Programa de Desligamento Voluntário		(209.586)	201.571
Provisão concessão de serviços		694	(224)
Resultado da equivalência patrimonial		(3.057)	(2.063)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		41.743	(5.432)
Depreciações e amortizações		97.875	84.383
Resultado na baixa de ativos imobilizados e intangíveis		771	969
Ajuste a valor presente de ativos imobilizados e intangíveis		409	833
Juros e variações monetárias sobre empreiteiros, fornecedores e outras contas a pagar		62	2.696
Juros sobre obrigações fiscais		722	47
Juros e variações monetárias sobre benefícios a empregados		18.422	25.471
Provisão de demandas judiciais		(21.376)	(9.441)
Provisão de benefícios previdenciários		(144.564)	(87.634)
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos		31.605	22.606
Variações monetárias e cambiais sobre empréstimos e financiamentos		(53.074)	56.936
Total das variações de ativos e passivos		40.206	(76.311)
Resultado ajustado		417.510	484.944
Variações em:			
Contas a receber de clientes	8	(81.437)	(70.479)
Estoques	9	(6.573)	(7.982)
Tributos a recuperar	10	(25.389)	16.114
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	(12.747)	(5.901)
Outras contas a receber	11	(36.131)	(9.250)
Despesas antecipadas		(527)	108
Outros valores a receber	12	(17.292)	53.834
Fornecedores e outras contas a pagar	19	145.270	104.311
Obrigações fiscais	21	6.910	(9.327)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	22	(211)	8.647
Benefícios a empregados	23	68.333	(64.511)
Total das variações de ativos e passivos		40.206	(76.311)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)			
	Nota	2022	2021
Caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais		457.716	408.628
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	20	(46.656)	(22.786)
Fluxo de			



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL
CNPJ – 00.082.024/0001-37



Adicionalmente, as receitas de serviços de saneamento também estão sujeitas à incidência de duas taxas de fiscalização: Taxa de Fiscalização sobre Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (TFS) e Taxa de Fiscalização dos Usos dos Recursos Hídricos (TFU).
 A demonstração do resultado é apresentada líquida dessas deduções. Esses tributos são apresentados como deduções da receita pelos seus valores brutos.

4.18 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são representadas, principalmente, por juros, atualizações monetárias e ganhos cambiais, resultados de aplicação financeira, contas a receber e valores depositados em juízo.
 As despesas financeiras referem-se a juros, atualizações monetárias e perdas cambiais decorrentes de empréstimos, financiamentos e parcelamento de obrigações.
 O registro é feito por meio do método de taxa efetiva de juros.

4.19 Moedas e conversão em moeda estrangeira

As operações realizadas em uma moeda diferente da moeda do ambiente econômico em que opera são inicialmente registradas em moeda funcional, à taxa de câmbio na data da transação. Passivos em moeda estrangeira são convertidos à taxa cambial em vigor à data do balanço patrimonial e todas as diferenças cambiais no decorrer do exercício são registradas na demonstração do resultado como variação cambial, salvo as referentes a financiamentos vinculados às obras em andamento, as quais são incorporadas aos valores desses ativos.

5 Gestão de riscos e instrumentos financeiros

5.1 Gestão de Risco Financeiro

A Companhia está exposta a riscos financeiros, porém todos administrados ou amenizados de forma a não impactar, significativamente, os resultados de suas operações, e estão descritos nesta Nota Explicativa.

a. Risco de negócio

O negócio da Companhia refere-se basicamente a captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários no Distrito Federal e no município de Águas Lindas de Goiás. Os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos locais em que opera e os contratos têm seu prazo de validade definido em média de 30 anos. Em algumas situações, o poder concedente poderá rescindir o contrato antes do seu término ou ainda não autorizar a sua renovação, mediante indenização pelo valor justo dos saldos de investimentos ainda não depreciados/amortizados. Os recursos hídricos disponíveis e sistemas eficientes reduzem o risco de desabastecimento e o processo de reajuste e revisão da tarifa é aprovado pela Agência Reguladora.

b. Risco de crédito

É o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, que acarretaria prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, depósitos em bancos e outros instrumentos financeiros.

A Companhia tem esses riscos minimizados em decorrência da pulverização de seus clientes e da diversificação de seus agentes arrecadadores, sendo esses últimos avaliados pelo seu rating de mercado.

b.1 Recebíveis

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, aos controles e às políticas estabelecidos pela Companhia, que possui autonomia para realizar cobranças administrativas e judiciais em caso de inadimplência. Parte substancial das vendas é pulverizada entre um grande número de clientes segmentados nas categorias de consumo: residencial normal, residencial popular, tarifa irrigação, comercial, pública e industrial, o que minimiza o risco de crédito, além de procedimentos de controle.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente garantidos pelas provisões que fazem frente contra eventuais perdas em sua realização, com base na categorização dos clientes e análise do histórico de perdas para atender ao modelo de perdas incorridas e esperadas conforme CPC 48. Para que a provisão reflita as eventuais

2022											
Cenários de taxas de juros											
Cenário provável (*)			Cenário provável (+25%)			Cenário remoto (+50%)			Cenário remoto (+50%)		
CDI	TR	IGP-M	INPC	SOFR	JUROS BID	CDI	TR	IGP-M	INPC	SOFR	JUROS BID
13,65%	1,63%	5,46%	5,93%	3,66%	3,10%	17,06%	2,04%	6,82%	7,42%	4,58%	3,88%

(*) fonte: https://www.portaldefinancas.com

(*) Labor: Juros Contrato BID 3168/OC-BR.

(*) Juros BID: Juros Contrato BID 1288/OC-BR.

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo ou, ainda, ao valor presente desses ativos e passivos.

Descrição	Indexador	Exposição (saldo devedor)	Provável (juros a incorrer)	+25% (juros a incorrer)	+50% (juros a incorrer)
Passivos					
Financiamentos	TR	90.976	(6.653)	(9.282)	(12.465)
Financiamentos	JUROS BID	71.859	(2.097)	(2.625)	(3.145)
Financiamentos	SOFR	743.995	(28.004)	(35.005)	(42.005)
Divida FUNDAÇÃO	INPC	153.585	(8.413)	(10.517)	(12.620)
Efeitos no resultado			(45.166)	(57.427)	(70.236)

d. Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, consequentemente, as despesas financeiras. A Companhia não possui instrumento financeiro derivativo para proteção contra tal risco.

Os passivos financeiros expostos ao risco cambial (empréstimo com o BID) totalizam:

	2022	2021
Passivo circulante	65.809	72.035
Passivo não circulante	750.045	744.500
Total	815.854	816.540

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial
 A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores, quando de sua liquidação, poderão ser diferentes dos demonstrados, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

O cenário 1, a seguir, apresenta o efeito no resultado para os próximos 12 meses, considerando a projeção do Dólar. Com todas as outras variáveis mantidas constantes, estão demonstrados no cenário II e no cenário III os impactos para os próximos 12 meses de uma possível desvalorização do Real em 25% e 50%, respectivamente.

Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2022 (passiva) em US\$	Cenário I (provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
	Taxa do US\$ em 31 de dezembro de 2022 (taxa)	5,2177	5,2177
Taxa cambial estimada conforme cenário	5,2800	6,6000	7,9200
Diferença entre as taxas	(0,0623)	(1,3823)	(2,7023)
Efeito no resultado financeiro líquido em R\$	(9.741)	(216.140)	(422.539)

(*) Para o cenário provável em Dólar, foi utilizada a taxa de câmbio projetada para 31 de dezembro de 2023, conforme relatório Focus-Bacen de 20 de janeiro de 2023.

e. Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende, principalmente, do caixa gerado pelas atividades operacionais, de empréstimos de instituições financeiras e de financiamentos nos mercados locais e internacionais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos para assegurar a disponibilidade de caixa para atender às suas despesas de capital e operacionais.

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio do fluxo de caixa projetado, ferramenta de planejamento de liquidez que analisa e projeta as entradas e as saídas de recursos.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vendidos ou com perda do valor recuperável pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

5.2 Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía ativos ou passivos financeiros apresentados pelos seus valores justos por meio do resultado, dessa forma são apresentados os ativos e passivos mensurados ao custo amortizado. A informação do valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas informações financeiras encontra-se a seguir:

Descrição	Ativos e passivos mensurados ao custo amortizado	
	2022	2021
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	535.748	397.776
Contas a receber	424.065	432.824
Outros créditos a receber	220.969	177.385
Total	1.180.782	1.007.985
Passivos financeiros		
Fornecedores	536.387	390.362
Empréstimos e financiamentos	963.315	1.015.831
Total	1.499.702	1.406.193

Outras informações - Associação das Pioneiras Sociais - APS

Acordo judicial celebrado entre a CAESB e a Associação das Pioneiras Sociais, homologado nos autos do Processo 0706727,15.2017.8.07.0018 referente à conversão do valor acordado (R\$ 22.676) em 919.178 metros cúbicos a ser concedidos como crédito nas inscrições de titularidade da APS, logo o volume de água das unidades da APS será medido mensalmente pelas rotas regulares de medição da CAESB e emitida uma fatura mensal para cada unidade, com o correspondente crédito do valor faturado pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, fazendo com que a conta para pagamento seja zero, até o completo adimplemento do volume total a ser faturado. Em 31 de dezembro de 2022 o valor registrado é de R\$ 12.862 (R\$ 13.558 em 2021), sendo R\$ 3.192 no curto prazo e R\$ 9.670 no longo prazo.

6 Principais estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica, incluindo as expectativas dos eventos futuros que são ponderadas de acordo com as circunstâncias. No futuro, os acontecimentos reais podem diferir dessas estimativas e premissas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Os principais assuntos sujeitos a estimativas e julgamentos estão descritos a seguir:

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 4.5 e 16 - Investimentos
- Nota Explicativa nº 4.6 - Negócios em conjunto.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 8 - Realização do contas a receber e outros recebíveis.
- Nota Explicativa nº 4.8, 4.9, 17 e 18 - Vida útil do ativo imobilizado e intangível.
- Nota Explicativa nº 4.12 e 24 - Reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos.

- Nota Explicativa nº 4.16 e 13 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- Nota Explicativa nº 4.2 e 5 - Instrumentos financeiros.

c. Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa e Bancos	10.301	5.793
Aplicação financeira de liquidez imediata (b)	525.447	391.983
Total	535.748	397.776

(a) Consistem de numerários em poder dos bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata à disposição da Companhia, com possibilidade de resgate automático e que apresentam risco insignificante de mudança de valor.
 (b) Aplicações financeiras de liquidez imediata à disposição da Companhia, com cartéis compostas, isolada ou cumulativamente, por Títulos Públicos Federais, indexados ao CDI/SELIC e/ou pré-fixados ou por operações compromissadas por Títulos Públicos Federais. Possuem rentabilidade média de 93,9% do CDI (93,8% do CDI em 2021). A análise de sensibilidade desses ativos é apresentada na Nota Explicativa nº 05 - Gestão de Riscos.

8 Contas a receber de clientes

	2022	2021
Clientes		
Contas a receber de clientes	1.110.994	989.549
Contas a receber de partes relacionadas (Nota Explicativa 33)	63.756	81.631
Sub-total contas a receber (a)	1.174.750	1.071.180
Serviços de Consultoria	136	136
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (b)	(766.206)	(661.403)
Total	408.680	409.913
Demais contas a receber		
Pagamentos de clientes a identificar (c)	(19.555)	(8.146)
Títulos Precatórios a receber - GDF	24.393	22.242
Clientes consórcio Águas Lindas (Nota Explicativa 33)	14.705	9.229
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (b)	(4.158)	(414)
Total	15.385	22.911
Total	424.065	432.824
Circulante	369.386	383.689
Não circulante	54.679	49.135

perdas estimadas, é feita análise da carteira de clientes de formas individual e coletiva. A análise individual corresponde à carteira de crédito para cada usuário, e a análise coletiva corresponde a um conjunto de devedores segmentados em grupos com características comuns. Os critérios de análise são vários, e entre eles é observado o histórico de inadimplência e o atraso de pagamento, localização geográfica do usuário, tipo de pagamento contratado, situação do abastecimento e outras.

b.2 Aplicações financeiras

O risco está relacionado à possibilidade de computar perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo, em razão de eventual insolvência das contrapartes. A Companhia minimiza esses riscos mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado.

c. Risco de taxa de juros

Ocorre quando o valor justo dos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros flutua devido às variações nas taxas de juros de mercado. Relaciona-se com a possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros, que ocasionaria um aumento nas despesas financeiras, em decorrência das posições passíveis dos contratos atrelados a taxas de juros flutuantes.

A exposição ao risco de mercado está, primordialmente, vinculada a obrigações de longo prazo passíveis de variações nas taxas de juros e nos índices de atualização monetária. Simulações de diversos cenários, tais como refinanciamentos, liquidações antecipadas, renovações de posições existentes, trocas de dívidas e financiamentos são utilizadas para definir novas contratações ou renegociar as já existentes.

Em 31 de dezembro de 2022, os passivos relativos a empréstimos, financiamentos e outras contas a pagar com risco de taxa de juros totalizam R\$ 244.560, sendo no circulante R\$ 42.357 e no não circulante R\$ 202.203, captações a taxas variáveis de juros e índices de atualização monetária (TR, CDI e INPC).

	2022	2021
Índice de indexação	90,975	105,659
Taxa de Referência (TR)	-	1,084
CDI	90,975	106,743
Total de empréstimos e financiamentos	153.585	159.691
Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)	153,585	159,691
Total de outras contas a pagar	244.560	266.434

A falta de correlação direta entre os índices de atualização monetária de seus passivos e das contas a receber também representa um risco para a Companhia, uma vez que os reajustes de tarifa de fornecimento de água e esgotamento sanitário não necessariamente acompanham os aumentos das taxas de juros que afetam as dívidas.

A Companhia acompanha, anualmente, com a ADASA as ações de reajustamento da tarifa, que visam à recuperação das perdas com a inflação. A cada quatro anos, essa mesma Agência Reguladora realiza a revisão tarifária, com o intuito de identificar os investimentos realizados, calcular sua remuneração e ajustar os cálculos dos custos operacionais.

Análise de sensibilidade para o risco de taxa de juros

A análise de sensibilidade apresentada tem como objetivo demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, calculados a uma taxa projetada para o período de 12 (doze) meses, após 31 de dezembro de 2022, e mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes.

Para efeito da análise, no entanto, tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Tais valores, quando de sua liquidação, poderão ser diferentes dos demonstrados, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

2022											
Cenários de taxas de juros											
Cenário provável (*)			Cenário provável (+25%)			Cenário remoto (+50%)			Cenário remoto (+50%)		
CDI	TR	IGP-M	INPC	SOFR	JUROS BID	CDI	TR	IGP-M	INPC	SOFR	JUROS BID
13,65%	1,63%	5,46%	5,93%	3,66%	3,10%	17,06%	2,04%	6,82%	7,42%	4,58%	3,88%

(*) fonte: https://www.portaldefinancas.com

(*) Labor: Juros Contrato BID 3168/OC-BR.

(*) Juros BID: Juros Contrato BID 1288/OC-BR.

(a) Composição das contas a receber bruto de clientes, por faixa de dias vencidos e por categoria de usuários:

	2022	2021
Contas a receber - bruto de clientes - Circulante	1.142.845	1.042.030
Contas a receber - bruto de clientes - Não Circulante	31.905	29.150
Total das contas a receber - bruto de clientes	1.174.750	1.071.180

Categoria	A		Parceladas	< 30 dias		31 a 90 dias		91 a 180 dias		181 a 365 dias		> 365 dias		2022
	faturar	vencer		diária	diária	diária	diária	diária	diária	diária	diária			
Residencial	47.592	78.309	66.794	39.379	46.542	44.620	73.222	373.196	769.654					
Comercial	15.311	18.989	16.972	8.934	12.117	11.066	24.673	114.629	222.691					
Industrial	692	726	9.794	288	369	269	498	60.846	73.482					
Pública	18.607	621	19	2.767	2.551	136	299	83.923	108.923					
Total	82.202	98.645	93.579	51.368	61.579	56.091	98.692	632.594	1.174.750					
2021	87.733	91.291	88.280	49.258	56.944	49.022	89.194	559.458	1.071.180					

Os valores registrados no não circulante decorrem de operações de renegociação de dívidas (parcelamentos), com prazo superior a 12 meses; atualmente a norma específica – ND.SCO-008, prevê o parcelamento de débitos em até 47 parcelas, seja em parcelamentos em condições normais de negociação, ou em parcelamentos especiais. Nos casos de parcelamentos especiais podem ser autorizados redução nos juros de mora e/ou redução nos juros de parcelamento para possibilitar uma negociação viável, quando o caso se demonstra complexo pelo volume elevado de débitos ou pela quantidade de contas acumuladas. Todos os parcelamentos executados por meio judicial são com características especiais e em sua maioria superiores a 12 parcelas.

(b) A Companhia registra suas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa por meio do valor provável de realização, considerando:

Os valores complementares, com base na categorização dos clientes e análise do histórico de perdas para atender ao modelo de perdas incorridas e esperadas estabelecido pelo Pronunciamento Técnico CPC 48. Para que seja constituída provisão para fazer face às eventuais perdas estimadas, é feita análise da carteira de clientes de forma individual e coletiva. A análise individual corresponde à carteira de crédito para cada usuário e a análise coletiva corresponde a um conjunto de devedores segmentados em grupos com características comuns. Os critérios de análise para definição do percentual de provisionamento são vários, entre eles é observado o histórico de inadimplência e o atraso de pagamento, localização geográfica do usuário, tipo de pagamento contratado, situação do abastecimento etc. Após estudo feito por comissão interna, a Companhia passou a adotar a premissa de não fazer provisão para perdas em relação aos órgãos do GDF, para os créditos não prescritos e que tenha expectativa de recebimento.

A movimentação na provisão para perdas de contas a receber de clientes da Companhia foi a seguinte:

	2022	2021			
CAESB	Consórcio	Total	CAESB	Consórcio	Total
Saldo no início do exercício	661.403	414	661.817	576.863	579
Adição	239.915	3.746	24		



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL
CNPJ – 00.082.024/0001-37



Natureza	Saldo em 2020	Adições	Baixas e alienações	Transferências	Amortização	Saldo em 2021
Em operação						
- Sistemas de abastecimento de água	341.791	1.090	(3)	28.320	(32.528)	338.670
- Sistemas de esgotamento sanitário	239.850	3.034	(51)	69.049	(24.852)	287.030
- Equipamentos operacionais	15.294	2.221	(12)	10	(2.420)	15.093
- Outros Ativos	-	-	-	-	-	-
- Ativos de Arrendamento	4.695	892	-	-	-	5.587
- Sistemas, aplicativos e softwares	5.474	7.144	-	3.433	(2.677)	13.374
Total	607.104	14.381	(66)	100.812	(62.477)	659.754

Contratos de Concessão
A infraestrutura utilizada pela Companhia relacionada aos contratos de concessão está sobre o alcance do ICPC 01 - Concessões - quando: (I) o município (concedente) controla ou regulamenta quais serviços o operador deve fornecer, a quem deve fornecê-los e a que preço; (II) o município (concedente) controla a infraestrutura, ou seja, detém qualquer participação residual na infraestrutura ao final da concessão ou a infraestrutura é utilizada no acordo durante toda a sua vida útil; (III) os direitos da Companhia sobre a infraestrutura operada em conformidade com contratos, construída ou adquirida com o objetivo de prestação do serviço; (IV) A Companhia tem direito de receber caixa ou outro ativo financeiro em caso de término, retomada e/ou não renovação do contrato; (V) a Companhia tem o direito contratual de cobrar os usuários dos serviços públicos.
Os ativos são registrados como intangível – bens afetos à concessão, uma vez que a mesma tem o direito de cobrar pelo uso destes ativos e os usuários (consumidores) têm a responsabilidade principal de pagar pelos seus serviços. O valor justo (reconhecimento inicial) de construção e outros trabalhos na infraestrutura representa o custo do ativo intangível, desde que se espere que estes trabalhos gerem benefícios econômicos futuros. O marco do Saneamento Básico do Brasil (Lei nº 11.445/2007, alterada pela lei nº 14.026/2020) indica em seu art. 2º, que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada por meio de remuneração pela cobrança dos serviços, sendo preferencialmente na forma de tarifas. Desta forma, os investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo original do contrato, são mantidos como ativos intangíveis e amortizados pela vida útil do ativo, considerando a expectativa e histórico da Companhia de continuar renovando seus contratos.

Arrendamento Mercantil
A Companhia aplicou os requisitos do CPC 06 (R2)/IFRS 16 a partir do exercício de 2019 e identifica a presença de arrendamento nos contratos de locação de veículos, imóveis e faixas de serviço, nos quais o controle de uso do ativo está em poder da arrendatária.
A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguel, ajustados a valor presente, utilizando-se a taxa da última captação realizada pela Companhia. As obrigações decorrentes destes contratos estão demonstradas na nota explicativa nº 20.
O prazo do arrendamento foi definido com observância aos normativos internos e à legislação aplicável às licitações e contratos. Assim, em que pese o fato de os contratos não possuírem prorrogação automática, o prazo do arrendamento tomou por base a intenção da companhia em manter o contrato mediante a realização de aditivos, sempre limitado ao prazo máximo legal de 60 meses.
Em 31 de dezembro de 2022 o valor contábil para cada categoria de ativos sob compromisso de Arrendamento Mercantil registrado no Ativo Imobilizado e Intangível está demonstrado a seguir:

Descrição	2022			2021		
	Custo	Amortização acumulada	Total líquido	Custo	Amortização acumulada	Total líquido
Veículos	38.361	(28.494)	9.867	31.510	(14.909)	16.601
Imóveis	2.326	(1.919)	407	1.500	(1.162)	338
Faixas de serviço	12.512	(2.517)	9.995	6.202	(615)	5.587
Totais de Arrendamento Mercantil	53.556	(32.930)	20.626	39.212	(16.686)	22.526
Imobilizado	41.044	(30.413)	10.631	33.010	(16.071)	16.939
Intangível	12.512	(2.517)	9.995	6.202	(615)	5.587

19 Fornecedores e outras contas a pagar

	2022	2021
Fornecedores de Bens e Materiais	39.680	23.161
Prestadores de Serviço	78.603	78.543
Empreiteiros	3.803	7.659
Cauções/Retenções Contratuais	3.391	2.882
Consignações a receber	8.901	8.901
Dividendos a pagar	165.335	31.610
Obrigações com clientes (a)	17.548	18.634
Obrigações Judiciais	3.238	21.172
Provisão TFS e TPU e uso de recursos hídricos	6.827	21.593
Total	327.326	213.347
Obrigações especiais (b)	162.971	164.478
Obrigações judiciais (c)	15.093	-
Não circulante	178.064	164.478
Total	505.390	377.825

(a) As obrigações com clientes referem-se ao incentivo à redução do consumo de água no Distrito Federal instituído pela Lei nº 4.341, de 22 de junho de 2009. Segundo a referida lei, todos os titulares de unidades consumidoras de água, residencial, comercial ou industrial, que reduzirem o consumo de água, terão direito a um bônus desconto de 20% (vinte por cento) sobre a economia realizada. Essa lei foi disciplinada pela Resolução nº 6, de 5 de julho de 2010 da ADASA. A rubrica também é composta de antecipações e restituições de faturamento.
(b) A Companhia reconhece nessa rubrica os recursos recebidos a título de repasses da União no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), após pacificação do entendimento, como obrigações Especiais, bem como os valores da tarifa de contingência que ainda não estão vinculados a custos operacionais adicionais eficientes. Essa forma de contabilização visa a atender as necessidades regulatórias da ADASA e dar transparência ao processo. Somente foram considerados como custos adicionais eficientes os valores previamente autorizados em resolução específica.
(c) Em 26/11/2021 o Supremo Tribunal Federal julgou procedente a ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) 890 garantindo à Caesb que o pagamento de suas dívidas decorrentes de condenações judiciais seja feito por meio do regime dos precatórios. Tais montantes estão sendo registrados no Passivo não circulante da Companhia.

20 Empréstimos e financiamentos

Entidade/Instituição	2022	2021
Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal (Nota Explicativa 33)	56.485	92.548
Banco Caixa Econômica Federal S.A. (Nota Explicativa 20.3)	24.206	23.059
Banco Interamericano de Desenvolvimento (moeda estrangeira) (Nota Explicativa 20.3)	65.809	72.035
Banco ABC Brasil S.A. (Nota Explicativa 20.4)	-	1.084
Circulante	146.500	188.726
Banco Caixa Econômica Federal S.A. (Nota Explicativa 20.2)	66.769	82.600
Banco Interamericano de Desenvolvimento (moeda estrangeira) (Nota Explicativa 20.3)	750.046	744.505
Não circulante	816.815	827.105
Total	963.315	1.015.831

Movimentação dos empréstimos e financiamentos referentes ao exercício de 2022 e 2021:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	1.015.831	1.027.328
(+) Liberações	137.429	40.078
(-) Juros e encargos	31.605	22.606
(+) Variações monetárias e cambiais	(53.074)	56.936
(-) Juros, variações e encargos pagos	(46.656)	(22.786)
(-) Amortizações	(121.820)	(108.331)
Saldo no final do exercício	963.315	1.015.831

Os índices de indexação, a taxa de juros e o prazo de vencimento dos contratos de empréstimos e financiamentos estão evidenciados no quadro abaixo, em 31 de dezembro de 2022:

Instituição	Qtde. Contrato	Indexador	Taxa nominal % a.a.	Garantia	Ano do vencimento
Caixa Econômica Federal	11	TR	6% Recursos próprios		2035
BID 3168/OC-BR	01	SOFR Index	1,21% Fiança		2039
BID 1288/OC-BR	01	Margem BID	3,10% Fiança		2026
Banco ABC Brasil S.A.	01	CDI	2,10% Recursos próprios		2022

Demonstramos por faixa de vencimento dos empréstimos e financiamentos:

	2022	2021
2022	-	182.720
2023 (a)	149.075	85.250
2024	88.866	88.866
2025 em diante	725.374	658.995
Total	963.315	1.015.831

(a) O montante referente ao exercício de 2023 no valor de 56.485 (R\$ 56.485 em 2021 e 2022), é referente ao financiamento devido e vencido à Secretaria de Obras, vinculado ao GDF, que apesar de estar classificado como dívida vencida, há previsão de compensação com contas de água e esgotos a receber do GDF, conforme previsto no Contrato 001/2001-SO/SEFP/DF, sem data pré-determinada para realização.
Demonstrativo por categoria (empréstimos e financiamentos):

	2022	2021
Empréstimos (*)	-	1.084
Financiamentos	963.315	1.014.747
Total	963.315	1.015.831

(*) Em 31 de dezembro de 2021, o saldo referente aos empréstimos é composto por R\$ 1.084 do Banco ABC.

20.1 Caixa Econômica Federal (CEF)

(i) Principais eventos
Estão registrados diversos contratos de financiamento, com recursos oriundos do FGTS, destinados à implantação, à ampliação e/ou à melhoria dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do Distrito Federal.

A Companhia, adicionalmente, deverá manter para alguns contratos específicos à Caixa Econômica Federal, na vigência dos contratos de financiamentos, uma conta garantia, cujo saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 8.986 (R\$ 11.842 em 31 de dezembro de 2021), sendo este corrigido pela variação da poupança.

(ii) Cross default
A Companhia não possui contratos de empréstimos e de financiamentos com cláusulas de cross default com essa instituição financeira.

20.2 Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

(i) Principais eventos
Em 31 de dezembro de 2022, estão registrados dois contratos de financiamentos.

Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR (GDF x BID) intermediado pelo GDF por meio do Contrato nº 001/2001-SO/SEFP/DF (GDF x CAESB).

Em 29 de outubro de 2001, a CAESB firmou com o Governo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura e Obras, o Contrato nº 001/2001-SO/SEFP/DF, referente à execução do Subprograma "Aumento da cobertura e melhoria da administração dos serviços de água e esgotos", integrante do Programa de Saneamento Básico do DF, financiado em parte pelo BID, por intermédio do Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR, firmado em 11 de junho de 2001 entre o GDF e o BID.
O Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR possui a República Federativa do Brasil como fiadora da operação de crédito externa.

O período de carência do Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR é de 10 (dez) semestres com amortização em 40 (quarenta) parcelas semestrais, e o vencimento da primeira ocorreu em dezembro de 2006 e a última será em junho de 2026.

O Contrato nº 001/2001-SO/SEFP/DF estabelece a transferência de recursos financeiros entre a Coexecutora (CAESB) e a Executora (Governo do Distrito Federal).

As prerrogativas e os deveres estabelecidos no Contrato nº 001/2001-SO/SEFP/DF englobam desde a liberação de valores correspondentes às etapas já executadas e atestadas pelo GDF, até os ressarcimentos das parcelas do serviço da dívida (incluindo principal, juros e outros encargos), de responsabilidade da CAESB, provenientes do Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR.

O ressarcimento financeiro é feito na proporção equivalente às parcelas liberadas pelo BID e transferidas pela Executora (Governo do Distrito Federal) à Coexecutora (CAESB), acrescido na mesma proporcionalidade das parcelas que vierem a ser incorporadas pelo BID ao saldo decorrente do Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR. Os riscos cambiais da operação são compartilhados pelo Governo do Distrito Federal e pela CAESB na proporção equivalente às liberações dos recursos à conta do Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR, quando do pagamento das despesas com os serviços da dívida do referido contrato de empréstimo (ressarcimento).

O Contrato nº 001/2001-SO/SEFP/DF determina à CAESB, quando do ressarcimento ao Distrito Federal de suas parcelas de responsabilidade do serviço da dívida do Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR (incluindo principal, juros e outros encargos), identificar os valores de seus créditos relativos a contas de água e esgoto de Órgãos da Administração Direta e Fundacional do Distrito Federal, para efeitos de compensação, não podendo ficar a descoberto salvo a ser ressarcido.

Dessa forma, em razão da não realização de compensação de valor entre o GDF e a CAESB no exercício de 2021, e ainda visando a equalização dos valores da dívida, nos dias 10 de fevereiro e 26 de abril de 2022 a Diretoria Colegiada da CAESB autorizou o pagamento ao GDF de 60 parcelas em atraso no valor total de R\$ 29,3 milhões e de R\$ 29,8 milhões, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2022, totaliza no passivo o valor de R\$ 128.344, deste montante R\$ 71.859 referem-se à dívida com o BID, sendo registrados no circulante R\$ 20.623 e no não circulante R\$ 51.236. Do total desse passivo, R\$ 56.485 referem-se à dívida com o GDF, em razão da não realização da compensação de valor entre o GDF e a CAESB, valor este registrado no circulante.

A. Contrato nº 3168/OC - BR

Empréstimo contrato em 2014 com o BID, que consiste em reduzir a sobrecarga dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário existentes no Distrito Federal, por meio da melhoria e expansão da rede de água potável e de esgoto sanitário a condomínios e regiões periféricas e do fortalecimento da gestão da Companhia.

O período de carência será de 10 (dez) semestres com amortização em 40 (quarenta) parcelas semestrais, sendo o vencimento da primeira em dezembro de 2020 e a última em junho de 2039.

A operação de crédito externa possui como fiadora a República Federativa do Brasil e como garantidor o Distrito Federal. Em 15 de junho de 2022, considerando a evolução regulatória atinente ao mercado da London Interbank Offered Rate (LIBOR), o BID autorizou a transição de sua carteira de empréstimos baseada na LIBOR para uma taxa base alternativa. Tal mudança tem respaldo legal nas disposições dos respectivos contratos de empréstimo. O Banco adotou a Secured Overnight Financing Rate (SOFR) para substituir a LIBOR como nova taxa de referência para os Contratos de Empréstimo.

Como resultado da aplicabilidade da referida taxa base alternativa, os saldos devedores existentes passaram a estar sujeitos à incidência de juros a uma taxa baseada na SOFR em dólares, conforme a nova metodologia e convenções determinadas pelo BID.
Em 31 de dezembro de 2022, totaliza no passivo o valor de R\$ 743.995 (R\$ 717.739 em 31 de dezembro de 2021), sendo registrados no circulante R\$ 45.186 e no não circulante R\$ 698.809.

(ii) Cross default

A Companhia não possui contratos de empréstimos e de financiamentos com cláusulas de cross default com essa instituição financeira.

20.3 Banco ABC Brasil S.A.

(i) Principais eventos
A Companhia captou em 30 de agosto de 2018 uma nova operação de crédito (modalidade capital de giro), no valor de R\$ 20.000, com o Banco ABC Brasil S.A. Os juros remuneratórios correspondem a 100% do CDI Over DI - CETIP, capitalizados diariamente, acrescidos de taxa de 2,10% a.a., calculada de forma exponencial por rata temporis.
Esse contrato foi quitado em 22 de fevereiro de 2022.

20.4 Arrendamento Mercantil

Em 31 de dezembro de 2022 o valor presente das obrigações financeiras futura mínimas referente ao Arrendamento Mercantil está demonstrado abaixo:

Descrição	2022			2021		
	Pagamentos futuros mínimos	Encargos financeiros	Valor presente dos pagamentos futuros	Pagamentos futuros mínimos	Encargos financeiros	Valor presente dos pagamentos futuros
Veículos	9.867	(394)	9.473	18.008	(1.406)	16.602
Imóveis	764	(125)	639	350	(12)	338
Faixas de serviço	9.994	(3.601)	6.393	7.880	(2.293)	5.587
Total de Arrendamento Mercantil	20.625	(4.120)	16.505	26.238	(3.711)	22.527
Circulante	10.795	(466)	10.329	9.880	(380)	9.500
Não Circulante	9.830	(3.654)	6.176	16.358	(3.331)	13.027

21 Obrigações fiscais

	2022	2021
Descrição		
PASEP a receber	1.008	990
COFINS a receber	4.653	4.569
CSLL a receber	9.685	9
INSS a receber	11.461	12.138
Imposto de Renda Retido no Fone	12.856	12.274
Substituição tributária COFINS/CSLL/PASEP	1.056	980
Impostos estaduais e municipais	973	3.100
Circulante	41.992	34.060

22 Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	2022	2021
Descrição		
Ordenados e salários a pagar	335	191
Encargos sociais e previdenciários	4.423	43.315
Outros obrigações trabalhistas e previdenciárias	1.314	1.301
Provisão de pessoal	55.241	55.445
Obrigações sociais sobre provisão	21.328	21.600
Total	82.641	82.852

23 Benefícios a empregados

	2022	2021
Participação nos Resultados e Indenizações Vitalícias	31.980	38.251
Benefícios previdenciários (Nota Explicativa 23.2)	21.214	19.382
Benefícios assistenciais (Nota Explicativa 23.3)	2.635	2.538
Programa de demissão voluntária (Nota Explicativa 23.4)	115.274	142.687
Circulante	171.103	202.858
Benefícios previdenciários (Nota Explicativa 23.2)	230.924	246.549
Benefícios assistenciais (Nota Explicativa 23.3)	9.613	4.905
Programa de demissão voluntária (Nota Explicativa 23.4)	151.814	247.747
Indenizações Vitalícias	880	825
Não circulante	393.273	500.026
Total	564.376	702.884

23.1 Programa de Participação nos Resultados (PPR)

De acordo com o estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho vigente, o valor do Programa de Participação nos Resultados é estipulado considerando a distribuição de 30% (trinta por cento) de uma parcela do resultado operacional, que venha a ser obtido pela CAESB no ano de vigência do Programa, limitado a 10 (uma) folha de remuneração mensal, desde que o Demonstrativo de Resultado do Exercício - DRE apresente resultado positivo e haja disponibilidade orçamentária e financeira, mediante o estabelecimento de metas (globais e setoriais).
Conforme previsto no ACT vigente, o valor da PPR é distribuído de forma linear para todo os beneficiários, em parcela única, no mês de abril do exercício seguinte ao de referência do programa. O valor passível de distribuição referente ao exercício de 2022 foi de R\$ 31.876 (R\$ 37.975 em 2021).

23.2 Benefícios previdenciários

A Fundiúgia - Fundação de Previdência da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, instituída e patrocinada pela CAESB e pela própria Fundiúgia, classificada como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por objetivo principal criar, executar e operar planos de benefícios previdenciários e assistenciais.

A Fundiúgia é responsável pela administração de três Planos Previdenciários:

23.2.1 Plano I - Benefício Definido (BD)

Nesse Plano, o valor do benefício a ser concedido ao participante encontra-se previamente definido no regulamento e corresponde à média dos 36 últimos Salários de Contribuição (corrigidos mensalmente pelo INPC) menos o valor atribuído ao benefício do INSS. Participam do programa os empregados admitidos na Companhia até 1º de abril de 1994, identificando uma população fechada (56 participantes). Este plano está em extinção.

23.2.2 Plano II - Benefício Saldo (BS)

Consiste num Plano de Benefício Definido, não contributivo, resultante da opção de transferência de participantes do Plano I para este Plano Saldo, com a garantia de recebimento futuro, quando de sua aposentadoria, dos benefícios anteriormente contratados, proporcionais ao tempo decorrido até então. Esses benefícios foram devidamente valorizados e as respectivas reservas transformadas em poupanças pessoais, garantidas, na parte ainda não integrada, por um contrato de cobertura financeira entre a Patrocinadora e a administradora do programa.

Em observância à legislação previdenciária foi aprovado plano de equacionamento para o déficit técnico apurado, assim, este plano está recebendo contribuições extraordinárias da patrocinadora e dos participantes, a partir de fevereiro de 2017. Este plano está fechado para novas inscrições.

23.2.3 Plano III - Benefício Misto (BM)

O Plano III da Fundiúgia está na modalidade de contribuição definida durante a fase de capitalização. Os



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL
CNPJ – 00.082.024/0001-37



26 Receitas Operacionais			
	2022	2021	
Serviço de Abastecimento de água			
Receitas futuras	1.043.312	988.161	
Receitas de Serviços não futuradas	(2.889)	1.568	
Receitas de contingência (a)	899	23.774	
Consórcio Águas Lindas	28.847	28.721	
Receitas de Construção (b)	79.573	58.697	
	1.149.742	1.100.921	
Serviços de Esgotamento sanitário			
Receitas futuras	869.542	821.111	
Receitas de serviços não futuradas	(2.643)	821	
Consórcio Águas Lindas	12.599	8.537	
Receitas de construção (b)	39.039	78.785	
	918.537	909.254	
Receita operacional bruta	2.068.279	2.010.175	
COFINS (c)	(59.741)	(57.652)	
PASEP (c)	(12.944)	(12.492)	
Descontos Incondicionais	(62)	(164)	
Concessão dos Serviços (d)	(78.878)	(76.974)	
Deduções sobre as Receitas	(151.625)	(147.282)	
Receita operacional líquida	1.916.654	1.862.893	

a. Receitas de Contingência

O mecanismo tarifário de contingência é a aplicação de um percentual adicional sobre a fatura correspondente ao serviço de abastecimento de água de cada unidade, de acordo com os percentuais dispostos no Anexo I da Resolução nº 17/2016 da ADASA, conforme a categoria da unidade usuária e considerando as tarifas vigentes, sendo mantido no resultado apenas o valor vinculado às despesas aprovadas em resolução específica.

b. Receita e Custos de Construção

A ICPC 01 (R1) estabelece que o concessionário de saneamento básico deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes (serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (I) a atividade-fim da Companhia é o abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto; (II) toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade-fim; (III) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas; e (IV) conforme disposto no Manual de Contabilidade Regulatória, desenvolvido pela ADASA, enquanto não houver margem de receita com construção, o valor da receita e dos custos devem ser iguais. Mensalmente, o montante das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferido para o resultado, como receitas e custos de construção.

c. Concessão dos Serviços

O custo com concessão refere-se à remuneração paga ao poder concedente por meio de duas taxas de fiscalização: Taxa de Fiscalização sobre Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (TFS) e Taxa de Fiscalização dos Usos dos Recursos Hídricos (TFU).

27. Custos dos Serviços Prestados

	2022	2021
Custos do serviço de abastecimento de água	(681.747)	(639.425)
Custos do serviço de esgotamento sanitário	(484.258)	(491.783)
Total	(1.166.005)	(1.131.208)

27.1 Custos do serviço de abastecimento de água

	2022	2021
Custos com pessoal	(282.525)	(292.892)
Custos com material	(33.754)	(33.291)
Custos com serviços de terceiros	(249.924)	(225.163)
Outros custos gerais	(1.473)	(1.778)
Depreciação e amortização	(43.567)	(38.214)
Despesas Capitalizáveis	8.737	10.610
Custos de construção	(79.573)	(58.697)
Total	(681.747)	(639.425)

27.2 Custos do serviço de esgotamento sanitário

	2022	2021
Custos com pessoal	(201.437)	(194.155)
Custos com material	(61.084)	(52.038)
Custos com serviços de terceiros	(150.671)	(137.285)
Outros custos gerais	(1.137)	(1.007)
Depreciação e amortização	(37.474)	(32.200)
Despesas Capitalizáveis	6.584	3.687
Custos de construção	(39.039)	(78.785)
Total	(484.258)	(491.783)

28 Despesas comerciais

	2022	2021
Despesas de pessoal	(98.863)	(91.338)
Despesas com material	(11.14)	(92)
Serviços de terceiros	(18.464)	(18.417)
Despesas gerais	(52)	47
Depreciação	(2.441)	(1.847)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(104.804)	(84.553)
Total	(225.738)	(197.032)

29 Despesas administrativas e gerais

	2022	2021
Despesas de pessoal	(178.662)	(189.739)
Despesas com material	(5.035)	(2.871)
Serviços de terceiros	(46.044)	(44.471)
Despesas gerais	(97)	(473)
Depreciação	(9.852)	(9.769)
Despesas demandas judiciais	(4.196)	(39.52)
Total	(244.786)	(286.859)

30 Despesas tributárias

	2022	2021
Impostos	(5.005)	(6.317)
Taxas e tarifas	(8.084)	(8.343)
Total	(13.089)	(14.660)

31 Outras Receitas/Despesas operacionais

	2022	2021
Provisões judiciais	21.376	9.441
Provisão para programa de demissão voluntária (PDV) (a)	209.586	(201.571)
Provisão para benefícios previdenciários e assistências	144.564	87.634
Outras provisões	11.328	(15.157)
Vendas de bens do ativo imobilizado	49	8
Custo na baixa ou alienação de bens	(165)	(103)
Receitas de multa	266	234
Receitas de aluguel	278	84
Recuperação de Créditos Tributários	70.676	61.056
Outras receitas diversas	409	640
Despesas com inativos (a)	(235.383)	(27.326)
Despesas com funcionários cedidos ou à disposição	(2.988)	(6.070)
Outras despesas diversas	(2.784)	(7.878)
Total	217.212	(99.008)

a) A variação decorre da reversão do valor provisionado em 2021 e lançamento da despesa efetiva em 2022 referente à saída das turmas do PDV em 2022.

32 Resultado Financeiro

	2022	2021
Rendimento de aplicações financeiras	57.714	18.467
Receita de variação monetária e cambial	71.362	27.466
Receita de juros de faturamento	40.764	63.257
Ajuste a valor presente	5.639	4.245
Outras receitas financeiras	27.549	18.363
Receitas financeiras	203.028	131.798
Juros sobre financiamentos	(36.836)	(23.373)
Juros e variação monetária sobre dívida atuarial	(18.422)	(25.471)
Juros e variação monetária sobre parcelamento tributário	-	-
Juros e variação monetária sobre parcelamento com fornecedores	(2.678)	(7.009)
Juros e variação monetária e cambial	(1.589)	(56.936)
Outras despesas financeiras	(13.015)	(12.410)
Despesas financeiras	(72.540)	(125.199)
Resultado financeiro líquido (*)	130.488	6.599

(*) Variação no resultado financeiro decorrente da redução das despesas financeiras, principalmente variação cambial;

33 Transações com partes relacionadas

A Companhia participa de transações com seus acionistas: Sociedade de Abastecimento de Brasília (SAB), Terracap, Companhia de Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP e GDF (controlador), bem como com empresas/entidades relacionadas ao controlador. Essas transações não diferem das transações realizadas com terceiros nem possuem favorecimento. Descrevem as operações relevantes ocorridas entre partes relacionadas, que não se restringem aos valores descritos no balanço patrimonial:

Saldos patrimoniais	Referência	2022	2021
Contas a receber - Bruto de clientes (Nota Explicativa 8)	(a)	63.756	81.631
Clientes - Consórcio Águas Lindas	(d)	9.904	8.229
Valores a receber de pessoal cedido (Nota Explicativa 12)	(b)	207	176
Ativo circulante		73.867	90.036
Investimentos - Corumbá e Metrô (Nota Explicativa 16)	(c)	28.396	25.340
Consórcios Corumbá e Águas Lindas	(i)	24.723	12.107
Ativo não circulante		53.119	37.447
Saldos patrimoniais	Referência	2022	2021
Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa 20)	(e)	56.485	92.548
Consórcios Corumbá e Águas Lindas	(f)	5.011	7.019
Benefício a empregados	(i)	23.848	21.921
Passivo circulante		85.344	121.488

	(g)	1.818	2.220
Seguro de Vida - CAESO	(g)	1.818	2.220
Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - ADASA	(j)	400	1.200
Consórcios Corumbá e Águas Lindas	(i)	20.512	-
Benefício a empregados	(f)	238.719	249.234
Passivo não circulante		261.449	252.654
Adiantamento para aumento de capital (Nota Explicativa 26.5)	(h)	21.721	19.512
Patrimônio líquido		21.721	19.512

Resultado	Referência	2022	2021
Despesa de programa de saúde	(f)	(36.425)	(35.195)
Contribuições ao plano de previdência	(f)	(23.298)	(24.280)
Resultado e equivalência de coligadas e controladas (Nota Explicativa 16)	(c)	3.057	2.063
Juros e variação monetária sobre dívida atuarial (Nota Explicativa 23.2)	(f)	(18.422)	(25.471)
Total		(75.088)	(82.883)

- (a) São os faturamentos, relativos a órgãos do GDF, emitidos até dezembro de 2022 e que não foram recebidos até a referida data-base;
- (b) As despesas com funcionários à disposição correspondem à despesa com colaboradores cedidos a outras instituições. Em relação aos valores a receber de pessoal cedido, estes são relativos ao não recebimento atinente à cessão de empregados, cujo ônus da remuneração ficou a cargo dos órgãos cessionários;
- (c) Os montantes referem-se aos investimentos em coligadas que impactam o resultado através do reconhecimento pelo método de equivalência patrimonial;
- (d) São os faturamentos do Consórcio Águas Lindas, emitidos até dezembro de 2022, e que não foram recebidos até a referida data-base;
- (e) Os empréstimos e financiamentos relacionados são os montantes devidos e vencidos à Secretaria de Obras, vinculado ao GDF;
- (f) A Companhia patrocinou planos de benefícios a empregados, operados e administrados pela Fundiáguia. Sendo assim, as operações realizadas para manutenção desses planos, previdenciários e assistenciais, são consideradas transações entre partes relacionadas;
- (g) Refere-se ao benefício do seguro de vida, administrado pelo Clube CAESO;
- (h) Os valores para futuro aumento de capital foram decorrentes de pagamentos realizados pelo GDF, principalmente em obras de saneamento básico;
- (i) O valor registrado refere-se aos saldos a receber/pagar da consorciada Saneago referente ao desequilíbrio nos aportes dos Consórcios Corumbá e Águas Lindas. Persistindo o desequilíbrio quando do início da operação do Sistema Produtor de Água Corumbá, o Conselho Diretor do consórcio disciplinará em regulamento próprio os procedimentos e as regras para realização das compensações financeiras entre as partes, inclusive as penalidades por descumprimento. No tocante ao Consórcio Águas Lindas, o desequilíbrio vem sendo ajustado mensalmente, mediante repasses de recursos na proporção dos aportes realizados;
- (j) ACT nº 015/ANA/2011 – Acordo de Cooperação Técnica firmado com a ADASA para melhorias no Sistema Produtor de Água de Piripirua.

34 Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os gastos relacionados à remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos diretores, para os períodos de janeiro a dezembro de 2022 e 2021, foram de:

	2022	2021
Remuneração da Diretoria	2.328	1.893
Remuneração do Conselho	830	834
Remuneração total	3.158	2.727

35 Seguros

A Companhia possui contrato de seguro com a AXA Seguros S.A. para cobertura de seus principais ativos situados em áreas administrativas: Ed. Sede, Escritórios de atendimento, laboratório e almoxarifado central, localizadas em 17 endereços distintos, cujo prêmio desembolsado corresponde ao montante de R\$ 65.592,52 (sessenta e cinco mil, quinhentos e noventa e dois reais e cinquenta e dois centavos), com vigência de 365 dias a contar de 12/06/2022, para cobertura básica, incêndio, queda de raio e explosão e outras coberturas acessórias tais como impacto de veículos, queda de aeronaves, vendaval, furacão, ciclone, tornado, roubo e furto, danos elétricos, dentre outros, no montante segurado de R\$ 121.372.

36 Negócios em conjunto

36.1 Consórcio Águas Lindas
A CAESB e a Companhia de Saneamento de Goiás - Saneago constituíram, em conjunto, em 7 de abril de 2003, o Consórcio de Águas Lindas, inscrito no CNPJ 05.966.179/0001-50, com sede na Quadra 45, Conjunto B, Lotes 36 a 38, Salas 01 a 04, município de Águas Lindas de Goiás. O prazo de duração do Consórcio é de 31 (trinta e um) anos, renováveis por igual período e está vinculado ao contrato de concessão existente entre o município e as companhias consorciadas.

O consórcio tem por objeto e finalidade específicos traçar as diretrizes principais para a efetivação dos estudos, das análises e das providências para a exploração econômica, mediante implementação de infraestrutura de saneamento, em todas as suas fases e todos os seus processos, incluindo implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, no Município de Águas Lindas de Goiás/GO.
O Contrato de Constituição do Consórcio estabelece a proporção de 50% (cinquenta por cento) de participação para cada consorciada e designa a Saneago como líder, por ser a empresa mais antiga e pela localização territorial do Município de Águas Lindas de Goiás, logo os ativos vinculados ao Consórcio são amortizados com as mesmas taxas utilizadas na Saneago.

O controle financeiro do Consórcio (contas bancárias e contas a receber) é realizado pela Diretoria de Gestão Corporativa da consorciada Saneago, sendo a Gestão do Consórcio compartilhada pelas consorciadas através de um conselho deliberativo paritário. As despesas e os investimentos são realizados pelas consorciadas e apresentados em encontro de contas mensais, onde uma consorciada aprova o encontro de contas apresentado pela outra. O Consórcio obedece ao estabelecido pela Lei nº 6.404/76 e, conforme enunciado, no parágrafo 1º do art. 278, as partes obrigam-se apenas às condições previstas no contrato, respondendo cada uma por suas obrigações. Em 31 de dezembro de 2022, foi efetivado o processo de conciliação das contas da CAESB com o Consórcio Águas Lindas, e os valores referentes aos ativos, passivos e contas de resultados foram registrados a partir da consolidação proporcional. Após a consolidação, a Companhia ficou com uma obrigação com a Saneago de R\$ 20.512.

Equalização do fundo de participação:

	Consórcio 31/12/2022	50% de Participação 31/12/2022	Investimento CAESB 31/12/2022	Valor a pagar/receber da Saneago
Ativo circulante	24.726	12.363	11.315	1.048
Ativo não circulante	223.816	111.908	112.956	(1.048)
Passivo circulante	7.937	3.969	3.969	-
Passivo não circulante	10.180	5.090	25.602	(20.512)
Patrimônio Líquido	230.424	115.212	80.083	35.129
Receita	81.226	40.613	42.160	(1.547)
Despesa	(51.819)	(25.909)	(27.543)	1.633

Consolidação do exercício:

	2022	2021
Ativo circulante	11.315	9.991
Ativo não circulante	112.956	89.733
Passivo circulante	3.969	7.769
Passivo não circulante	25.602	20
Patrimônio líquido	80.083	91.935
Receita	42.160	36.195
Despesa	(27.543)	(25.012)

36.2 Consórcio Corumbá

A CAESB e a Companhia de Saneamento de Goiás - Saneago constituíram em 17 de setembro de 2009 o Consórcio Corumbá, inscrito no CNPJ 18.801.675/0001-03, com sede na Rua Recife, Quadra 184 Lote Área Especial, Parque Marajó, município de Valparaíso de Goiás. O prazo de duração do Consórcio é de 30 (trinta) anos, renováveis por igual período. O Consórcio Corumbá tem por objeto exclusivo a implantação, operação e manutenção conjunta do empreendimento denominado Sistema Produtor de Água Corumbá, localizado nos municípios de Luziânia e de Valparaíso de Goiás. Em razão de sua natureza contratual e objetivos específicos de sua constituição, o Consórcio não poderá, diretamente, fornecer água tratada ou prestar quaisquer outros serviços em seu campo de atuação para terceiros, e todas as suas operações ficarão vinculadas às partes consorciadas. Conforme cláusula do contrato de constituição, a totalidade da produção do negócio será destinada ao fornecimento às partes. Isto indica que as partes têm direitos sobre substancialmente a totalidade dos benefícios econômicos dos ativos do negócio. No dia 17/12/2021 a consorciada Saneago efetuou o pagamento no valor de R\$ 47,6 milhões para a consorciada CAESB referente ao desequilíbrio apurado até 30/09/2021. Em 30 de novembro de 2022, foi efetivado novo processo de conciliação das contas da CAESB com o Consórcio Corumbá, e os valores foram ajustados a partir da consolidação proporcional. Após a consolidação, a Companhia ficou com uma obrigação a pagar para a Saneago de R\$ 1,46 milhões. Os valores registrados, referentes às informações do Consórcio Corumbá, estão a seguir demonstrados:

Consolidação do exercício:

	2022	2021
Ativo Circulante	147	33
Ativo não Circulante	216.891	219.382
Passivo Circulante	891	955
Patrimônio Líquido	221.470	220.635
Receita	-	-
Despesa	(5.323)	(2.175)

37 Eventos subsequentes

37.1 Reajuste Tarifário Anual referente ao exercício de 2022

O Contrato de Concessão nº 001/2006 estabelece que a Adasa procederá a revisão dos valores das tarifas dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário a cada quatro anos, conforme metodologia definida pela Resolução nº 03/2021, que dispõe sobre o Manual de Revisão Tarifária. Também procederá o reajuste tarifário anual, com vistas a recompor o seu valor frente à inflação do período entre revisões e manter o equilíbrio econômico e financeiro da Concessão. Dessa forma, tendo em vista que a 3ª Revisão Tarifária Periódica-RTP foi concluída em 2021, (com efeitos financeiros retroativos a 2020), em janeiro de 2022, a Adasa iniciou o processo de Reajuste Tarifário Anual-RTA, nos termos da Cláusula Sétima do referido Contrato, a qual estabelece a metodologia para composição do índice de reajuste. A conclusão do processo se deu em 18 de novembro de 2022, com a publicação da Resolução nº 12/2022, resultando em um reposicionamento tarifário de 9,64% para a categoria residencial (padrão e social) e de 7,46% para a categoria não residencial (comercial, industrial, público e paisagismo), vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023. Nesse aspecto, faz-se importante ressaltar que se encontra em curso, junto à Adasa, Recurso Administrativo interposto com objetivo de reconhecer expressamente na Resolução nº 12/2022, a compensação dos efeitos financeiros resultantes do adiantamento da conclusão do RTA de 2022 no próximo

ESPORTES

correio braziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

Em nome do esporte

Aos 82 anos, com quase 33 deles dedicados ao atletismo, Dona Dedé esbanja disposição para desfilarmos em mais uma Maratona Brasília

VICTOR PARRINI

Histórias para colocar em um livro. É assim que Edelswitha Amorim Trindade, ou simplesmente Dona Dedé, define a própria trajetória no atletismo. Com quase 33 anos dedicados às provas de rua, ela promete, em 21 de abril, seguir esbanjando disposição e carisma para desfilarmos em mais uma edição da Maratona Brasília, uma comemoração pelos aniversários da capital federal e do **Correio**.

Dona Dedé completará 83 anos em maio. Parte dessa jornada foi direcionada para o esporte, especialmente para o atletismo. Tudo, porém, começou de forma despreziosa. “Eu estava com dores lombares e o médico me sugeriu fazer caminhadas. “Cheguei a caminhar em volta de um dos campos de futebol do Minas Brasília. Certo dia, dei 50 voltas, comecei a trotar, ainda desengonçada, sem orientação. Foi o início da minha história”, compartilha.

Essa história rendeu muitos frutos, reconhecimentos e ensaia ser contada em um livro. “Comecei a competir forte mesmo aos 50 anos. São quase 33 de corrida. Nesse período, corri aproximadamente 300 provas, de 1990 a 2023. A corrida mais emblemática da minha carreira foi em Miyazaki, no Japão, em 1993, quando finalizei a prova na segunda colocação, com 3h13min”, lembra.

“Estou querendo lançar um livro contando toda a minha trajetória aqui no Brasil e no exterior. Tenho muitos feitos, de campeã e vice. Dei muitas entrevistas. As pessoas que me conhecem falam muito isso, sobre contar a minha história em uma publicação”, revela a veterana.

Aos 82 anos, a moradora da Asa Norte tem disposição para dar e vender. Embora não corra como antes, ficar parada

não é opção. O equilíbrio nas atividades é o segredo de Dona Dedé para seguir ativa. “Hoje, meus treinos são intercalados. Às vezes, corro 10 voltas de 500m. Quando puxo um pouco mais forte, descanso e vou para a academia fazer alongamentos. Como estamos perto da Maratona Brasília, evito desgaste e faço o necessário, 3km ou 4km. Quando não tem prova no radar, aumento um pouco mais o ritmo”, explica.

Dona Dedé era daquelas atletas consideradas “fundistas”, especializada em provas de longa distância. Porém, neste ano, correrá o percurso mais curto. O desgaste físico e a preocupação com eventuais lesões levam a corredora a não se arriscar em nome do esporte. “Não vou extrapolar, porque não tenho nada para mostrar para ninguém. Minha história já está escrita. Sou maratonista veterana. Vou fazer 83 anos. Alguns não acreditam na minha idade, pois ainda corro”, ressalta.

A corredora conta que as medalhas e troféus nas prateleiras são motivos de orgulho, mas o reconhecimento de amigos e admiradores também reforça a trajetória de sucesso. “Meu apartamento é cheio de troféus e medalhas. Dizem para mim que só o fato de eu marcar a presença nas competições já é bom. Às vezes paro e penso se realmente ganhei tudo isso”, diz. “Nas provas da vida, encontro muitos conhecidos e admiradores. Fico feliz em ser inspiração para outros competidores. Muito revelante ter começado a correr por minha causa. Sou muito feliz”, discursa.

O álbum de figurinhas e figurões da Maratona Brasília não poderia existir sem Dona Dedé. Ela participou de todas as edições da competição e não esconde a alegria pelo retorno da prova dos 42km. Não perdi nenhuma prova. Inclusive, em todas



“A corrida aumentou a minha qualidade de vida. Se eu não tivesse descoberto o esporte, acredito que poderia estar em situação complicada. Tudo isso foi uma benção de Deus”

Dona Dedé, sobre a importância do atletismo

Fique atento (a)

Data: 21 de abril

Horários: aquecimento, às 6h30; largada, às 7h

Local da largada: Frente ao Palácio do Buriti

Percurso: 5km, 10km e 42km (solo ou revezamento de 21km cada)

Kit corrida: camiseta, medalha, número de peito, ecobag em algodão e braçadeira porta celular

Retirada do Kit Atleta: hoje e amanhã, no Atacadão Dia a Dia (SIA - Área Especial, Qd. 5C) das 10h às 20h

as competições de grande porte, modéstia à parte, sempre fui vitoriosa. Fico contente pelo retorno da Maratona Brasília. É legal ver a alegria do povo, reencontrar conhecidos. Ver pessoas que me conhecem e querem tirar fotos comigo”, comenta.

Retirada dos kits

Com o slogan Corra, brasileiro, corral, a Maratona Brasília faz um resgate das tradicionais corridas de rua e abre espaço para a nova geração de corredores da cidade, com percursos de 5km, 10km e 42km — tendo no último a possibilidade de revezamento, com cada um dos participantes percorrendo 21km do percurso.

A largada e a chegada das três provas ocorrem no Palácio do Buriti. A de 5km passa pela Catedral Rainha da Paz e retorna ao ponto de partida. O trajeto de 10km vai além e os inscritos na categoria devem descer até o Shopping Popular e retornar. O percurso de 42km na possibilidade de solo ou dupla faz o formato

de avião, passando pelos Eixos e pelas Asa Sul e Asa Norte.

A Maratona de Brasília faz parte da história da capital. Com uma premiação robusta, o evento atrai não apenas turistas, mas também corredores de elite.

Neste ano, cada inscrição dará direito ao kit da corrida, composto por uma camiseta, braçadeira porta celular, ecobag, número de peito e uma medalha de participação. Os corredores inscritos deverão fazer a retirada do Kit Atleta no Atacadão Dia a Dia (SIA - Área Especial, Qd. 5C), das 10h às 20h, hoje e amanhã.

A prova começa às 6h30, com alongamento, e a largada está marcada para às 7h. A festa conta com programação variada, com homenagem aos atletas, atrações musicais, entre elas, a Banda Musicando no Cerrado e o Bloco Eduardo & Mônica. O encerramento da festa na capital federal será feito com a premiação aos melhores. Os vencedores de todas as modalidades receberão troféu e serão distribuídos R\$ 50 mil reais em prêmios.

FLUMINENSE

A grande fase do Fluminense segue dando frutos e, ontem, o tricolor acumulou mais um bom resultado, desta vez na Libertadores. Em jogo válido pela segunda rodada do grupo D, o time carioca venceu o The Strongest, no Maracanã, por 1 x 0, e se isolou na primeira colocação da chave com seis pontos.

ATHLETICO-PR

O atual vice-campeão da Libertadores, Athletico-PR, deu uma grande prova de força, ontem. Com apoio da torcida em uma Arena da Baixada lotada e pulsante, o Furacão fez valer o fator casa e venceu um dos jogos mais importantes do grupo G da competição continental. Com início avassalador, o rubro-negro bateu o Atlético-MG, por 2 x 1.

INTERNACIONAL

Com gol salvador de Alemão, nos acréscimos, o Internacional venceu o Metropolitanos, no Beira-Rio para dormir na liderança do Grupo B. O Colorado chegou aos quatro pontos e assumiu a ponta provisoriamente. Agora, aguarda o desfecho da rodada, com o duelo entre Nacional-URU e Independiente Medellín, hoje, às 19h.

FLAMENGO

Com a promessa de conquistas, a era Jorge Sampaoli no Flamengo começa oficialmente, hoje, às 21h30, quando o rubro-negro entra em campo contra o Ñublense, do Chile, pela segunda rodada da fase de grupos da Libertadores. O técnico argentino terá apoio da torcida na estreia no Estádio Maracanã.

CORINTHIANS

O triunfo diante do Cruzeiro, no último domingo, pelo Campeonato Brasileiro, deu ânimo para a sequência do Corinthians na temporada. Pela Libertadores, o alvinegro do Parque São Jorge tem a oportunidade de conquistar a segunda vitória consecutiva no torneio, hoje, às 21h30, contra o Argentino Juniors, na Neo Química Arena.

CHAMPIONS

O Real Madrid venceu o Chelsea por 2 x 0 e avançou à semifinal da Champions. Os merengues aguardam o vencedor de Bayern de Munique x Manchester City, que se enfrentam hoje, às 16h. O Milan ficou no 1 x 1 com o Napoli, mas também se classificou. Os rossoneros jogarão contra Inter de Milão ou Benfica, rivais hoje, às 16h.

HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Lua Nova em Áries. Enquanto não desenvolveres discernimento suficiente para te antecipar aos resultados de ter posto em ação tuas visões e desejos interiores, continuarás colhendo os frutos amargos de confundir fantasias com pressentimentos, que as emoções subjetivas fazem parecer semelhantes, mas que depois da ação se mostram completamente diferentes. As fantasias, é lindo imaginar, é interessante colocar em prática, mas trazem em seu ventre o inevitável destino da decepção, porque apesar dos "segredos" que circulam por aí afirmando que o pensamento cria realidades, afortunadamente não é bem assim que as coisas funcionam. Os pressentimentos, por seu lado, antes de ser postos em ação parecem iguais às fantasias, mas são bem diferentes, porque são ecos do futuro real que te acena de lá da frente com teu verdadeiro destino.

ÁRIES
21/03 a 20/04

Selecione com sabedoria quais as atividades que hoje poderão ser empreendidas com eficiência, deixando de lado as outras, que apesar de tentadoras, só provocariam dispersão, algo que neste momento sua alma não precisa.

TOURO
21/04 a 20/05

O ar está estranho e pairam sensações difíceis de interpretar. Pois bem, que sejam difíceis de interpretar não há de levar sua alma a cometer o equívoco de as interpretar como profecias malignas e negativas. Isso não.

GÊMEOS
21/05 a 20/06

Os interesses das pessoas envolvidas, mesmo que discordantes, terão de encontrar um ponto em comum para se unirem, porque sem união não haverá vencedores, só derrotados. A força do grupo há de prevalecer, só ela.

CÂNCER
21/06 a 21/07

As inquietações interiores se revestem de argumentos poderosos para ficarem dando voltas em sua mente. Porém, se você pensar um pouco mais subjetivamente, descobrirá que esses argumentos são todos fantasiosos.

LEÃO
22/07 a 22/08

Quando o ânimo se eleva é propício aproveitar a situação e se atrever a fazer mais do que o normal, porque, inclusive, essa elevação de ânimo não é nada normal, não é ela que domina a maior parte do tempo. Ou não?

VIRGEM
23/08 a 22/09

O medo sempre estará por aí, ao alcance da consciência, mas nem sempre dará as cartas, e esses serão os momentos em que sua alma poderá fazer mais do que se propõe. De vez em quando, porém, o medo vence e dá as cartas.

LIBRA
23/09 a 22/10

Justiças e injustiças se entremesam nesta parte do caminho, e fica difícil discernir se as suas reações ao que pareceriam injustiças não seriam da mesma qualidade também. É preciso ver tudo de uma forma ampla.

ESCORPIÃO
23/10 a 21/11

Siga as regras antes de transgredir, em primeiro lugar você tente fazer as coisas dentro do esperado, dentro do que é pertinente, e só depois de verificar que nada anda, aí sim se dar a liberdade de transgredir.

SAGITÁRIO
22/11 a 21/12

É tentador mandar todas as obrigações ao espaço e tomar todo o tempo para se divertir e fazer exclusivamente o que você apreciar e desejar. Isso pode ser feito de vez em quando, mas dificilmente como estilo de vida.

CAPRICÓRNIO
22/12 a 20/01

Certamente, há assuntos que poderiam ser concluídos, mesmo que não tenham sido resolvidos. Ficar arrastando questões ao longo do tempo cria um pântano no qual sua alma fica se debatendo, sem sair do lugar.

AQUÁRIO
21/01 a 19/02

Quando o ritmo cotidiano se torna vibrante, isso é bom para animar, porém, há de se tomar cuidado para que essa vibração não distraia sua alma com entretenimentos que a fariam negligenciar os necessários deveres.

PEIXES
20/02 a 20/03

Com a mente mais leve e serena, aceite os perrengues com naturalidade, ciente de que não é possível progredir e viver em serenidade ao mesmo tempo entre o céu e a terra. Ou uma coisa, ou a outra coisa.

MÚSICA

Mariana Leal/Divulgação



Ale Corrêa, músico radicado em Brasília: renovação do frevo

Em ritmo de frevodub

» FRANCO C. DANTAS*

Palco de uma pluralidade de manifestações culturais nordestinas, Brasília não fica para trás quando o assunto é frevo. Lançado há dois anos, o EP *Toquem o frevo mais alto*, do músico radicado no DF Ale Corrêa, trouxe quatro faixas bem animadas do tradicional ritmo pernambucano. Ano passado, duas dessas músicas ganharam um remix de dub, estilo jamaicano de produção, e agora, para os amantes de mídia física, foram lançadas em formato de vinil compacto.

A proposta inicial de fazer um som voltado ao universo do frevo surgiu quando Ale Corrêa compôs *Bicadinha*, para o disco *Bebida nacional*, de 2013, inspirando uma série de 12 composições desse gênero. A partir da parceria com o jornalista e também músico Celso Araújo, surgiu a ideia de homenagear grandes figuras da cultura pernambucana nas letras. Capiba, Chico Science, Naná Vasconcelos e Manuel Bandeira dão nome às faixas.

Apesar de mineiro, Ale não esconde o apreço pelos gêneros regionais diversos do país. "Os meus trabalhos musicais são muito amplos, eles trabalharam a brasilidade em suas diversas linhas", conta. "O frevo caiu como uma luva nessa parceria com o Celso, maranhense. Eu amo a cultura nordestina, sou um brasileiro que ama esse continente, caldeirão de estilos musicais."

A versão "adubada", trocadilho com o gênero dub, foi iniciativa do produtor olindense Buguinha Dub, idealizador dessa mistura da Jamaica com Pernambuco. "Ele inventou o frevodub, primeiro com as músicas do BaianaSystem, mais especificamente *Frevo foguete*", destaca. "Quando mandei as músicas do EP, ele adorou e já quis fazer logo as versões." *Frevo de Chico* e *Frevo de Capiba* foram as músicas agraciadas pelo remix e agora relançadas em vinil.

No total, a parceria entre Alê e Celso culminou em 12 composições, sendo só quatro gravadas até o momento. Com dificuldades de financiamento para a produção, que ocorre de maneira independente, a dupla planeja os próximos passos com cuidado. A ideia é juntar as músicas restantes, que falam de nomes como Ariano Suassuna e Alceu Valença, em um projeto de big band de frevo, com a colaboração de habilidosos músicos convidados.

*Estagiário sob a supervisão de Severino Francisco

TOQUEM O FREVO MAIS ALTO: FREVODUB

R\$ 60, disponível direto com o artista (61 99652-1055), ou nas lojas Boa Viagem Discos (411 Norte) e Sassi Discos (504 Sul).

CRUZADAS

Principal componente do ar atmosférico	País de Pinochet Novo, em "neologia"	Operação de esterilização masculina	Missa, em inglês	Vasta região no Norte do segundo maior país sul-americano
Filósofo de "Marketing Existencial"		Evandro Mesquita, cantor carioca		
Série das gerações de alguém		Significa "filho" em nomes escoceses		
Proveitosos; vantajosos			Sigla inglesa dos EUA	
				Construção presente na Canal do Panamá
O típico chapéu dos Alpes austríacos		Esposa do patriarca Abraão (Bíblia)		As sandálias que não possuem salto
Nativa no país de origem da Al-Qaeda		Verbo idealizado no romantismo	Tecla de som original na TV	
Adaptado (a um ambiente)				Remo, em inglês Salvar do perigo
Método de detecção do câncer (pl.)	(?) Jansen, cantora holandesa de rock	Único tipo de cerveja até o século XIX		
Eduardo Fischer, nadador		Saquinho perfumado		
Peça do vestuário que cobre os sapatos	Antiga guerrilha basca (sigla)	Girar, em inglês		Estado do Cabo Orange (sigla)
Pinot (?), uva para vinho tinto		Herson (?), ator Stokes (símbolo)		
O (?) do Brasil: Silvio Caldas	Protagonista do anime "Pokémon"			Arnaldo Niskier, educador brasileiro

BANCO 3/ale — ash — mac — oar — oar.4/mass — noir — spin.5/aregã — floor.15/luz/felipe pondé. 36

© Ediouro Publicações — Licenciado ao **Correio Braziliense** para esta edição

DIRETAS DE ONTEM

P	M	C	S
E	N	C	R
A	L	A	G
I	S	L	A
O	S	B	M
I	N	T	E
P	R	O	L
G	E	N	G
U	T	S	A
E	S	C	A
C	E	S	I

SUDOKU DE ONTEM

6	4	1	7	3	2	5	8	9
7	3	2	5	8	9	1	6	4
5	8	9	6	4	1	3	2	7
1	2	4	9	7	3	6	5	8
3	6	7	8	2	5	9	4	1
9	5	8	1	6	4	7	3	2
8	7	5	4	1	6	2	9	3
2	1	6	3	9	8	4	7	5
4	9	3	2	5	7	8	1	6



TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

DO BELO

Rituais hipnotizantes
Revelam sensualidade
A destreza e a mais real beleza
Que em camadas fulgorosas
me presenteiam
Sinto-me laceada

Janaina Parente

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

			7	1				
								3
		7		8				4
	9							
5	3	1				7		
		8	9					2
3					5		6	4
			6				2	
1	6		8	9				5

Grau de dificuldade: médio

www.cruzadas.net

Diversão & Arte

Cantora Kaé Guajajara: a arte como flecha de guerra

O G R I T O D A A R T E

O CORREIO CONVERSOU COM ARTISTAS PARA QUE O **DIA DOS POVOS INDÍGENAS** TRANSCENDA AS MEMÓRIAS DE VIOLÊNCIA A QUE DATAS COMO ESSA SÃO VINCULADAS

» PEDRO IBARRA

O Dia dos Povos Indígenas é comemorado, hoje, 19 de abril, a data foi criada em 1943 por orientação realizada no Congresso Indigenista Interamericano e assinada no formato de decreto pelo então presidente Getúlio Vargas. O dia tem como mote celebrar a diversidade da população indígena presente no Brasil, mas é muito marcado pela memória da violência que os povos originários sofrem desde que os portugueses chegaram ao Brasil em 1500.

No entanto, os indígenas estão em todos os lugares e não são apenas lembranças de um passado triste e sangrento. A arte dos povos indígenas fala sobre o passado, a ancestralidade, mas vai além. Encontra um público muito maior do que as tribos e etnias próximas. Uma arte que move indígenas e não indígenas e que é muito mais representativa para este dia do que a dor do que sofreram.

Um dos nomes que mais furou a bolha e chegou aos ouvidos de não indígenas foi o da cantora Kaé Guajajara. A artista de 30 anos tem músicas que passam das centenas de milhares de reproduções no Spotify e, recentemente, tem ganhado notoriedade por participações especiais em álbuns como o do jazzista Jonathan Ferr. Na concepção dela, consumir a arte indígena é consumir a história do povo. “Dentro desse contexto que estamos no Brasil, a arte indígena sempre será informação. Então, se querem tanto estar conscientes da realidade desse território, terão que escutar músicas indígenas, e acessar artes indígenas no geral”, aponta Kaé que indica os nomes de Djuena Tikuna, Brô Mc’s e Edivan Fulni-ô como boas introduções.

Ela acredita que para fazer arte precisa superar muito mais obstáculos que os não indígenas, porque o tratamento com os povos originários é muito superficial e repetitivo. “Nem sempre uma porta aberta é sinônimo de representatividade, muitas pessoas acham, que estão abrindo portas, mas só enquanto estamos falando sobre a natureza, mitos, ou para reforçar estereótipos. E aí quando começamos a falar sobre como estamos vivendo hoje após essas consequências

da colonização, as portas se fecham. Então, cheguei até aqui entrando pela janela, usando a música e minha voz que tanto elogiavam, para denunciar o inimaginável”, explica a artista. “Nesse trajeto, a gente engole muitos racismos para que consigamos ser minimamente escutados num lugar de visibilidade. Muitos acreditam que nossa meta é chegar no topo, mas sob que condições? Uma vez que nós povos originários prezamos justamente pela terra e a raiz dela. Não queremos estar em

um topo desse, que segrega, que exclui e principalmente destrói sonhos em nome do dinheiro”, critica.

São séculos de injustiça, de racismo e de exploração física e intelectual dos povos indígenas. Então, ainda falta muito para que algo concreto seja feito para que os indígenas sejam notados, em qualquer área. “Faltam 523 anos, para o passado. E aí construímos toda essa história a partir de nós, já que desde o passado es-

tamos sendo roubados em nossas melodias e em nossas artes”, afirma Kaé. “A cultura brasileira é um ‘frankensteim’ de roubos e apropriações. Aportuguesadas para o paladar europeu. Estaríamos todos nós nos holofotes se estivéssemos cantando sobre ouro, drogas, monogamia, armas, frases bíblicas, pensamentos coloniais no geral. No entanto, assim como eu, muitos artistas indígenas usam sua arte como uma flecha nessa guerra que já dura séculos, para dar visibilidade para a luta indígena, para o bem viver que queremos, e que coexiste com a natureza, e não que a mata”, explica.

Contudo, ela também assume que alguns passos curtos foram dados em direção a um futuro melhor. “Recentemente, o nome do dia dos povos indígenas foi mudado, e espero que o que ele representa siga na mesma tendência de conscientização, quebra de preconceitos e que parem de fantasiar as crianças nas escola e que comecem a chamar pessoas indígenas para pensar um novo modelo de educação, que, nesse território, deveriam, desde o início, ter sido indígena, e não europeu” comenta a artista que acredita que aos poucos a visibilidade também vem. “Ainda não é um costume, confesso, pois dentro do espaço que existe, o que tem pra nós é

pouco, e com menor alcance. Agora que está aparecendo mais na mídia e nos grandes veículos, espero que aumente a visibilidade para a luta dos povos originários”, pede.

A arte indígena tem valor, tem estudo e também tem sabor. Twry Pataxó é uma talentosa chef de cozinha que já cozinhou para nomes como Alex Atala e Marcos Palmeira, além de chefes de estado. Ela é especializada na culinária medicinal ancestral dos indígenas, baseada nos temperos, verduras e legumes que curam e fazem bem para a saúde segundo a cultura e a ancestralidade indígena. “A maioria das pessoas desconhece as propriedades medicinais e nutricionais de cada alimento o que pode evitar a complicação de muitas doenças comuns na atualidade”, conta Twry.

A artista da gastronomia explica o que faz: “Eu trago receitas que foram passadas de geração para geração e também utilizo as Pancs (Plantas Alimentícias Não Convencionais) nas nossas receitas, trazendo para a nossa mesa alimentos saudáveis com receitas deliciosas”, argumenta a chef, que é humilde quanto ao que faz: “Eu apenas mostro um pouco da riqueza que nasce naturalmente em cima das nossas terras levando saúde e conhecimento do mato à mesa com ajuda do conhecimento herda-

do de nossos ancestrais”. Ela aproveita para lembrar que paçoca, beiju, pirão, chimarrão, bolo de milho, banana assada, canjica, pamonha, mingau são alguns exemplos de comidas de origem indígena.

Twry aproveita o espaço para falar sobre a importância de expor o que aprendeu com os próprios antepassados. “Acredito que todo trabalho voltado para o reconhecimento dos povos indígenas brasileiros contribui para a valorização da nossa cultura o que pode melhorar não só a qualidade de vida dos meus parentes, mas o respeito aos povos originários”, fala. “Além disso, quando resgatamos a memória

de nossos antepassados estamos honrando nossos ancestrais e conquistando mais espaço. Pois, ninguém valoriza aquilo que desconhece. O povo não indígena precisa aprender a valorizar a riqueza da nossa cultura e dos nossos saberes em vez de destruir a natureza para arrancar as riquezas que estão no nosso subsolo”, alfineta. “Queremos mais oportunidades para mostrar aquilo que sabemos e a riqueza da nossa música, da nossa medicina, da nossa sabedoria e da nossa culinária. É essa memória que queremos ter dos nossos ancestrais, tudo de bom que queremos trazer dos nossos ancestrais”, completa.

A arte indígena está em um limiar com a antropologia. Célia Tupinambá é a prova viva disso. A indígena é uma artista, pós graduada e mestrandada da área da antropologia e vencedora do prêmio da Funarte com a exposição A volta do grande manto Tupinambá.

Célia, nome artístico de Glicéria, recuperou esse artefato ancestral para o próprio povo. “A ideia era de um de um protesto de um ato político na verdade. E eu me comprometi em fazer o manto”, conta a artista.

O trabalho artístico dela fala de “desapropriação e apropriação”, como ela mesmo classifica. Ela fez com as próprias mãos e muita ajuda um manto sagrado Tupinambá. Teve um contato direto com o próprio passado e recebeu nele um novo fu-

do de nossos ancestrais”. Ela aproveita para lembrar que paçoca, beiju, pirão, chimarrão, bolo de milho, banana assada, canjica, pamonha, mingau são alguns exemplos de comidas de origem indígena.

Para Célia, o trabalho que fez passa uma mensagem sobre o equilíbrio da natureza e do mundo, sobre como tudo tem o próprio lugar, o próprio limite e como precisamos usar dos recursos o suficiente e não explorar até o fim. “A gente tem que caminhar em equilíbrio. E o que vem a ressurgir é um manto é essa voz que precisa ser dada e que sempre foi colocada à margem da sociedade”, conclui.

Mônica Bello/Divulgação



Chef Twry Pataxó: conexão com a terra

Jéssica Quadros/Divulgação



Glicéria veste o manto tupinambá

» Os poderes misteriosos da terra

Na passagem do Dia dos Indígenas, o filme *A Terra negra dos Kawa*, dirigido por Sérgio Andrade e pela pesquisadora e ativista Altaci Rubim, terá sessão de pré-estreia, no Cine Brasília, amanhã, às 19h30. Depois da exibição, haverá um debate com os diretores, mediado por Cecília Barroso, crítica do *Cenas de Cinema*. O filme narra a história de um grupo de cientistas que empreende escavações em terrenos no interior do Amazonas em busca de uma terra preta fértil, usada para a atividade agrícola. Mas, à medida em que se aproximam do sítio dos indígenas Kawa, eles constatam que a terra adquire poderes energéticos e sensoriais. Altaci Kokama Rubim é pesquisadora e ativista, com doutoramento em Linguística pela Universidade de Brasília e mestrandada pela Universidade Federal do Amazonas. Ela é a primeira professora indígena a integrar no corpo docente da Universidade de Brasília.

Arthur Dalla/Divulgação



Cena do filme *A terra negra dos Kawa*, de Sérgio Andrade

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quarta-feira, 19 de abril de 2023

Para anunciar ► 3342-1000

1 IMÓVEIS COMPRA & VENDA

2 IMÓVEIS ALUGUEL

3 VEÍCULOS

4 CASA & SERVIÇOS

5 NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

6 TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1

IMÓVEIS COMPRA E VENDA

1.1 Apart Hotel
1.2 Apartamentos

1.3 Casas
1.4 Lojas e Salas

1.5 Lotes, Áreas e Galpões

1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas

1.7 Serviços e Crédito Imobiliário

1.1 APARTHOTEL

INVEST FLAT VENDE
BIARRITZ FLAT apto 1qto com 44m², 12º andar. Tratar: 3033-3865 cj21229

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

SORAYA SCARINCI VENDE
QS 05 Cond Costa Verde Apto 1qto 40m² R\$ 225 mil 3351-4991

2 QUARTOS

ABDALLA IMÓVEIS
QD 203 Resid Ravela 2 qtos sendo 1 ste nascente 98114-9654

ABDALLA IMÓVEIS
R 19 Resid Lores Lindo Apto 2 qtos 68m² próx park/ metrô 98114-9654

ABDALLA IMÓVEIS
R 19 Resid Lores Lindo Apto 2 qtos 68m² próx park/ metrô 98114-9654

1.2 ÁGUAS CLARAS

3 QUARTOS

RICARDO NERI IMOVEIS
R DAS CARNAUBAS apto 96m² 3qts 1suíte varanda garagem TR: 99324-6806 c/19540

ASA NORTE

1 QUARTO

BARRA
IMOBILIÁRIA
Desde 1985
Avaliações Gratuitas
QUER VENDER OU ALUGAR SEU IMÓVEL?
AQUI NÃO PERDEMOS NEGÓCIO!
(61) 3352-4544
www.barraimobiliaria.com.br

VIRTUAL IMOB. VENDE
ED PRIME RESIDEN-CE Excelente apto 1qto 44m² totalmente mobiliado 3322-6644 cj12135

3 QUARTOS

SORAYA SCARINCI VENDE
104 ótimo Apto 3 qtos sendo 2 suítes armários 3351-4991

ASA SUL

1 QUARTO

ALESSANDRO JARDIM
SHS QD 06 Brasil XXI 1qto com 42m² mobiliado padrão poolTr: 3963-6881 c/11763

1.2 ASA SUL

3 QUARTOS

OPORTUNIDADE
416 SUL apt c/ elev 3qt (st) reforma nova 93m² ut. Só R\$950.000,00 99982.2077 MAPI 98522-4444 CJ 27154

LAGO NORTE

2 QUARTOS

SHIN CA 05 Bl.H apto 419 Ed. Silco Konstantinoupolis 2qts. 01 vaga de garagem. R\$ 580mil. Direto c/proprietário (61) 99114-6118/99981-9619

NOROESTE

2 QUARTOS

OPORTUNIDADES
CLNW 10/11 2qts 77m² c/ 2 vagas soltas vista livre R\$ 860 mil 99272-4347 c6390

R\$880 MIL VISTA LIVRE
SQNW 108 andar alto 2 qtos ste armários garagem lazer MAPI Whats (61) 98522-4444 CJ 27154

OPORTUNIDADES
CLNW 10/11 2qts 77m² c/ 2 vagas soltas vista livre R\$ 860 mil 99272-4347 c6390

SAMAMBAIA

2 QUARTOS

RICARDO NERI IMOVEIS
QR 212 Res Max Plus 2qtos 49m² TR: 99324-6806 c/19540

1.2 TAGUATINGA

TAGUATINGA

4 OU MAIS QUARTOS

BARRA
IMOBILIÁRIA
Desde 1985
Avaliações Gratuitas
QUER VENDER OU ALUGAR SEU IMÓVEL?
AQUI NÃO PERDEMOS NEGÓCIO!
(61) 3352-4544
www.barraimobiliaria.com.br

1.3 CASAS

CEILÂNDIA

3 QUARTOS

SOTERRA VENDE
QNN 07 Casa de 250m² 3qtos, sala, coz, banheiro social, toda na laje, garagem. CJ3504 TR: 3351-8000/ 99654-5748

SOTERRA VENDE
QNN 07 Casa de 250m² 3qtos, sala, coz, banheiro social, toda na laje, garagem. CJ3504 TR: 3351-8000/ 99654-5748

GUARÁ

3 QUARTOS

QI 08 Conjunto R cs 95 Vendo casa no Guará Tr: 98230-5768

1.3 SOBRADINHO

SOBRADINHO

3 QUARTOS

PEDRO JR C 12778 VENDE
QD 03 Casa 35m² 3qtos com suite wc c/ blindex 2 vagas cobertas Tr: 98481-4268/ 3591-1306

4 OU MAIS QUARTOS

LUGAR CERTO VENDE
COND ALTO da Boa Vista casa 7 qtos 340m² Tr: 3389-3330 / 9. 8180-4569

PEDRO JR C 12778 VENDE
QD 02 Casa 200m² 4qtos closet 2 vagas de garagem coberta. Tr: 98481-4268/ 3591-1306

TAGUATINGA

4 OU MAIS QUARTOS

BARRA
IMOBILIÁRIA
Desde 1985
Avaliações Gratuitas
QUER VENDER OU ALUGAR SEU IMÓVEL?
AQUI NÃO PERDEMOS NEGÓCIO!
(61) 3352-4544
www.barraimobiliaria.com.br

SOTERRA VENDE
QNE 30 Csa de 340m² 4qtos, 02 salas, sala de jantar, 2 banhs, gar p/5 carros. CJ3504 3351-8000/ 98116-4684

1.3 VICENTE PIRES

VICENTE PIRES

4 OU MAIS QUARTOS

ALESSANDRO JARDIM
R 02 Casa térrea 4qtos piscina varanda gourmet 482m² Tr: 3963-6881 c/11763

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

INVEST FLAT VENDE
ED VISION WORK Sala com 27m² 4º andar 01 vaga de garagem. Tr: 3033-3865 cj21229

ASA SUL

RITA LANDIM VENDE
SHS QD 06 Excelente loja ampla perfeita p/ seu comércio 99673-2538

PARANOÁ

APOLLO IMOVEIS
AV COMERCIAL prédio 520m² de frente, lote 300m² o maior do Paranoá 3049-4648

SALAS

ASA SUL

VIRTUAL IMOB. VENDE
ED ASSIS CHATEUBRI-AND 4 salas em uma, com divisórias e blindex 3322-6644 cj12135

1.4 ASA SUL

J RIBEIRO VENDE

SEPS 714/914 Sala 26m² 1 banheiro. R\$ 180.000 CJ 5211. Tratar: 3322-3443

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

TAGUATINGA

QSD 43 lote 01 ao lado Banco BRB, Pistão Sul , frente Carrefour Taguatinga Sul Tr: 99977-9881

OUTROS ESTADOS

VENDO LOTE

CORUMBÁ IV

1000 M² A beira da represa Corumbá IV. Aceito troca por outro lote ou carro. Aceito financiamento. Tr: (61) 99997-0399 Falar com Iara

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

APOLLO IMOVEIS
PLANALTIMA GO (pesque e pague) 8.907m² escriturada toda formada 3049-4648

OUTROS ESTADOS

BELA VISTA DE GOIAS/GO Fazenda 199ha, Faz. Arapuça, Rod. 219. Inicial R\$ 1.750.469,00 (parcelável) alvaroleiloes.com.br 0800-707-9339

1.6 OUTROS ESTADOS

SÃO PAULO/SP Imóvel incl., 2.573m² a.t., R. Manuel Ramos Pava, 191. Proposta mínima R\$ 14.231.000,00 gilsonleiloes.com.br

2

IMÓVEIS ALUGUEL

2.1 Apart Hotel

2.2 Apartamentos

2.3 Casas

2.4 Lojas e Salas

2.5 Lotes, Áreas e Galpões

2.6 Quartos e Pensões

2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas

2.1 APARTHOTEL

IMPERIAL POUSADA
Mob sl qt as coz 1.300 zap 999819265 c4559

2.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AV ARAUCÁRIAS Ed. Blend excelente Apto 1 qto 50m² 99112-3703

CONVICTA IMÓVES ALUGA
CRS 513 fundos W3 loja aprox 200m² c/ banheiro interno 99112-3703

2 QUARTOS

SORAYA SCARINCI ALUGA
R 28 Apto 68m² 2 qtos sendo 1 suíte sl varanda gourmet 3351-4991

INSS indeferiu ou está demorando?
Posso ajudar!!

- APOSENTADORIA
- AUXÍLIO DOENÇA
- ACIDENTE DE TRABALHO
- BPC AMPARO ASSISTENCIAL
- REVISÃO (RENDA MELHOR)

Fale conosco:
61 99261-1256

ÁREA 1.625 M²
QNB 03
Taguatinga Norte

1ª Locação

Ótima localização próximo ao Metrô

Ligue e venha nos fazer uma visita

PRÉDIO COMERCIAL NOVO
61 99981-7390

PRÓXIMO AO INSS

INFINITY
residence

3 SUÍTES OU
1 SUÍTE + 2 SEMI-SUÍTES

FINANCIE ATÉ 90%

VENHA CONHECER OS DECORADOS NO EDIFÍCIO
RUA 36-SUL COM AV. BOULEVARD - ÁGUAS CLARAS **9.8606-8311** **3435-4422**
Acesse: www.veconconstrutora.com.br

2 OU 3 VAGAS DE GARAGEM | MUDE NO 2º SEMESTRE/23

BRB **VECON** **BATTER**

Rg.Cart.3º DF nº76381 em 18/03/2020.

CLASSIFICADOS
CORREIO BRAZILIENSE

 **lugarcerto**
.com.br

 **VRUM**
.com.br

OS MELHORES

ANUNCIANTES

ESTÃO AQUI



ANUNCIE VOCÊ TAMBÉM A SUA EMPRESA, LOJA OU SERVIÇOS E TENHA A SUA MARCA NO JORNAL DE MAIOR RELEVÂNCIA EM BRASÍLIA

61 3342-1000 OPÇÃO 04

61 99463-2159 



2.2 ASA NORTE

ASA NORTE

QUITINETES

B.R. ANDRÉ ALUGA
312 QUITINETE 33m2
1 qto R\$ 750,00. 3321-4824 98409-4824

PLANALTINA

1 QUARTO

LUGAR CERTO ALUGA
ST RESID Leste lindo Apto 40m2 1 qto acabado de 1ª R\$650. Tr: 3389-3330 / 9. 8180-4569

LUGAR CERTO ALUGA
ST RESID Leste lindo Apto 40m2 1 qto acabado de 1ª R\$650. Tr: 3389-3330 / 9. 8180-4569

TAGUATINGA

1 QUARTO

B.R. ANDRÉ ALUGA
CSG 07 Apto 35m2 1 qto Resid Católica 3321-4824 98409-4824

2 QUARTOS

SORAYA SCARINCI ALUGA
CSA 03 ótimo apto vista livre com armários piso porcelanato 3351-4991

2.3 CASAS

ASA SUL

4 OU MAIS QUARTOS

711 BLOCO F casa 2, 4 qtos c/ armários DCE, gar. Sobrado de esquina. F: 61 99981-9083

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO ALUGA
QD 14 Conj 01 Excelente localização casa térrea com piscina. CJ 5211. Tratar: 3322-3443

PLANALTINA

2 QUARTOS

LUGAR CERTO ALUGA
QD 02 Vila Buritis cs 2qtos próx Escolas, bancos e comércio R\$ 900. Tr: 3389-3330

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

PLANALTINA

LUGAR CERTO ALUGA
ST RESID Leste ótima loja Qd 4 Vila Buritis, Oportunidade única, próximo do Banco Bradesco Tr: 3389-3330 / 9. 8180-4569

3

VEÍCULOS

3.1 Automóveis
3.2 Caminhonetes e Utilitários
3.3 Caminhões
3.4 Motos
3.5 Outros Veículos
3.6 Peças e Serviços

3.1 AUTOMÓVEIS

FABRICANTES

FORD

AUTO JUST
FIESTA SEDAN 14/15 Tl Plus 1.6 16v Flex automático 99676-7448

3.2 CAMINHONETES E UTILITÁRIOS

FABRICANTES

TOYOTA

AUTO JUST
HILUX SW4 16/17 SRX 4x4+.0 V6 24v automático. Tr: 99676-7448

3.6 PEÇAS E SERVIÇOS

ALUGUEL

LOCA VIP
AUTOMOVEIS COM AR cond, dh e km livre. Não exigimos cartão. A partir de R\$ 80,00. Tr: 98282-5660 whats

4

CASA & SERVIÇOS

4.1 Construção e Reforma

4.2 Moda, Vestuário e Beleza

4.3 Saúde

4.2 Comemorações, e Eventos

4.5 Serviços Profissionais

4.6 Som e Imagem

4.7 Diversos

4.2 MODA, VESTUÁRIO E BELEZA

JÓIAS E RELÓGIOS

SMARTWATCH W 27 pro a prova d'água 61-991425364

CUIDADOR(A) DE idosos e Terapeuta Ocupacional p/ trabalhar em Instituição de idosos em Sobradinho. Benefícios: assistência médica e odontológica, almoço no local. Enviar currículo p / : instcontrata@gmail.com

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA - COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB - CNPJ Nº 00082.024/0001-37

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. A Administração da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB CONVOCA os Senhores Acionistas para as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária a serem realizadas, cumulativamente, na Sede da Companhia, em formato virtual, no dia 28 de abril de 2023, às 13 horas, com a seguinte ORDEM DO DIA: **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:** I - Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, relativas ao exercício de 2022; II - Deliberar sobre a proposta de destinação do Lucro Líquido apurado no exercício de 2022 e a distribuição de dividendos; III - Eleger membros dos Conselhos de Administração e Fiscal da Caesb; **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** I - Deliberar sobre a Proposta de Aumento do Capital Social da Companhia - exercício de 2022, e a consequente alteração do art. 6º do Estatuto Social; II - Fixar a remuneração dos administradores, dos membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria; e III - Instituir benefícios aos Dirigentes da Companhia, e a consequente alteração do art. 41º do Estatuto Social. **PEDRO CARDOSO DE S. FILHO** - Presidente

4.5 ADVOCACIA

SERVIÇOS PROFISSIONAIS

ADVOCACIA

ADVOGADATRIBUTARISTA, Previd., Empresa e Civil. (21) 97284-9158 (21) 3507-1734

ADVOCACIA PREVIDENCIÁRIA Orientação sem compromisso: BPC LOAS; Auxílios e Aposentadorias em geral. (61) 98541-9335

5

NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

5.1 Agricultura e Pecuária

5.2 Comunicados, Mensagens e Editais

5.3 Infomática

5.4 Oportunidades

5.5 Pontos Comerciais

5.6 Telecomunicações

5.7 Turismo e Lazer

5.1 AGRICULTURA E PECUÁRIA

ANIMAIS

VACAS LEITEIRAS 20 em lactação e 9 prenhes 61-999666281

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

MÍSTICOS

CODO DO MARANHÃO
A MÃE JANA ajuda espiritual no amor com resultados em 7 horas. Faz Pacto de riqueza. Revela combinações de números que fazem a pessoa acertar os 14 números da lotofácil, garantido resultado em cartório. Cura impotência sexual e ejaculação precoce, faz aumento peniano. Atendo em sua casa se precisar. Zap (61) 99149-8430 Tenho testemunha de clientes.

COMUNICADO

O Professor Manoel Martins Fernandes, toma providências no sentido de registrar o Partido Evolutivo Brasileiro, PEB, destinado a colocar o povo no poder (diretamente) e na escola (permanentemente).

Colabore: (61) 99516-0907

5.3 SUPORTE TÉCNICO

5.3 INFORMÁTICA

SUPORTE TÉCNICO

24 HORAS!!
ASSISTÊNCIA Manutenção computadores em domicílio. 99988-0077 / 99976-0076 Whatsapp

5.7 TURISMO E LAZER

SERVIÇOS

TEMPORADA

HOTEL HOT SPRINGS
CALDAS NOVAS (GO) Apto 7 piscina, sauna, frigobar, ar, banheira 4 pessoas. Whats 61 99987-9698

OUTROS

ACOMPANHANTE

MASSAGEM ERÓTICA
PURO Prazer dose dupla e brincadinhos (61) 3326-7752/99866-8761

MASSAGEM NO LINGAM
NAMASTE, Mix prostática e inversão. 61 3326-7752 / 99866-8761

CRIS LOIRA
ATIVA E PASSIVA (61) 98525-2760 N. Band.

FAÇO ORAL
KEILA FAÇO Oral até o fim em homens ativos deixo finalizar na boca. A. Norte 61 99620-9236

BUMBUM DOURADO
LU EX DANÇARINA De Tv. Faz oral até o fim 61 98112-7253

MASSAGEM RELAX

CAROL TOP DE LUXO
REALMENTE LINDA s/ decepção 61996306790

AS+TOPS DAS GALÁXIAS
BEMESTAR MASSAGENS.COM.br as 20 todas lindas 61 985621273/ 3340-8627

6

TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1 Oferta de Emprego

6.2 Procura por Emprego

6.3 Ensino e Treinamento

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

ÓTIMOS GANHOS!!
MASSAGISTA PRECISA-SE c/ ou sem exper. 61 99414-1086 só zap

RESTAURANTE
BOMBA GRILL CONTRATA PASTELEIRO Com experiência. Tratar pessoalmente: QE 07 BL G Loja A e B - Guará I.

MASSAGISTA PRECISO
COM/ SEM EXPERIÊNCIA p/ semana ou fim de semana 61 98474-3116

DOMÉSTICA
COM EXPERIÊNCIA p/ Lago Sul 44hs semanais, salário + plano de saúde. (61) 99134-0117

ATENDENTE LANCHONETE p/ Taguatinga. anapaulajb.s@gmail.com

ASSOCIAÇÃO DE PAIS, ALUNOS E MESTRES DO COLÉGIO MILITAR DOM PEDRO II

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL
PRESTAÇÃO DE CONTAS- EXERCÍCIO 2022

O Presidente da Associação de Pais, Alunos e Mestres do Colégio Militar Dom Pedro II, entidade associativa sem fins lucrativos, com sede na SAIS Área Especial 03, Quadra 04, Lote 05, Asa Sul Brasília/DF, inscrito no CNPJ sob o nº 05.509.077/0001-05, vem, pelo presente edital, CONVOCAR todos os seus ASSOCIADOS adimplentes de acordo com o Art. 6º parágrafo 2º do Estatuto Social, no uso das atribuições e competências conferidas por normas estatutárias (Art. 25), a participarem do período de vista dos processos de contas e balancetes da Associação e da Assembleia Geral Ordinária de Aprovação das Contas, na seguinte ordem:

1. PERÍODO DE VISTA DOS PROCESSOS DE CONTAS E BALANCETES:

Data: 19 de abril de 2023 a 18 de maio de 2023.

Horário: Das 14h às 18h de segunda-feira a sexta-feira mediante agendamento.

Telefone para agendamento: (61) 3298-8872/3298-8874.

2. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA pE APROVAÇÃO DAS CONTAS:

PARECER DO CONSELHO FISCAL.
VOTAÇÃO DAS CONTAS- EXERCÍCIO 2022.

Data: 19 de maio de 2023 (sexta-feira)

Horário: 19h00min-1ª CHAMADA PRESTAÇÃO DE CONTAS com no mínimo 50%+1 dos associados adimplentes.

Horário: 19h30min-2ª CHAMADA PRESTAÇÃO DE CONTAS com no mínimo 1/10 dos associados adimplentes.

Local: Sala da Banda de Música do Colégio Militar Dom Pedro II, SAIS Área Especial 03, Quadra 04, Lote 05, Asa Sul-Brasília/DF.

Brasília - DF, 18 de abril de 2023

Giovane de Carvalho Rufino
Vice-Presidente - APAM
COMANDEIREDORA DO CNDP II

6.1 NÍVEL MÉDIO

NÍVEL MÉDIO

AUX. LOGÍSTICO
MANIPULAÇÃO
COM E SEM EXPERIÊNCIA e boa digitação. Sal. R\$1.500 + Comissão+VA+VT + PS. Enviar p/: viamagistral-curriculum@uol.com.br

MANIPULAÇÃO
AUX. LABORATÓRIO
SALARIO BASE com/ sem exper. R\$1.600 + Va + Vt + PS. Enviar p/: viamagistralcurriculumlab@uol.com.br

CONTRATA-SE
CABELEIREIROS E MANICURES Com experiência para trabalhar na Asa Norte. 98173-1168

RESTAURANTE
BOMBA GRILL CONTRATA COZINHEIRO (A) Com experiência. Tratar pessoalmente: QE 07 BL G Loja A e B - Guará I.

ÓTIMOS GANHOS!!
MASSAGISTA PRECISA-SE com ou sem experiência. 61 3326-7752

ASSISTENTE E-COMMERCE 2 vagas c/ experiência Cv: fufamilia01@gmail.com

CASEIRO/ JARDINEIRO c/ experiência comprovada 61-99316400

6.1 NÍVEL MÉDIO

NÍVEL MÉDIO

AUXILIAR DE SERVIÇOS Gerais p/ trabalhar em instituição em Sobradinho. Tr: 3591-3039. Encaminhar currículo para: instcontrata@gmail.com

METALÚRGICA CONTRATA
VENDEDOR E DOBRADOR com experiência. Tr: (61) 99986-0857

NÍVEL SUPERIOR

CONTRATA-SE
BIOMÉDICA, ENFERMEIRA, Fisioterapeuta ou Farmacêutica. Para atendimento em Clínica de estética. Enviar CV p/: rh@5kg7dias.com.br

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TJDFT
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

3ª Vara de Família de Brasília
SMAS Trecho 3 Lotes 04/06, - Bloco 5, BRASÍLIA - DF - CEP: 70610-906
Telefones: (61) 3103- 1975; E-mail: 03vfamilia.bsb@tjdft.jus.br; Horário de atendimento: 12:00 às 19:00

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS
INTERDIÇÃO

NÚMERO DO PROCESSO: 0732984-10.2022.8.07.0016

CLASSE JUDICIAL: INTERDIÇÃO/CURATELA(58)

REQUERENTE: SIMONE SALLES DE CASTRO, MARCOS BORGES DE CASTRO

REQUERIDO: TIAGO SALLES DE CASTRO

A Dra. **MARIA ISABEL DA SILVA**, Juíza de Direito da 3ª Vara de Família de Brasília, FAZ SABER a todos os terceiros quantos o presente edital vierem ou dele conhecimento tiverem que, nos autos da **Ação INTERDIÇÃO/CURATELA (58) - Processo 0732984-10.2022.8.07.0016**, ajuizada por SIMONE SALLES DE CASTRO e MARCOS BORGES DE CASTRO, em face de TIAGO SALLES DE CASTRO, foi **DECRETADA**, mediante sentença transitada em julgado, a **INTERDIÇÃO DE TIAGO SALLES DE CASTRO** (brasileiro, solteiro, estudante, CI N°3.325.892 SSP/DF, CPF: 043.585.121-78, nascido em 29.07.2003, filho de Marcos Borges de Castro e Simone Salles de Castro), por ser portador de deficiência intelectual, e ser incapaz de cuidar de si mesmo e administrar seus bens. Nomeou-lhe curadores: **SIMONE SALLES DE CASTRO** (brasileira, professora, CI N°2.571.153 SSP/DF, CPF: 878.142.937-15) e **MARCOS BORGES DE CASTRO** (brasileiro, administrador de empresas, CI N°753.698 SSP/DF, CPF: 329.693.841-91), para o exercício de todos os atos jurídicos da vida civil. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e no futuro não possam alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado uma vez na imprensa local e três vezes no Diário de Justiça Eletrônico (DJ-e), nos termos do artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil (CPC/2015). Dado e Passado nesta cidade de BRASÍLIA-DF, 11 de abril de 2023, 14:38:43.

MARIA ISABEL DA SILVA
Juíza de Direito

Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Novo Gama-GO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SAULO JOAQUIM NEIVA CPF: 868.575.681-20 e **MICHELLE SOUZA PIMENTA NEIVA** CPF: 000.960.711-09

O Cartório de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Novo Gama-GO, FAZ SABER, para ciência do(a) respectivo(a), Sr(a) SAULO JOAQUIM NEIVA CPF: 868.575.681-20 e MICHELLE SOUZA PIMENTA NEIVA CPF: 000.960.711-09, residentes e domiciliados em Quadra 56, Lote 11, Bloco B, Apartamento 411, Setor Central, Gama-DF, devedores fiduciários do imóvel: Apartamento nº 106, Seção BK-27, Conjunto 11-HC, Projção 05, Núcleo Habitacional Novo Gama, Neste Município, os quais não tenham sido encontrados nos endereços de cobranças: Apartamento nº 106, Seção BK-27, Conjunto 11-HC, Projção 05, Núcleo Habitacional Novo Gama e na Quadra 56, Lote 11, Bloco B, Apartamento 411, Setor Central, Gama, Brasília-DF, Neste Município; fica, por este edital INTIMADOS do teor respectivo. O Cartório de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas de Novo Gama-GO, segundo as atribuições conferidas pelo art. 26 § 1º e 3º da lei nº 9.514/97. Por requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, credor fiduciário de Contrato de Financiamento Imobiliário, na Matrícula nº 19.422 deste Ofício, com saldo devedor de responsabilidade, de V.Sa., venho INTIMA-LOS a efetuar o pagamento das prestações e as que se venceram até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel, cujo valor corresponde a R\$ 264.887,69 (duzentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e sete reais e sessenta e nove centavos), além das despesas de cobrança e de intimação, o qual é lançado, na planilha de débitos, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, com "Diferença de prestações anteriores". Assim, procedo à INTIMAÇÃO DE V. As. Para de se dirigir, no horário de 08:00 às 17:00hs, a este Ofício situado na Av. Haidé do Espírito Santo Cerqueira, Quadra 472, Lote 02/06, Loja 01, Parque Estrela D'alva VI, nesta cidade; onde deverá efetuar o pagamento do débito discriminado. Este edital será publicado por 03 dias, devendo o débito supramencionado ser pago no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar do último dia desta publicação. Por oportuno, fica V. Sa. Cliente de que o não cumprimento do referido pagamento no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação de propriedade do imóvel em favor do credor fiduciário, nos termos do Art. 26 § 7º, da Lei nº 9.514/97. Atenciosamente, Ênio Laércio Chappuis, o Oficial.



VRUM .com.br

OS MELHORES AUTOMÓVEIS VOCÊ ENCONTRA AQUI

**APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O QR CODE
E CONFIRA OS MELHORES AUTOMÓVEIS PARA VOCÊ**



**PARA MAIORES INFORMAÇÕES ACESSE:
www.correiobraziliense.vrum.com.br**